

GUERRAS E PAZ. RISCOS, DINÂMICAS E HORIZONTES DE FUTURO

Alexandra Esteves

Bruno Madeira

Fátima Moura Ferreira

Fernando Bessa Ribeiro

Juliana Alves

(coord.)



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

GUERRAS E PAZ.
RISCOS, DINÂMICAS E HORIZONTES
DE FUTURO

Alexandra Esteves

Bruno Madeira

Fátima Moura Ferreira

Fernando Bessa Ribeiro

Juliana Alves

(coord.)



Ficha Técnica

Título Guerras e Paz. Riscos, Dinâmicas e Horizontes

Edição Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho

**Capa e
paginação** Isabel Varajão. Imagem capa: “The Ultimate
Confrontation: The Flower and the Bayonet,” de Marc
Riboud, 1967. (fair use)

**Data de
publicação** 2025, junho

ISBN 978-972-98541-8-7
livro digital

Com o apoio de



Laboratório de Paisagem:
Património e Território





Índice

Introdução	6
Alexandra Esteves Juliana Alves	

PELA PAZ, CONTRA A GUERRA	12
Ilda Figueiredo	

GUERRAS E PAZ: RISCOS, DINÂMICAS E HORIZONTES DE FUTURO	19
Mónica Farinha	

A UE NUMA NOVA ORDEM MUNDIAL	27
João Duarte Albuquerque	

A CRISE HISTÓRICA DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS CAPITALISTAS, O RECRUDESCIMENTO DA DIREITA PÓS-FASCISTA E O ESPECTRO DAS AUTOCRACIAS	40
Bruno Madeira	

VÊM AÍ OS RUSSOS: ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO MEDIÁTICA DO INIMIGO E DO MONSTRO	54
Luís M. Loureiro	

FRONTEIRAS, MEMÓRIA E (IN)ATENÇÃO NA ERA DA PLATAFORMIZAÇÃO	77
--	-----------

Rosa Cabecinhas

REARM E O KIT DE EMERGÊNCIA: A ORGANIZAÇÃO DE UMA ECONOMIA DE GUERRA E A PRODUÇÃO DO CONSENTIMENTO	88
---	-----------

Fernando Bessa Ribeiro

CRISE CLIMÁTICA, A GRANDE GUERRA CONTRA A HUMANIDADE	103
---	------------

João Camargo

DEBATES FEMINISTAS A PROPÓSITO DO 7 DE OUTUBRO	118
---	------------

Júlia Garraio

AS GEOGRAFIAS DA GUERRA E DA PAZ	134
---	------------

Vitor Ribeiro
Juliana Alves

PENSAR A PAZ EM TEMPOS DE GUERRA: DO PENSAMENTO DICOTÓMICO A UMA (RE)CONCEPTUALIZAÇÃO POSITIVA	157
---	------------

Joana Ricarte

Introdução

O mundo de hoje já não é um lugar estranho. É um lugar que precisa e pode ser desconstruído e compreendido, tomando em consideração os acontecimentos que nos tocam, as contradições que nos chocam, os problemas que nos afligem, as perplexidades que nos interpelam... Para tal, é fundamental o papel das ciências sociais, das humanidades e das artes, uma vez que nos permitem mergulhar nos fenómenos, questionar e denunciar a superficialidade de explicações ou de verdades tidas como absolutas e inquestionáveis, bem como perceber, além do mais, que a história não se repete, porque mudam os contextos e quem os protagoniza, mas, como declarou Mark Twain, a história rima e rima muitas vezes, talvez demasiadas vezes... Importa, no entanto, não desconsiderar a responsabilidade cívica que cada um tem ou deve ter, de modo a evitar que se caia na normalização do presente, até porque este é uma ínfima linha situada entre o passado e o futuro, que se pretende que seja de esperança.

Atualmente, assistimos, com um misto de espanto e de indignação, ao (re) surgimento e ao alastramento do radicalismo e da intolerância, a tentativas de padronizar o ser humano e de coarctar o exercício do direito à diferença, numa sociedade cada vez mais extremada e dada a maniqueísmos, num mundo que tende a normalizar a violência e o discurso de ódio, a encarar os problemas de forma simplista e acrítica e que, na tentativa de sossegar as consciências, opta, frequentemente, por jogar “ao faz de conta”.

Vivemos, hoje, num tempo bem complicado, em que sobram motivos de preocupação: a memória vai perdendo significado, ao mesmo tempo que há e vivemos sob o efeito de uma autêntica indústria de memória; quem enfrenta e denuncia esta realidade é, muitas vezes, olhado de soslaio, destratado e ostracizado; impera a indiferença perante conflitos que vitimam, indiscriminadamente, civis inocentes,

catalogados, clinicamente, como meros danos colaterais; instituições internacionais são ignoradas ou até vilipendiadas; o valor da vida humana parece ser avaliado em função da etnia, da religião e de outros critérios avulsos... Indignamo-nos com as barbáries do passado, mas, ao mesmo tempo, movemo-nos, muitas vezes de modo sobranceiro ou indiferente, pelo presente!

Se a realidade está ao nosso lado, como não a vemos? Catástrofes naturais a acontecerem e a ceifarem cada vez mais vidas humanas... Uma pandemia que nos marcou, na certeza de que outras virão, e que, tal como sucedeu com as do passado, cairão no esquecimento... Compreende-se que o ser humano tenda a esquecer episódios associados ao sofrimento, mas não se pode alhear do sofrimento alheio, numa fuga sustentada na espuma dos dias, na efemeridade dos acontecimentos, na superficialidade das suas referências à la carte ou ainda nas criações de redes sociais.

Como evitar a queda no abismo, num mundo de 8 mil milhões de pessoas, quase sobrelotado, que consome sem regra os seus recursos, marcado por profundas desigualdades e com uma sociedade cada vez mais cansada, em que a competição desenfreada, ditada pela ânsia incontrolada de progresso e bem-estar, extenua tudo e todos, onde impera uma tecnologia que, no limite, nos expõe e escraviza. A sociedade do cansaço, a que alude Byung-Chul Han, é a sociedade afetada pelos problemas da saúde mental, do burnout, mas também do individualismo.

Carl Gustav Jung, fundador da Psicologia Analítica e uma das figuras mais influentes da psiquiatria moderna, já alertava para os perigos do 'homem coletivo' – essa força social que procura anular o indivíduo e sufocar a sua singularidade. Para Jung, as grandes convulsões históricas, como as guerras, não nascem apenas de conflitos externos, mas de desequilíbrios profundos no inconsciente coletivo. Quando a consciência individual é subjugada pelas massas, torna-se terreno fértil para projeções, fanatismos e destruição em larga escala. Será, então, que a violência que observamos no mundo reflete uma doença da psique coletiva, ignorada e não tratada?

Poderá a mitologia ajudar-nos a compreender o presente? Não estaremos assim tão distantes de tempos em que líderes se assemelhavam a Minos, o rei de Creta, que

mantinha o Minotauro encerrado no labirinto — símbolo de opressão, de medo e de domínio sobre os atenienses.

Onde está Ariadne e o seu fio disruptivo, que nos ajude a encontrar a saída deste labirinto?

O livro agora dado à estampa é o resultado de dois dias intensos e profícuos de reflexão, decorridos a 7 e 8 de novembro de 2024, no âmbito do Congresso Internacional *Guerras e Paz: Riscos, Dinâmicas e Horizontes de Futuro* e das celebrações do 48.º Aniversário do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Reúne contributos que oferecem uma análise interdisciplinar sobre os desafios contemporâneos relacionados com a guerra, a paz e as suas múltiplas implicações societais.

Esta obra surge num contexto internacional particularmente conturbado, marcado por acontecimentos de elevada relevância: passaram-se mais de três anos desde o início da invasão russa da Ucrânia, que aconteceu a 24 de fevereiro de 2022; Donald Trump regressou à presidência dos Estados Unidos, na sequência das eleições de 5 de novembro de 2024; e o conflito em Gaza prolonga-se há mais de um ano, desde o eclodir das hostilidades a 7 de outubro de 2023. Estes eventos, de grande impacto geopolítico, moldam de forma decisiva a conjuntura atual e influenciam significativamente a dinâmica das relações internacionais.

O livro está organizado em duas partes distintas. A primeira, composta por três capítulos, reúne testemunhos e contributos que adotam uma abordagem essencialmente política e institucional. A segunda parte integra capítulos de natureza mais académica, oferecendo análises aprofundadas e fundamentadas sob diversas perspetivas das Ciências Sociais (e.g., História, Sociologia, Ciências da Comunicação e Geografia).

O capítulo intitulado “Pela Paz, Contra a Guerra”, de autoria de Ilda Figueiredo, Presidente da Direção Nacional do Conselho Português para a Paz e Cooperação, apresenta-nos uma perspetiva mais institucional, refletindo o posicionamento e os princípios orientadores desta organização na defesa da paz e na oposição aos conflitos armados.

O segundo capítulo, que partilha o título do Congresso “Guerras e Paz: Riscos, Dinâmicas e Horizontes de Futuro”, de autoria de Mónica Farinha, Presidente da Direção do Conselho Português para os Refugiados, analisa a relação entre a guerra, a paz e o direito de asilo, destacando que os refugiados podem ser instrumentalizados para fins políticos (como nos casos da Bielorrússia e da Turquia), mas também podem ser agentes de paz e reconstrução.

João Duarte Albuquerque, ex-deputado ao Parlamento Europeu e especialista em Relações Internacionais, autor do capítulo “A EU numa Nova Ordem Mundial”, analisa os desafios críticos enfrentados pela União Europeia no atual cenário geopolítico, marcado pelo regresso de Donald Trump à presidência dos EUA, pelo crescimento do autoritarismo global, pela perda da centralidade da Europa no mundo e pela ascensão de forças populistas internas.

“A Crise Histórica das Democracias Liberais Capitalistas, o Recrudescimento da Direita Pós-Fascista e o Espectro das Autocracias”, de autoria de Bruno Madeira, Professor do Departamento de História da Universidade do Minho e Investigador do Laboratório de Paisagens, Património e Território (LAB2PT), analisa o crescimento sem precedentes da extrema-direita desde a Segunda Guerra Mundial, interpretando-o não como um fenómeno externo às democracias liberais e ao capitalismo, mas como resultado das suas próprias crises e transformações estruturais.

“Vêm aí os Russos: Estudo sobre a Construção Mediática do Inimigo e do Monstro”, de autoria de Luís M. Loureiro, Professor do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, analisa os enquadramentos mediáticos simplificadores que moldam a perceção pública dos conflitos e propõe uma reflexão teórica sobre como os média têm construído a imagem da Rússia como inimigo do Ocidente e os discursos visuais associados a essa construção.

O sexto capítulo, intitulado “Fronteiras, Memória e (In)atenção na Era da Plataformização”, de autoria de Rosa Cabecinhas, Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, pretende mostrar como num mundo hiperconectado e desigual, as guerras culturais e de memória ganham destaque

mediático, transformando o sofrimento alheio em espetáculo. A autora discute a importância da educação crítica e as possíveis ações de reparação no contexto do ensino e da investigação.

“*ReArm e o Kit de Emergência: A Organização de uma Economia de Guerra e a Produção do Consentimento*”, de autoria de Fernando Bessa Ribeiro, Professor do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho, constitui um alerta para os riscos morais, sociais e ambientais associados ao Plano *ReArm* da União Europeia. O autor argumenta que, em vez de enfrentar os desafios do século XXI através da diplomacia e da justiça social, a Europa escolhe investir na indústria armamentista, aprofundando o seu declínio geopolítico e comprometendo ainda mais a vitalidade da sua democracia.

João Camargo, Investigador do Dinâmia’CET-ISCTE e militante do Climáximo, autor do capítulo intitulado “Crise climática, a grande guerra contra a humanidade”, sustenta que a crise climática não deve ser encarada apenas como uma emergência ambiental, mas como uma guerra global, cada vez mais aberta, cujo objetivo é manter lucros, dominação geopolítica e estruturas de poder à custa da vida no planeta. A aliança entre a indústria fóssil, a extrema-direita e a oligarquia tecnológica sustenta essa guerra, promovendo o negacionismo, a repressão e a militarização como formas de preservar o status quo.

O texto “Debates feministas a propósito do 7 de outubro”, de autoria de Júlia Garraio, Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, trata das tensões e cisões profundas entre diferentes correntes feministas no contexto dos ataques de 7 de outubro de 2023. O capítulo convida à reflexão sobre o papel do feminismo: deve este servir agendas estatais e nacionalistas ou manter-se uma força de justiça transnacional, comprometida com a paz, a solidariedade e a crítica ao militarismo e às estruturas de opressão? O caso do 7 de outubro revela não só divergências sobre a violência sexual, mas também diferentes visões sobre os próprios objetivos do feminismo contemporâneo.

Vitor Ribeiro, Professor do Departamento de Geografia da Universidade do Minho e

Investigador do Lab2PT, e Juliana Alves, Investigadora do LAB2PT, autores do capítulo “As Geografias da Guerra e da Paz”, analisam, com base em dados estatísticos atuais, os principais focos de tensão global, e.g., Ucrânia, Gaza, Myanmar, Sudão, e discutem o impacto destes conflitos em variáveis como o desenvolvimento humano, os fluxos migratórios e a instabilidade política. Adicionalmente, a partir de vários indicadores, como o Índice Global da Paz e o Índice de Paz Positiva, apresentam uma perspetiva comparada entre os países mais e menos pacíficos do mundo.

“Pensar a paz em tempos de guerra: do pensamento dicotômico a uma (re) conceptualização positiva”, de autoria de Joana Ricarte, Investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS) da Universidade de Coimbra, propõe uma reflexão crítica sobre as conceptualizações contemporâneas da paz, num contexto global marcado pela instabilidade, múltiplas crises interligadas e o retorno de discursos polarizadores. Através de uma análise dos estudos para a paz e da sua evolução histórica e teórica, argumenta-se que a definição da paz como mera ausência de guerra, a chamada paz negativa, é insuficiente para enfrentar os desafios do século XXI.

Alexandra Esteves

Departamento de História
Laboratório de Paisagens, Património e Território
Universidade do Minho
alexandraesteves@ics.uminho.pt

Juliana Alves

Instituto de Ciências Sociais
Laboratório de Paisagens, Património e Território
Universidade do Minho
juliana.alves@ics.uminho.pt

PELA PAZ, CONTRA A GUERRA

Ilda Figueiredo

Presidente da Direção Nacional do
Conselho Português para a Paz e Cooperação
marildafigueira@gmail.com

Introdução

A situação no plano internacional no momento em que completo a elaboração deste texto é muito diversa da que se vivia quando se realizou o seminário em que participei, na Universidade do Minho, em novembro de 2024. Sucedem-se alterações vertiginosas, complexas e muitas vezes contraditórias na evolução de diversos países, com destaque para os EUA, embora as raízes dos problemas se mantenham, o que gera ainda maior complexidade na análise da situação e, sobretudo, nas suas consequências internacionais, onde as lutas dos povos terão um importante papel. Vive-se um tempo onde é notório o desnorte de muitos apologistas do seguidismo por parte da União Europeia das políticas belicistas, da cultura da guerra que os EUA têm prosseguido.

Mas o que não pode ser ignorado é que a crise estrutural do capitalismo e a tentativa de contrariar o declínio relativo dos Estados Unidos da América e de outras grandes potências capitalistas têm levado à crescente agressividade do imperialismo para novos e mais ameaçadores patamares, embora de modo mais ostensivo, neste momento, por parte da NATO e da União Europeia que, tal como os EUA fizeram, continuam a apologia

da escalada de confrontação e guerra, da corrida aos armamentos para a resolução do problema da Ucrânia, o que, na era nuclear, se torna um perigo ao banalizar uma possível intervenção que ameaçaria pôr fim à existência da humanidade. Por isso, travar este confronto, defender e promover negociações para impedir o perigo de uma nova guerra de grandes proporções, tornou-se uma prioridade e continua a ser uma questão central para os povos.

Agravamento da situação internacional

As notícias que diariamente chegam, mesmo que envoltas em mentiras e manipulações, espelhando a tentativa de corrida para o caos que defensores da cultura da guerra tentam criar para que mais facilmente possam impor a sua ordem na defesa dos interesses dos seus mandantes, ignorando cada vez mais a Carta das Nações Unidas, como o próprio Secretário-Geral, António Guterres, tem denunciado, é uma característica da situação que vivemos.

São particularmente chocantes os atropelos diários ao Direito Internacional de que é exemplo monstruoso o genocídio do povo palestino que Israel tem praticado na Palestina com apoio e armamento de EUA e conivência de potências da União Europeia, a que também adicionam bombardeamentos e ataques aos países vizinhos, a destruição de povos e países do Médio Oriente, incluindo Líbano, Síria e Iémen.

Na Europa, distorcendo a verdade e a realidade histórica, desenvolve-se e reforça-se a NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) apresentando este bloco político militar como defensivo, quando é a organização mais agressiva que existe, escamoteando que foi constituída pelo Tratado de Washington, em 1949, pelos EUA e mais 11 países, incluindo Portugal onde Salazar impunha o fascismo. E escondendo sempre que este bloco foi responsável pela primeira confrontação violenta na Europa após a segunda guerra mundial, com os bombardeamentos a Belgrado em 1999, o que levou ao desmembramento da Jugoslávia e abriu caminho para novos reforços militares norte-americanos na região, visando quem podia continuar a fazer frente à caminhada

triumfante da agressiva política unipolar dos EUA no plano internacional, como parecia ser a situação após o desaparecimento da URSS e do Pacto de Varsóvia.

Assim, depois das grandes mentiras que justificaram outras guerras, designadamente no Iraque e na Líbia, sucessivos golpes de estado na América Latina, a intervenção no Afeganistão, surgem as diversas confrontações em países do leste da Europa, com destaque para a Ucrânia, como o comprovam os acontecimentos de 2014 e que estão na base da guerra que EUA, NATO e UE utilizaram para tentar enfraquecer a Rússia, mesmo que à custa da destruição da Ucrânia e do seu povo, com o reforço do armamento, das sanções económicas, das ingerências e o alargamento da NATO, cada vez mais reforçada, como as sucessivas declarações do seu secretário-geral continuamente demonstram. As suas intervenções surgem sempre na defesa da cultura da guerra e da corrida aos armamentos reduzindo o investimento e a intervenção pública das áreas sociais (serviços públicos, salários, reformas, etc).

Sabemos como décadas de avanço da NATO até às fronteiras da Federação Russa, ao contrário de acordos existentes que envolviam o respeito pela segurança de todos sem alargamento militar, mantendo as posições existentes nesse momento, por exemplo, do tempo da unificação alemã – com bases, contingentes, artilharia e frotas navais, acompanhados de frequentes exercícios militares provocatórios – culminaram na escalada do conflito que hoje se verifica.

É urgente inverter o rumo de provocação, militarização e confrontação que há muito se vive naquela região. Hoje conhecemos as declarações de dois dos principais obreiros dos Acordos de Minsk (a chanceler Merkel e o presidente Hollande) que justificaram o seu não cumprimento por não ser esse o seu objetivo quando foram assinados. Apenas visavam dar tempo à Ucrânia para se armar de forma a poder atacar a Rússia.

O significativo aumento das despesas militares dos membros da NATO, o seu alargamento à Suécia e à Finlândia e o prolongamento da guerra na Ucrânia, inseridos na estratégia da Administração norte-americana de *desgaste* da Rússia, foi acompanhada de uma pressão visando manter bem fechado qualquer caminho de diálogo com vista à solução negociada do conflito na Ucrânia, que se arrasta há três anos, enquanto se

incentivou o clima de medo, a deslocação de milhões de pessoas, a multiplicação de problemas sociais e o consequente reforço do fascismo, da violência, do terrorismo e do caos que pode ter um fim trágico para a humanidade tendo em conta a existência de armamento nuclear em vários dos países envolvidos.

Outro grave problema que vivemos é o genocídio do povo palestino, uma expressão da brutal intervenção dos que pretendem dominar o mundo e que – do Afeganistão ao Iraque, da Líbia à Síria, da Palestina ao Líbano, da Jugoslávia à Ucrânia, do Líbano a tantos outros países – tem espalhado a morte, o sofrimento, a destruição, pondo em causa a vida de milhões de pessoas e o seu direito soberano de escolherem o seu caminho de paz, justiça, desenvolvimento e progresso social. A deriva militarista e colonizadora em que se insere a brutal agressão ao povo palestino e a tentativa declarada da sua expulsão do seu território secular, demonstram até onde o imperialismo está disposto a ir para esmagar qualquer expressão de resistência e soberania.

A posição imperial das grandes potências é, pela sua natureza, incapaz de aceitar relações com base na igualdade entre estados. Privilegia a linguagem do domínio, da força, da predação e destruição, da guerra, não aceitando a soberania e o desenvolvimento económico e social de outros países que não sigam as suas orientações. Daí as sanções e bloqueios, como o famigerado bloqueio dos EUA a Cuba, apesar das inúmeras resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, as quais Portugal tem votado favoravelmente, pois a justa exigência do fim deste bloqueio é parte integrante da luta por um mundo de paz e cooperação, livre de ingerências, sanções e guerras.

É igualmente grave o que se passa noutras zonas do mundo, e muito preocupantes decisões do presidente norte-americano, Donald Trump, seja em relação a Gaza/Palestina, seja relativamente a Cuba, retomando a decisão que Biden tinha anulado, meia dúzia de dias antes de acabar o seu mandato, de incluir Cuba na arbitrária lista dos EUA de alegados «países patrocinadores do terrorismo».

Tal como é inadmissível que a União Europeia continue a não cumprir a decisão do Tribunal de Justiça Europeu relativamente ao acordo com Marrocos nas áreas da

agricultura e das pescas, o que põe em causa os direitos do povo saraui e não reconhece o direito da Frente Polisário, como legítima representante do povo saraui, de negociar com a União Europeia. Contra todas decisões da ONU e do Tribunal de Justiça Europeu, Marrocos mantém a ocupação do Saara Ocidental, explora as suas riquezas e submete o povo saraui à repressão e à colonização.

Mas não podemos ignorar o que se passa com outras regiões do mundo, alvo de provocações e ameaças, designadamente contra a República Popular da China, visando travar o seu impetuoso desenvolvimento e o seu papel no processo de rearrumação de forças no plano mundial, que lhe é desfavorável, enquanto a União Europeia se manteve numa posição seguidista dos EUA. É certo que agora começam a aflorar as contradições e as consequências dessa violenta tentativa de submeter o mundo ao domínio norte-americano que, afinal, só serviu de pretexto para tantas agressões e guerras.

Tal como não devemos ignorar o reforço do movimento dos países, cada vez em maior número, que fazem parte dos BRICS, na busca de uma outra ordem internacional assente no diálogo entre estados soberanos e iguais em direitos

Entretanto, em muitos países, prossegue, no plano interno, uma ofensiva exploradora e opressora, com o ataque aos direitos e condições de vida dos trabalhadores e do povo, o aumento das desigualdades e injustiças sociais, o acentuar do anti-comunismo e as restrições às liberdades democráticas, enquanto proliferam as posições racistas, xenófobas e fascizantes, pois o capitalismo nada mais tem a oferecer aos povos senão a exploração, a regressão de direitos, a pobreza, a rapina, a guerra.

Reforço do movimento da paz

Para fazer face a esta situação, é imperioso que os trabalhadores e os povos elevem a sua voz e se ergam para barrar o caminho ao desastre para onde estão a empurrar a Humanidade, unindo-se numa ampla frente anti-imperialista contra o fascismo e a guerra, pela paz e a cooperação, tendo por base a Carta das Nações Unidas e a Ata

Final da Conferência de Helsínquia.

É prioritária a luta contra a guerra e a perigosíssima escalada de confrontação, defendendo a solução política dos conflitos internacionais, o desarmamento geral e simultâneo a dissolução da NATO e o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos. Impõe-se, igualmente, que em Portugal haja uma política externa portuguesa de independência nacional e de paz e amizade com todos os povos, conforme os princípios da Constituição da República Portuguesa (CRP) que, no próximo ano, completa 50 anos.

No seu artigo 7.º, a Lei Fundamental do País (CRP), ela própria uma conquista da Revolução de Abril, consagra que “Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos”.

Neste momento, importa reforçar a solidariedade com os povos que, em todo o mundo, lutam contra a exploração, pelos seus direitos, pelo progresso social, como o heroico povo palestino que resiste a uma brutal agressão e prossegue a luta pelos seus direitos nacionais; com o povo cubano que persiste na resistência ao bloqueio dos EUA e na defesa da sua revolução; com o povo sírio, alvo de uma prolongada operação externa; com o povo venezuelano, libanês, sarauí, cipriota e tantos outros povos que enfrentam a ingerência e a agressão externas e que lutam pelos seus direitos, soberania e desenvolvimento.

Daí a importância do reforço do movimento da paz e da cultura da paz para impedir a contínua manipulação e a consequente anomia social. É esse o caminho que o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), de que faço parte, tem procurado trilhar, seja na convergência com outras organizações como são as manifestações, incluindo a manifestação nacional de solidariedade com a Palestina, mobilizando muitos milhares

de pessoas, em 18 de janeiro de 2025, com o comboio da paz, vindo do norte e centro do país e muitos autocarros de outras zonas, o que veio na sequência de mais de 100 iniciativas de rua realizadas por iniciativa do CPPC, nos mais diversos locais, procurando a convergência (concentrações, ações culturais com artistas de diversas áreas, exposições, pinturas de murais e materiais diversos), seja nos Encontros pela Paz e 10 Concertos pela Paz - 10 realizados o ano passado - e que vão continuar este ano, seja nas dezenas de sessões de educação para a paz realizadas em muitas escolas.

Insere-se neste objetivo de reforço do movimento unitário da paz a preparação e realização do IV Encontro pela Paz, que se vai realizar no Seixal, no próximo dia 31 de maio, e que dá seguimento ao III Encontro pela Paz realizado em outubro de 2023, em Vila Nova de Gaia, com o lema pela paz todos não somos demais.

GUERRAS E PAZ: RISCOS, DINÂMICAS E HORIZONTES DE FUTURO¹

Mónica Farinha

Presidente da Direcção do
Conselho Português para os Refugiados
monica.farinha@cpr.pt

Bom dia. Muitos parabéns ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Agradecendo o convite, é com muito prazer que participo neste painel, cumprimentando todas e todos os presentes.

Sem prejuízo do debate posterior, gostaria de abordar o tema **“Guerra e Paz – Dilemas do presente”** na perspectiva do direito do asilo e dos refugiados nestes dois momentos: em guerra e na paz.

A Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes, de 2016² realça “*o conflito armado, a pobreza, a insegurança alimentar, a perseguição, o terrorismo, as violações de Direitos Humanos e abusos*”, bem como os efeitos adversos das

¹ Texto baseado na comunicação realizada a 7 de novembro de 2025, no âmbito do Congresso Internacional Guerras e Paz: Riscos, Dinâmicas e Horizontes de Futuro, realizado na Universidade do Minho, Braga.

² Resolução adotada pela Assembleia Geral a 19 de setembro de 2016, disponível em <https://www.unhcr.org/media/new-york-declaration-refugees-and-migrants-0>.

alterações climáticas, desastres naturais e outros factores ambientais³ – como factores estruturais que levam a deslocações internas (dentro de um país) e/ou a deslocações transfronteiriças.

Todos reconhecemos que as pessoas se deslocam devido a uma combinação, a uma interacção de factores, constituindo exemplos os factores acima referidos.

Todavia, nem todas as causas de deslocação justificam **a protecção internacional**⁴.

Os conflitos foram sempre um dos principais impulsionadores de movimentos de refugiados.

Provavelmente as primeiras imagens quando pensamos em refugiados são precisamente as imagens de homens, mulheres e crianças a fugir da guerra, da morte e da destruição.

A correlação entre a guerra ou o conflito armado e a deslocação forçada é óbvia. Por isso, o reconhecimento das pessoas que fogem de uma guerra como refugiados parece evidente. Será assim?

A definição de refugiado constante da Convenção de Genebra de 1951⁵, universalmente reconhecida, centra-se na perseguição individual: na perseguição ou receio fundado de perseguição por razões políticas, religiosas, raça, nacionalidade ou pertença a determinado grupo social⁶... ou seja, trata-se do receio fundado de uma perseguição individual baseada numa característica (quer esta seja real ou imputada).

Assim, uma vez que a definição de refugiado não refere expressamente a guerra como fundamento, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os

³ Parágrafo 1 da Introdução.

⁴ Protecção Internacional é a substituição temporária da protecção nacional por parte da comunidade internacional, nos termos do Direitos Internacional, da protecção nacional, quando esta não existe, porque o país de origem, não pode, ou não quer, garantir essa protecção a alguns dos seus cidadãos. A protecção internacional visa proteger os direitos fundamentais desta categoria específica de pessoas (os refugiados), que se encontram fora dos seus países de origem.

⁵ Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, disponível em <https://cpr.pt/legislacao>.

⁶ Artigo 1º A 2) da Convenção de Genebra de 1951.

Refugiados (ACNUR)⁷, os pedidos de protecção relacionados com situações de conflito armado e violência podem levantar questões factuais complexas, que implicarão analisar as circunstâncias particulares e individuais do requerente, relativamente às causas, tipo e impacto do conflito armado, bem como a situação no país de origem.

Reconhecendo que situações de conflito armado e de violência indiscriminada são das maiores causas geradoras de movimentos de refugiados, a Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA), de 1969⁸, e a Declaração de Cartagena, de 1984⁹, optaram pela clarificação e por incluir tais situações na definição de refugiado constante da Convenção de Genebra de 1951, alargando-a.

Tal sucedeu porque pretendiam reflectir realidades específicas do continente Africano e da América Central e do Sul, respectivamente, respondendo aos contextos concretos.

Com efeito, soluções regionais como estas conseguem ultrapassar limitações características das acções a nível global, permitindo maior flexibilidade de negociação entre um conjunto de Estados que partilham os mesmos problemas e necessidades.

No caso da Convenção OUA pretendia-se enquadrar um contexto decorrente dos processos de descolonização, lutas de independência e criação de novos Estados. Com a Declaração de Cartagena de 1984 pretendia-se acautelar um contexto decorrente de lutas pela libertação nacional de regimes autoritários.

Este alargamento regional da definição de refugiado terá impacto no sistema

⁷ Guidelines on International Protection No. 12: Claims for refugee status related to situations of armed conflict and violence under Article 1A(2) of the 1951 Convention and/or 1967 Protocol relating to the Status of Refugees and the regional refugee definitions - 02 December 2016, disponível em <https://www.refworld.org/policy/legalguidance/unhcr/2016/en/113881>.

⁸ Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA) que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados em África – Artigo1, número 2: O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem (...) seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutro lugar fora do seu país de origem.

⁹ Declaração de Cartagena – Recomendação III, número 3 - (...) considere também as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação sistemática dos direitos humanos ou outras circunstâncias que perturbem gravemente a ordem pública.

internacional de protecção. Com efeito, várias legislações procederão à sua autonomização, estabelecendo um nível de **protecção subsidiária ou complementar à definição do estatuto de refugiado**, que constitui primeiro nível de protecção com maior estabilidade.

É o que sucede em Portugal, no âmbito da evolução do sistema europeu comum de asilo. Na Lei do Asilo actualmente em vigor¹⁰ coexistem os dois níveis de protecção internacional referidos, previstos no artigo 3º (concessão do direito de asilo) e no artigo 7º (protecção subsidiária).

O regime internacional de protecção dos refugiados é assim constituído por um conjunto de instrumentos internacionais, regionais e nacionais que definem quem é reconhecido como refugiado/beneficiário de protecção internacional.

A correlação entre a guerra ou conflito armado, a deslocação forçada é óbvia, devendo ser reconhecida quando se abordam questões relativas à protecção internacional.

De acordo com o ACNUR, em 2023, as nacionalidades mais expressivas com necessidades de protecção internacional, em 2023, são as nacionalidades Afegã, Síria e Ucraniana. Todos países devastados pela guerra. Podemos acrescentar o Sudão do Sul, Myanmar, República Democrática do Congo; Sudão, Somália e a República Centro-Africana. Muitos destes países estão envolvidos em guerras há décadas. Existem hoje 59 Estados¹¹ no mundo envolvidos em conflitos armados.

Assim, quem foge da guerra, de um conflito armado é elegível para protecção internacional.

Em finais da década de 40, início dos anos 50 do século passado, quando da discussão acerca da criação de uma organização internacional no âmbito das Nações Unidas com mandato específico para a questão dos refugiados (que veio a ser o ACNUR) – fica claro que os Estados pretendiam que tal organização não constituísse ameaça

¹⁰ Lei n.º 27/2008, de 30/06, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 26/2014, de 05/05, pela Lei n.º 18/2022, de 25/08, pelo DL n.º 41/2023, de 02/06, pela Lei n.º 41/2023, de 10/08 e pela Lei n.º 53/2023, de 31/08 - Lei do Asilo actualmente em vigor, disponível em https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1584&tabela=leis.

¹¹ Informação disponível em <https://ourworldindata.org/war-and-peace> (consultada a 01.11.2024)

às soberanias nacionais, não impusesse novas obrigações financeiras e promovesse a estabilidade regional e internacional.

Este último aspecto é importante, porque os movimentos de refugiados não são apenas consequência de conflitos, podendo também ter impacto político nos países vizinhos e ser potenciadores de tensões regionais e até internacionais. Com efeito, os movimentos de refugiados podem ser instrumentalizados e usados como tática de guerra.

Como sabem, a maioria dos refugiados permanece nalgumas das regiões mais pobres e instáveis do mundo. Em 2023, de acordo com o ACNUR, 69% dos 44, 3 milhões de refugiados permaneciam nos países limítrofes, mais próximos das situações de crise e conflito¹².

Assim, assistimos a uma dinâmica, a um outro instrumento político, que é explorar a ameaça, real ou fictícia, de fluxos de migrantes, incluindo os refugiados, para alcançar objectivos geopolíticos e de política externa.

Apesar de o mundo ser global e os movimentos de bens, serviços e valores serem tratados como questões globais, os movimentos de pessoas são tratados essencialmente em termos nacionais.

Em 2021, Alexander Lukashenko, o líder da Bielorrússia, atraiu milhares de migrantes e refugiados, maioritariamente curdos do Iraque e da Síria, bem como afegãos, com promessas de fácil acesso à União Europeia. Levados de avião para Minsk, com vistos especiais, foram transportados de autocarro para a fronteira ocidental da Bielorrússia, onde foram deixados. A Letónia, Lituânia e Polónia não autorizaram a sua entrada e empurraram-nos de volta à Bielorrússia, utilizando gás lacrimogéneo, canhões de água e balas de borracha.

A ex-comissária da União Europeia (UE) para os Assuntos Internos, Ylva Johansson, referiu que a estratégia de Lukashenko usava “*seres humanos de forma*

¹² 25% chegam a países mais desenvolvidos (incluindo a União Europeia), 75% permanecem em países de baixo ou médio rendimento – UNHCR Global Trends 2024 informação disponível em <https://www.unhcr.org/global-trends>.

*instrumentalizada. Isto é totalmente inaceitável*¹³.

Ao longo das últimas décadas, o Presidente turco, Recep Erdogan, ameaçou repetidamente “inundar” a UE com refugiados, a menos que Bruxelas aceitasse determinadas concessões.

Na verdade, a eficácia de recorrer à ameaça de fluxos migratórios depende sobretudo da atitude e da política do país visado, que aceitando ou não estas ameaças, respondem habitualmente fechando as suas fronteiras, endurecendo as suas políticas migratórias ou externalizando parcial ou totalmente a sua gestão.

Tratam-se de medidas que enfraquecem o regime legal e humanitário de protecção e reforçam o sentimento anti-imigração e anti-refugiados a nível interno e regional.

Apesar do contexto negativo, desinformado e de suspeição que existe relativamente aos refugiados, estes são também instrumentos de paz.

Na verdade, ser refugiado está intrinsecamente ligado à paz.

Tal como refere a Declaração das Nações Unidas sobre Asilo Territorial, de 1967¹⁴, o reconhecimento do estatuto de refugiado constitui um *“acto pacífico e humanitário, e que, como tal, não pode ser considerado um acto hostil por nenhum outro Estado”*.

As soluções duradouras para os refugiados - o retorno voluntário e em segurança, a reinstalação e a integração no país de asilo - têm como objectivo final permitir que os refugiados reconstruam as suas vidas com dignidade, em segurança e em paz.

É igualmente importante reconhecer a participação dos refugiados nos processos de paz. Com efeito, não devem ser vistos como destinatários passivos, podendo contribuir para o desenvolvimento de acordos de paz e reconciliação, mas também a reconstrução dos seus países através das competências adquiridas nos países de acolhimento.

Falando ainda de Paz - a existência de refugiados é habitualmente entendida como

¹³ <https://www.euronews.com/my-europe/2021/08/25/lukashenko-is-using-human-beings-in-an-extreme-act-of-aggression-towards-the-eu-says-johan...>

¹⁴ <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declaracao-asiloterritorial.pdf>.

uma consequência de violações à paz. Com efeito, o exercício e o gozo dos direitos humanos têm como premissa a existência de paz, componente essencial da dignidade humana.

Mas é importante sublinhar que a existência de Paz não significa a inexistência de refugiados – como vimos os fundamentos de perseguição não estão dependentes da existência de um conflito armado. Muitos países que não enfrentam conflitos perseguem os seus cidadãos por razões relacionadas com religião, opiniões políticas, raça, nacionalidade e pertença a determinado grupo social, nos termos da Convenção de Genebra de 1951.

A questão dos refugiados é um tema polarizador e actual com desafios e dilemas complexos e globais:

- Existe a incapacidade ou a vontade política de resolver os conflitos, as causas das migrações forçadas, que não estão circunscritas a uma região. Com efeito, neste domínio, as soluções serão de âmbito político e não humanitário. Também não se verifica a vontade política para a criação de vias complementares e seguras;
- Existem dificuldades na implementação das soluções duradouras antes referidas. Muitas Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas reconhecem a necessidade de cooperação internacional e acções conjuntas, mas não existe a obrigação de cooperação / de solidariedade internacional;
- Acresce ainda a existência de percepções e mitos a respeito do asilo e dos refugiados, bem como a confusão de conceitos, que têm contribuído para a desinformação e descontextualização do tema (por exemplo através da associação do asilo a abuso de protecção, ou a associação dos refugiados a insegurança, crime e terrorismo, que não se encontra de modo algum estabelecida);

Nesta matéria é importante usar os conceitos correctos, mas também a linguagem, pois as palavras importam - têm um sentido e um significado – o recurso a palavras como “invasão, ameaça, crise” provocam medo, insegurança e fortalecem uma ideia que não correspondem a factos, nem contribuem para um debate informado e construtivo.

Revendo a história do direito de asilo percebemos que nenhum período da história

mundial foi isento de graves perturbações. É uma história de perseguições, conflitos e violação de direitos humanos.

Como vimos, fugir de um conflito armado justifica a necessidade de protecção internacional. Apesar de os refugiados poderem ser instrumentalizados como tática de guerra ou para alcançar objectivos geopolíticos e de política externa, são também ser agentes de paz. Todavia, a existência de paz não significa a inexistência de refugiados, pois a perseguição por razões políticas, religiosas, raça, nacionalidade ou pertença a determinado grupo social não está dependente da existência de um conflito armado. Por todas estas razões os instrumentos de Direitos Humanos permanecem relevantes.

A UE NUMA NOVA ORDEM MUNDIAL

João Duarte Albuquerque

Ex-Deputado ao Parlamento Europeu
Especialista em Relações Internacionais
joao.albuquerque.europarl@gmail.com

RESUMO

O primeiro mandato de Donald Trump à frente da Casa Branca fez soar várias campanhas de alarme em Bruxelas sobre a manutenção da tradicional aliança entre Estados Unidos da América e a União Europeia. Durante esses quatro anos, que terminaram pouco depois da primeira eleição de Ursula Von der Leyen como Presidente da Comissão Europeia, a UE ficou-se muito mais pelas intenções e proclamações do que pela concretização de uma real estratégia de autonomização europeia. A eleição de Joe Biden, em 2020, pareceu atenuar esses esforços e adiou a efetivação de tal estratégia, deixando a UE vulnerável ao segundo regresso de Trump à Casa Branca. Que posição pode a UE assumir numa nova Ordem Mundial em que 1) os EUA são menos aliados e mais competidores; 2) a China poderá ocupar a vaga de liderança deixada em aberto pela saída dos EUA da cena multilateral; 3) a UE parte atrás de ambos os países em termos militares, económicos e de liderança geopolítica?

Palavras-chave: Geopolítica, Nova Ordem Mundial, União Europeia, Estados Unidos da América, China.

Introdução

Ao longo do primeiro mandato de Trump, repetiu-se muitas vezes em Bruxelas que haveria que tirar ilações do caminho de isolacionismo autoritário que os EUA seguiam. Mas o interregno de Biden deixou instalar na mente dos líderes europeus a ilusão de terem o luxo da inação – ou o adiamento da concretização de uma estratégia de relançamento político, económico e, também, militar da União. Essa ilusão de que nos poderíamos permitir a que tudo ficasse igual foi aproveitada de forma exímia por aqueles que vêem no projeto europeu e nos fundamentos do Estado de Direito e das democracias liberais o seu principal alvo a abater.

Acresce a isto que a Europa é, muito provavelmente, o único continente a não ter ainda percebido que o mundo já não é eurocêntrico. A transição da concentração de poder e riqueza do Atlântico para o Indo-Pacífico não é um fenómeno recente e a primeira eleição de Donald Trump está longe de ter marcado o ponto de viragem.

A eleição de Barack Obama colocou fim a oito anos de liderança conservadora nos Estados Unidos, assente nos esforços militares americanos no Iraque e Afeganistão, decorrentes do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001. Foram anos em que a dependência da economia americana do complexo industrial militar aumentou e em que o difícil equilíbrio entre os pratos da segurança, vigilância e proteção, num lado, e da privacidade e liberdades individuais, no outro, acabou por pender inequivocamente para o primeiro.

Também em 2001, coincidentemente, a entrada da China na Organização Mundial do Comércio - acontecimento com igual, se não maior, importância geopolítica - levou a que o gigante asiático passasse a competir de forma muito mais direta e livre com as restantes economias globais e consolidasse a sua trajetória de segunda maior economia mundial e de um ator relevante e influente na arena internacional. Nas duas décadas subsequentes, o investimento chinês expandiu-se fortemente pelo continente africano e, mais recentemente, também pela América do Sul.

Esta evolução levou a que, ainda durante a primeira presidência Obama, se

tenha começado a verificar um deslocamento do foco de atenção americana dos seus tradicionais aliados e parceiros europeus, para os seus parceiros asiáticos e para as relações com os países do Indo-Pacífico. Durante este período, a UE foi paulatinamente perdendo os seus lugares cimeiros. Primeiro, do ponto de vista do poderio económico - a UE está, naturalmente, muito longe de ser irrelevante, mas a sua capacidade de inovação e produção tecnológicas e industriais não tem conseguido ombrear com as suas contrapartes americanas ou chinesas. Segundo, do ponto de vista militar - a excessiva dependência de proteção americana nas dimensões da segurança e defesa, bem como da sua produção industrial militar, foram entorpecendo o investimento europeu nestas áreas e diminuindo a sua capacidade de projetar hard-power nas relações com outros atores internacionais. E, em terceiro, decorrente dos dois anteriores, o seu poderio enquanto ator influenciador e relevante do ponto de vista geopolítico - seja pela incapacidade de psicanalisar o seu passado colonizador, seja pela ausência de uma estratégia consistente de investimento e diplomacia com estes países, a UE foi perdendo a sua capacidade de se afirmar como uma potência que medeia ou resolve conflitos internacionais.

Com Donald Trump a regressar pela segunda vez à Casa Branca, numa reencarnação que, pelo menos a julgar pela retórica, se antevê que seja ainda mais agressiva para o exterior, com uma política de expansionismo imperialista protecionista – enclausurado em todas as dimensões das suas próprias contradições – que posicionamento pode a União Europeia adotar? É mesmo chegado o momento do ‘agora ou nunca’ europeu?

Uma nova fase de relacionamento com os EUA

Se é verdade que a UE sempre teve maior capacidade de se forjar perante a iminência de crises ou ameaças à sua unidade - e elas têm-se multiplicado - também parece verdade que a eleição de Joe Biden colocou um travão na aplicação de medidas que reforçassem a autonomia estratégica da União, e que tinham sido definidas unanimemente como necessárias após o primeiro desastroso e nefasto mandato de

Trump. O seu segundo regresso, com uma agenda ainda mais clara sobre a participação americana nas diferentes organizações mundiais que constituem as fundações do multilateralismo internacional – em particular, a diminuição das contribuições financeiras para a ONU, ou a saída da OMS e dos Acordos de Paris –, bem como a incerteza sobre a real participação dos EUA na NATO, faz novamente soar as campainhas de alarme em Bruxelas.

No domínio da segurança, Trump lançou duas cartadas ainda mais inesperadas no início do seu mandato. A primeira foi o anúncio de ocupação do território palestino da Faixa de Gaza para a construção daquilo que se pode antever como um amplo complexo turístico, e a consequente expulsão de mais de dois milhões de palestinos das suas casas. A segunda foi o início de negociações diretas com a Rússia para a implementação de um eventual cessar-fogo sem a inclusão da Ucrânia nas mesmas – ou da União Europeia.

Por entre o anúncio de tais intenções – que a generalidade da comunidade internacional recebeu entre a perplexidade e a rejeição categórica –, o Presidente americano exigiu ainda um aumento do investimento europeu em segurança e defesa, passando dos 2% do PIB previstos no quadro da NATO, para 5% – saltando por cima da exigência de 3% que tinha determinado no seu primeiro mandato.

A tudo isto acresce uma mudança radical do equilíbrio de poderes políticos no seio da UE, a que um dos principais apoiantes de Trump, Elon Musk, não é alheio. Atualmente, e com o acordo recentemente alcançado para a formação do novo governo na Bélgica, são já dez os governos europeus liderados ou apoiados por partidos populistas – todos de extrema-direita, com exceção da Eslováquia, cujo partido de governo pertencia à família social-democrata, da qual se encontra suspenso – ou abertamente eurocéticos, alguns com proximidade política, ideológica ou tática a Putin. Vários destes partidos – o caso mais recente e flagrante é o da Alternative für Deutschland (AfD – Alternativa para a Alemanha) – têm não só feito por demonstrar a sua proximidade a Elon Musk como recebido da parte do bilionário um significativo apoio político-eleitoral, além de financeiro.

Na mais recente atualização política, vários eventos marcaram um agravar das tensões entre os dois lados do Atlântico. Depois de Donald Trump ter repetido alguns dos principais pontos da narrativa russa em relação à Ucrânia – acusando Zelensky de ser um ditador e um líder ilegítimo e de ter afirmado que foi a Ucrânia que começou e provocou a guerra com a Rússia –, o seu Vice-Presidente, J. D. Vance, proferiu um discurso na Conferência de Segurança de Munique que inverteu por completo as relações de aliança tradicionais entre EUA e Europa. Vance acusou a UE de ser o seu principal inimigo e de ser responsável por um ataque às suas próprias democracias, suprimindo liberdades e garantias, em particular o direito à liberdade de expressão. A este momento, seguiu-se o anúncio de um plano de paz para a Ucrânia e a realização de uma reunião bilateral entre EUA e Rússia para o efeito, que deixou quer a União Europeia, quer a Ucrânia de fora. As reações europeias de condenação destes vários momentos foram praticamente unânimes e a recentíssima eleição alemã, com a vitória de Friedrich Merz, do centro-direita, sucedendo à improvável coligação de centro-esquerda-verdes-liberais, liderada por Olaf Scholz, pode ter sido o momento de viragem mais determinante. Merz assumiu durante a campanha e no seu discurso de vitória que a Europa tinha de seguir um caminho de total autonomização das suas capacidades de segurança e defesa e reiterou que o apoio à Ucrânia deveria ser reforçado, de modo a garantir a continuação da sua capacidade de resistência.

Estes sinais de afastamento entre os EUA e a União Europeia têm como dupla consequência uma aproximação a países tradicionalmente visto como adversários – como é o caso mais evidente da Rússia – e o erodir da ordem multilateral, que tinha nos EUA um dos principais financiadores das organizações que em muito a sustentam. Perante este cenário, em que o afastamento se parece transformar em hostilidade aberta – como demonstra a guerra comercial lançada por Trump com a imposição de novas tarifas – obrigam a UE a confrontar-se (mais uma vez) com desafios existenciais, com especial incidência nos domínios económico e militar.

De crise em crise até à crise final?

Seria injusto considerar que ao longo dos quatro anos da Administração Biden, a Europa nada fez para melhorar e reforçar a sua autonomia estratégica. Os instrumentos reguladores que aprovou – como o Regulamento de Mercados Digitais (DMA) e o Regulamento de Serviços Digitais (DSA) – são fundamentais para conferir à União um reforço de poderes na sua relação com as grandes empresas americanas, em particular do setor tecnológico.

Mas a tentativa de alteração da correlação de forças não se cingiu, apenas, a uma reação à ameaça de Trump na liderança norte-americana. Ao longo do seu primeiro mandato à frente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen falou insistentemente do conceito de autonomia estratégica e da necessidade da UE avançar na direção de diminuição de risco de exposição em relação à China (de-risking), em vez da tradicional abordagem de dissociação (decoupling). Várias iniciativas foram aprovadas no sentido de melhor proteger a investigação e os investimentos europeus, bem como de dificultar a entrada de produtos chineses no mercado europeu, com especial incidência nos veículos elétricos.

Mas o confronto com um segundo mandato de Trump, simultaneamente mais protecionista e mais expansionista, – veja-se a aplicação de tarifas comerciais a Canadá e México, para além da UE, ou as declarações feitas em relação ao Canal do Panamá e à Gronelândia – deixam no ar a dúvida sobre quais as reais capacidades europeias de responder a uma guerra comercial com os Estados Unidos e sobre quais as reais capacidades militares da União Europeia sem o chapéu-de-chuva americano.

Neste sentido, o ano de 2024 ficou marcado pela apresentação de três relatórios essenciais que serviriam (ou servirão?) de base à implementação de medidas estratégicas para responder aos desafios económicos e de segurança que a União enfrenta: o Relatório Letta, para a reforma do Mercado Comum (“Much more than a Market”); o Relatório Draghi, sobre o futuro da competitividade europeia (“The future of European competitiveness”); e o Relatório Niinistö, sobre as capacidades de resposta civil e militar

européia (“Safer Together – Strengthening Europe’s Civilian and Military Preparedness and Readiness”). Destes relatórios, resultou já a apresentação pela Comissão Europeia da “Bússola da Competitividade”, em janeiro de 2025, e a apresentação do “Livro Branco para o futuro da Defesa Europeia”, em março.

Daqui resulta que, pelo menos no papel, a liderança europeia está bem ciente dos desafios que tem pela frente e dos riscos que corre se se mantiver no mesmo rumo dos últimos anos, ou seja, quase exclusivamente sob a égide protetora militar dos Estados Unidos da América e terceirizando a sua capacidade produtiva e industrial – que levou à deslocalização das empresas europeias e à terciarização da economia europeia. O que está muito longe de ser claro é 1) como irá ultrapassar os vários dissensos políticos que tem no seu seio; e 2) como pretende alavancar os necessários recursos e instrumentos financeiros para suportar as diferentes estratégias que pretende implementar.

Diplomacia democrática – o caminho para o multilateralismo

A receção europeia ao anúncio das tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos foi ambivalente. Por um lado, o receio das consequências económicas para as empresas exportadoras europeias – particularmente, o setor automóvel, que se encontrava já em situação de alguma fragilidade face à concorrência externa. Por outro, o reconhecimento de que havia disparidades na aplicação de tarifas europeias aos produtos americanos – mais uma vez, com especial incidência no setor automóvel.

Do ponto de vista económico, será efetivamente difícil de contrariar o argumento de que também a União Europeia tem a sua dose de políticas protecionistas. O caso mais flagrante será, porventura, o do setor agrícola. A Política Agrícola Comum (PAC) representa praticamente um quarto do orçamento total da União, mesmo que se encontre numa consistente trajetória descendente, tendo passado de 73,2%, em 1980, para perto dos 25%, em 2023. Os agentes do setor agrícola são, também do ponto de vista político, um importante grupo de pressão, com capacidade de influenciar a política europeia. Têm sido particularmente ativos na tentativa de bloqueio político em

duas frentes: os acordos de comércio internacional e as políticas de sustentabilidade ambiental.

No segundo domínio, veja-se como foram capazes de, através de protestos massivos e violentos, provocar o recuo – a mitigação, na melhor das hipóteses – da implementação do Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal). Isso é bastante visível na distribuição das responsabilidades políticas do novo colégio de comissários para o mandato 2024-2029 e na forma como as referências diretas ao Pacto Ecológico foram retiradas das suas competências delegadas. No primeiro ponto, a sua influência – embora não razão exclusiva – tem sido suficiente para adiar a assinatura do acordo de comércio entre a UE e os países do Mercosul, sob o pretexto de que isso seria prejudicial à competitividade do setor europeu.

Ora, perante o cenário de crescente bipolarização mundial, com EUA e China a competirem pela dominância global, a UE precisa de encontrar uma solução para reforçar a cooperação diplomática, pacífica e democrática – com ênfase nesta última dimensão – de modo que não se deixe isolar ainda mais na cena internacional. Esta necessidade torna-se ainda mais premente quando a democracia nos EUA parece estar a entrar numa fase de rápida erosão, com o desvirtuar dos tradicionais mecanismos de equilíbrio entre os poderes legislativo, executivo e judicial, enquanto a China reforça a sua dimensão de autocracia tecnocrata de estilo “*big brother*” tecnológico.

É neste contexto que a UE tem de aprofundar os instrumentos de cooperação bi ou multilateral, contrariando as derivas protecionistas e de lei do mais forte na ordem internacional. O caso do Mercosul é um bom exemplo de como através de um acordo de comércio internacional se introduzem vários pontos que visam aprofundar a cooperação política entre os dois blocos, mas também aproximá-los no cumprimento de metas ambientais e de sustentabilidade.

Um sinal muito positivo que indicia a tentativa de retoma do papel de mediador da União Europeia e do reforço da sua capacidade diplomática veio do novo Presidente do Conselho Europeu, António Costa. No início de fevereiro de 2025, na Conferência anual de Embaixadores da UE, Costa anunciou a realização de várias cimeiras bi e multilaterais

– Brasil, África do Sul, Ásia Central, Reino Unido e Japão, ainda no primeiro semestre de 2025, e a possibilidade de incluir a breve trecho a União Africana e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e das Caraíbas (CELAC). O refortalecimento dos laços de proximidade entre a UE os seus parceiros existentes ou potenciais é fundamental para aprofundar a dimensão de cooperação democrática, numa época em que o número de democracias no mundo tem vindo a diminuir e é inferior ao número de regimes autocráticos, ou em que a qualidade dessas democracias se encontra, também, sob ameaça.

Esta necessidade de reforço da cooperação multilateral é ainda mais urgente perante um cenário de aumento do número de conflitos militares de cariz regional, mas com potencial de escalada para uma dimensão global. De acordo com o “Peace Research Institute Oslo” (PRIO), 2023 “registou o maior número de conflitos entre Estados desde 1946. Além disso, os últimos três anos foram os mais violentos das últimas três décadas (...). 2023 acabou por ser um dos anos mais violentos desde o fim da Guerra Fria. Registou-se um número recorde de 59 conflitos.”

Perante a possibilidade de um acelerar da erosão do multilateralismo e da diminuição da capacidade de intervenção na resolução de conflitos por parte da ONU e suas agências, a UE precisa de fortalecer a sua rede de parcerias e capacidade de influência diplomática geoestratégica, acompanhada de uma capacidade de projeção da sua força militar autónoma. Mais uma vez recorrendo à intervenção do Presidente do Conselho Europeu, recordando as palavras de Robert Schuman: “A paz mundial não pode ser salvaguardada sem a realização de esforços criativos proporcionais aos perigos que a ameaçam.”

O relançamento económico europeu – a competitividade social

De que forma pode, então, a UE fazer face aos desafios que enfrenta, quer do ponto de vista dos difíceis equilíbrios políticos, quer do ponto de vista do seu relançamento

económico, quer do ponto de vista geopolítico?

Parece inevitável que no atual contexto mundial, amplamente descrito anteriormente, a UE procure reforçar as suas capacidades autónomas de resposta no domínio da segurança e defesa, diminuindo a sua dependência dos EUA. As conversações entre os líderes europeus têm-se intensificado nas últimas semanas e os relatos que têm sido conhecidos apontam para que a discussão esteja, atualmente, centrada nas estratégias para a concretização dos objetivos, mais do que sobre se a estratégia deve ser seguida. Como referido, o início do mês de março ficou marcado por uma reunião extraordinária do Conselho Europeu para ultimar os pormenores finais do Livro Branco europeu de Segurança e Defesa, apresentado no final do mesmo mês.

Se do ponto de vista da segurança e defesa, parece estar a caminhar-se para um crescente consenso europeu, no domínio económico, a Presidente da Comissão Europeia parece estar a querer enveredar por um caminho de aumento da competitividade através da eliminação daquilo que considera serem as barreiras ao crescimento e à inovação das empresas europeias. Para concretizar a sua estratégia, von der Leyen parece apostada em duas ações primordiais: a diluição dos objetivos aprovados no Pacto Ecológico Europeu, em particular a imposição de objetivos nos domínios da sustentabilidade e dos direitos sociais às empresas europeias em toda a sua cadeia de valor, incluindo fora da UE; e a eliminação do que considera serem restrições burocráticas e administrativas – “*red tape*” – que constringem a expansão da atividade económica das empresas europeias.

Sobre este último ponto, urge fazer uma reflexão cuidada sobre os riscos que esta abordagem pode trazer. A União Europeia, não obstante o seu considerável poderio e dimensão económica, está longe de estar no epicentro das regiões de maior crescimento económico atualmente. E se é verdade que quer dos EUA, quer da China e do Indo-Pacífico têm chegado diferentes inovações e desenvolvimentos tecnológicos, não seria acertado referir que a UE está cristalizada nesse domínio. Não obstante, não está muito desfasada da realidade a ideia de que a UE tem perdido capacidade competitiva e de inovação face aos seus principais oponentes. Porém, esta análise não estaria completa

sem analisar, também, aqueles que são os pontos mais fortes da União face aos demais.

Há um domínio em que a União Europeia continua a ter a indisputada liderança e na qual se distingue de quase todos os seus principais competidores: as políticas sociais. Acrescentaria que, para além do domínio social, também nas questões ambientais e de sustentabilidade, a UE procurava cimentar uma posição vanguardista e de afirmação do cumprimento dos objetivos do Acordo de Paris como parte integrante das suas políticas económicas.

Ora, num período de dupla transição – digital e “verde” – a manutenção da aposta europeia em políticas que promovam ou preservem os direitos sociais e que apostem na sustentabilidade ecológica podem ser um fator de valorização da competitividade europeia. Veja-se o caso dos apoios à transição justa, que visam garantir os necessários recursos financeiros aos europeus para que adotem as medidas necessárias ao cumprimento das metas de eficiência energética, ou o apoio ao investimento na requalificação ou melhoria das qualificações dos trabalhadores para enfrentar a transição digital. Estas medidas são fundamentais para impulsionar a economia europeia, em simultâneo com a melhoria das condições de vida dos europeus através do reforço dos seus rendimentos.

Como referia o anterior comissário europeu, Nicholas Schmit, “é verdade, sim, a Europa precisa de ser ainda mais competitiva. Mas a competitividade não é um objetivo em si mesmo. O verdadeiro objetivo deve ser emprego de qualidade, o que significa salários dignos, boas condições de trabalho com proteção social e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.” Aproveitar os esforços de simplificação administrativa para, em simultâneo, diminuir a capacidade regulatória europeia, abrandar a implementação das medidas do Pacto Ecológico Europeu ou atacar, ainda mais, os já depauperados sistemas de Estado Social europeu não só não contribuiria para aumentar a competitividade europeia como ameaçaria as áreas em que a UE é, de facto, líder mundial.

Conclusão

Os múltiplos desafios que a União Europeia enfrenta colocam-na, possivelmente, perante uma das mais delicadas e críticas crises existenciais. No seu seio, o crescimento dos movimentos populistas de extrema-direita tem colocado os fundamentos da democracia liberal e do estado de direito sob ameaça – no momento da escrita, a Roménia corre o risco de ser o mais recente membro da UE a ter um Presidente e um governo de extrema-direita, pró-Putin e eurocético. Por outro lado, a inversão da política externa americana com a eleição de Donald Trump, e um contexto geopolítico de aumento dos conflitos regionais com potencial de atingirem a escala global, colocam a UE perante a necessidade de rever a sua política de alianças e parcerias.

No domínio da segurança e defesa, não obstante a exigência e dificuldade de procurar consensos por entre os delicados equilíbrios políticos no interior do Conselho Europeu, o contexto político parece favorecer um caminho de crescente entendimento entre os parceiros europeus. Os próximos tempos serão de acertar estratégias e caminhos a seguir, mais do que de reconhecer a necessidade de caminhar em conjunto neste domínio.

Mais difícil será o consenso a alcançar nos domínios económico e social, em que as divergências políticas parecem ser maiores. E em que a estratégia a seguir – que resulta da aplicação da visão ideológica legítima da maioria política europeia – poderá ter, no meu entender, um efeito contraproducente aos efeitos pretendidos. A aposta na Europa social e na liderança mundial no combate às alterações climáticas têm um enorme potencial para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento económico, superior à inversão da aposta nestas políticas para eventuais ganhos residuais de competitividade europeia face ao exterior.

Pese embora as enormes incertezas que pairam sobre o futuro do projeto europeu, e a existência de fortes – e públicas – divergências políticas sobre o caminho a seguir em diferentes domínios, a União Europeia parece estar a avançar para uma maior convergência política em torno da necessidade de uma maior autonomia estratégica na

definição das suas capacidades de resposta aos desafios e ameaças a que se encontra sujeita. E isso parece ser a melhor notícia que poderíamos ter neste momento.

A CRISE HISTÓRICA DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS CAPITALISTAS, O RECRUDESCIMENTO DA DIREITA PÓS-FASCISTA E O ESPECTRO DAS AUTOCRACIAS

Bruno Madeira

Instituto de Ciências Sociais
Laboratório de Paisagens, Património e Território
Universidade do Minho
bruno.j.madeira@gmail.com

RESUMO

A extrema-direita cresce como nunca desde a 2.^a Guerra Mundial e tem marcado indelevelmente as primeiras décadas do terceiro milénio. Face à ameaça cada vez maior que parece pender sobre as democracias liberais e o resvalar progressivo para a autocracia, neste texto procuram-se identificar algumas das principais razões que justificam o recrudescimento pós-fascista. Não subscrevendo análises que – tal como na época do fascismo histórico – vêem o fenómeno como exterior às próprias democracias e aos desenvolvimentos do capitalismo, como uma doença que urge extirpar para que tudo volte a ser como antes, olha-se aqui, essencialmente, para as mudanças estruturais que, em termos políticos, económicos, sociais e culturais, marcaram os últimos quarenta anos no mundo euro-americano. Vista mais como um produto da crise das democracias liberais e do capitalismo do que como a causadora dessa crise, enunciam-se ainda as transformações que ocorreram no campo político das direitas e que concorreram no sentido da sua radicalização.

Palavras-chave: Pós-fascismo, extrema-direita, democracia liberal, crise, autocracia.

Introdução

A ascensão ao poder e o recrudescimento da direita pós-fascista são o principal facto político deste primeiro quartel do século XXI. A relativa indiferença pelas instituições, pela separação de poderes e pelos processos democráticos, implica a instalação de um ambiente permanente de incerteza e de ansiedade, uma atmosfera de liminaridade que nos desorienta face a uma nova ordem que sentimos estar a ser gerada e implementada e à falência e ao estilhaçar da velha ordem. Com efeito, o ritmo a que as mudanças conjunturais e as transformações estruturais vêm acontecendo, e que não cessa de acelerar, permite-nos equacionar se não estaremos a viver uma verdadeira revolução que condenará definitivamente o espírito iluminista e liberal – que tem soprado na maioria das soluções políticas que a humanidade tem adoptado nos últimos dois séculos e meio (tomando como referência a Revolução Americana de 1776) – e consagrará, como vários autores têm vaticinado, um futuro-passado tecnofeudal (Varoufakis, 2023) ou neofeudal (Dean, 2024).

Qualquer análise sobre este tema arrisca ver a sua validade expirada em dias ou semanas. Quando, em 8 de Novembro de 2024, discutimos esta questão no Congresso Internacional “Guerras e Paz: Riscos, dinâmicas e horizontes de futuro” estávamos longe de imaginar a magnitude do ataque que Donald Trump faria à democracia norte-americana, ao seu sistema de *checks and balances*, à separação de poderes que sempre marcou a arquitectura constitucional do país, à liberdade de imprensa, de expressão e de associação e à sua política externa. Apesar da resistência que o sistema judicial tem mostrado em relação à avalanche de decretos presidenciais, a Casa Branca tem reiterado a intenção de não obedecer às ordens de suspensão ou de reversão de medidas decretadas por Trump. A somar à rejeição das resoluções judiciais, devemos ainda sublinhar a preponderância executiva dada a um multimilionário cuja participação no governo dos EUA não foi sufragada pelos eleitores e que, como tal, não possui legitimidade democrática nem enquadramento legal que sustente a razia que vem promovendo nos diversos serviços e institutos públicos norte-americanos. Além disto, a partilha pela conta oficial da Casa Branca na rede social X (ex-Twitter) de uma

imagem de Trump coroado rei é demonstrativa de que a coligação entre a direita pós-fascista e a oligarquia tecnológica de Silicon Valley resvala rápida e perigosamente para a autocracia (Forti, 2024).

Tendo em conta o rápido e consistente crescimento da direita pós-fascista na larguíssima maioria dos Estados-membros da União Europeia e o carácter aparentemente duradouro do sucesso eleitoral deste campo político – antevendo-se até o seu crescimento à boleia de Trump e de Musk –, importa refletir sobre as razões que ajudam a explicar não só este fenómeno, mas, sobretudo, a crise das democracias liberais, das suas instituições e dos partidos que tradicionalmente as governaram. Num contexto internacional em que os EUA se aproximam da Rússia e em que a Europa terá de rever a sua política de alianças e a dependência que mantém em relação aos EUA desde o final da 2.^a Guerra Mundial, indagar sobre as possíveis razões desta crise da democracia reveste-se da maior actualidade e pertinência.

Em primeiro lugar, devemos entender o recrudescimento pós-fascista como uma reacção produzida no interior das próprias democracias liberais e não como algo que lhes é exterior. Em segundo, devemos encontrar uma designação que nos permita pensar estes partidos e movimentos como compondo uma vaga internacional com diferentes expressões nacionais, não sobrevalorizando as diferenças que existem entre cada um deles. Nesse sentido, utilizamos o conceito “pós-fascismo” (Traverso, 2019a; Traverso, 2019b; Querol, 2015; Rasmussen, 2022; Micocci & Di Mario, 2017) por entendermos que é o que melhor capta a essência ontológica, ideológica e transnacional deste campo político e por considerarmos que designações como ultradireita (Mudde, 2021; Acha Ugarte, 2021) ou nacional-populismo (Eatwell & Goodwin, 2018; Beyme, 2019) são insuficientes para o caracterizar. Tendo noção que a história nunca se repete e que está sempre em trânsito (LaCapra, 2006), o conceito de pós-fascismo, reconhecendo as diferenças das suas conformações actuais relativamente aos fascismos históricos e aos neofascismos do pós-2.^a Guerra, não deixa de identificar as suas origens nesses dois fenómenos políticos – produto metamorfoseado da experiência fascista e neofascista. O conceito traduz ainda a ideia de que os modelos de organização, as estratégias

discursivas e os princípios morais e programáticos não são definitivos, não são o ponto de chegada da extrema-direita. Concebe-a, antes de mais, como uma fase de transição cujo desfecho é ainda imprevisível. No fundo, “o pós-fascismo é um conceito que denota uma novidade face ao fascismo histórico e que sugere, simultaneamente, uma continuidade e uma transformação” que “certamente não oferece respostas a todas as questões em aberto, mas que corresponde a esta fase transitória” (Traverso, 2019b). Por fim, devemos enquadrar os mais recentes triunfos da direita pós-fascista no contexto de consolidação hiper-monopolista de um pequeno número de conglomerados que dispõem e controlam um dos bens mais preciosos do capitalismo tardio: os dados digitais. Os avanços registados ao nível da inteligência artificial e da digitalização do quotidiano apontam também para o reforço crescente desta oligarquia digital e da sua vontade de dominar politicamente o mundo, tendo encontrado uma sintonia de interesses e de ideias com os partidos e movimentos da direita pós-fascista.

Um crescimento sustentado em (quase) toda a União Europeia

Como vimos, o fenómeno não se limita aos Estados Unidos da América. Se nos anos 1980 o mundo ocidental foi varrido por uma onda neoliberal/neoconservadora, a última década tem sido o palco de uma vaga pós-fascista, que aparenta estar a viver um crescimento sustentado e firme e em que cada vitória ou bom resultado num país tende a ter impacto positivo nas direitas pós-fascistas de todo mundo euro-americano – o caso das eleições federais canadianas, realizadas em 28 de Abril, sob o espectro das intenção manifestada por Trump de fazer do país o 51.º Estado dos Estados Unidos, contrariam esta tendência, tendo dado, pela quarta vez consecutiva, a vitória aos liberais. Nesta vaga devemos ainda inserir a Rússia de Vladimir Putin, a Argentina de Javier Milei, a Índia de Narendra Modi e as Filipinas de Rodrigo Duterte (até 2022), reforçando assim a visão transnacional do fenómeno.

Se, em 2023, no caso espanhol, o Vox perdeu um número considerável de votos e de assentos parlamentares e, no polaco, o PiS, apesar de ser o partido mais votado, não

conseguiu formar governo, a verdade é que no ano anterior a Itália passou a ser dirigida por Giorgia Meloni e pelos seus Fratelli d'Italia, herdeiros do neofascista Movimento Sociale Italiano e da ulterior Alleanza Nazionale, em aliança com a Lega e a Forza Italia e Viktor Orbán viu o seu poder reforçado na Hungria.

Também em 2022, Marine Le Pen conseguiu o melhor resultado de sempre da direita não liberal em eleições presidenciais, conquistando mais de 13 milhões de votos, que corresponderam a mais de 41% do total, e as sondagens parecem indicar que reúne as condições para vencer as próximas presidenciais francesas. Ainda em 2022, os neonazis Democratas Suecos foram a segunda força política mais votada nas eleições de 22 de Setembro, e o recém-criado Democratas da Dinamarca obteve um impressionante 5.º lugar nas legislativas dinamarquesas, demonstrando o potencial de crescimento que é alimentado pela retórica anti-imigração e islamofóbica. Aos 8,08% dos Democratas da Dinamarca há ainda que somar os 3,66% da Nova Direita e os 2,63% do Partido Popular Dinamarquês. Em conjunto, a direita pós-fascista dinamarquesa recolheu a preferência de 14% dos votantes.

Em 2023, e num sentido oposto ao do Vox, que terá sido prejudicado pelo voto útil no Partido Popular, o Partido dos Finlandeses ficou em segundo lugar nas eleições locais, a apenas 0,7% da Coligação Nacional, partido com o qual formaria governo. Tal como no caso francês, italiano e alemão, é chefiado por uma mulher, Riikka Purra, numa alteração do perfil masculino do líder de extrema-direita típico do fascismo histórico e do neofascismo. O ano de 2023 encerrou com outras duas vitórias importantes para o pós-fascismo global: em 14 de Novembro, Javier Milei conquistou o voto de 14,5 milhões de argentinos e tornou-se presidente do país com uma agenda que combina elementos do mais radical anarcocapitalismo com princípios e valores do programa pós-fascista; em 22 de Novembro, Geert Wilders conduziu o Partido da Liberdade (PVV) à vitória nas legislativas neerlandesas, recolhendo quase 2,5 milhões de votos (23,49%) e tornando-se essencial a qualquer tentativa de formação de governo nos Países Baixos.

Em 2024, continuando com o olhar fixado na Europa, as eleições federais belgas de 9 de Junho tiveram na Nova Aliança Flamenga (N-VA) e no Vlaams Belang os dois

partidos mais votados, recebendo 16,71% e 13,77% dos votos, respectivamente. Após sete meses de negociações com vista à formação de uma coligação governativa, em 31 de Janeiro de 2025 a N-VA conseguiu a chefia do governo belga. Em 29 de Setembro, as eleições legislativas austríacas deram a vitória ao Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ), que passou de 16,2% para 28,8% dos votos depositados em urna e que conseguiu que, pela primeira vez desde a 2.ª Guerra Mundial, a extrema-direita tivesse a maior representação individual no parlamento austríaco. Depois de vários meses de negociações e de incerteza, em Fevereiro de 2025, a maioria dos partidos austríacos juntou-se para formar uma coligação de governo e manter o FPÖ afastado da governação do país. Mais recentemente, para encerrar o ciclo de eleições nacionais nos Estados-membros da União Europeia, em Fevereiro de 2025 as eleições federais alemãs assistiram à duplicação da expressão eleitoral da Alternativa pela Alemanha (AfD), que passou de 10,4% para 20,8% dos votos e conquistou um inédito segundo lugar. Tal como na Áustria, as negociações tendentes à formação do novo governo alemão excluíram a AfD.

Por fim, as eleições europeias de junho de 2024 viram a direita dividir-se em três eurogrupos: Patriotas pela Europa (84 deputados), Reformistas e Conservadores Europeus (78 deputados) e Europa das Nações Soberanas (25 deputados), conquistando 26% do total de assentos parlamentares. Se os três grupos se coligassem seriam o segundo maior do Parlamento Europeu, com apenas menos um eurodeputado que o Partido Popular Europeu – deve ainda referir-se a existência de deputados europeus da direita pós-fascista que não estão inscritos em qualquer Eurogrupo, pelo que uma eventual unidade faria da extrema-direita o maior grupo do Parlamento Europeu. Se antes do acto eleitoral de 2024 apenas 7 países não tinham deputados europeus de direita pós-fascista, depois apenas a Irlanda, a Eslovénia e Malta não têm qualquer representante desse campo político em Bruxelas.

O que explica o rápido e significativo crescimento da direita pós-fascista?

O triunfalismo com que Francis Fukuyama (1989) decretou o fim da história em resposta à desagregação do bloco socialista e à expectável implosão da União Soviética, foi acompanhado pelos líderes políticos do mundo euro-americano e por aqueles que, tendo perdido um aliado estratégico, se deviam agora metamorfosear e adaptar à nova ordem política de um mundo unipolar. Na viragem dos anos 1980 para os anos 1990, a democracia liberal parecia ter vencido a luta contra os seus dois principais adversários: o fascismo e o comunismo. Entendia-se também que as economias planificadas e estatizadas haviam provado ser inferiores ao livre funcionamento do mercado e ao capitalismo. Tirando alguns casos isolados, a maioria do mundo converteu-se à ortodoxia neoliberal e o mundo euro-americano ficou com a sua matriz liberal profundamente consolidada.

Os anos 1990, porém, demonstraram que algo estava a mudar nas atitudes políticas dos eleitores europeus e, sobretudo, na forma como a direita conservadora via a extrema-direita. Em 1994, numa Itália cujo sistema político do segundo pós-guerra havia implodido, Silvio Berlusconi ganhou as eleições encabeçando uma coligação que integrava a Aliança Nacional (hoje Irmãos de Itália) e a Liga Norte (hoje Liga). Pela primeira vez desde a derrota do nazi-fascismo a extrema-direita fazia parte de um governo europeu. Cinco anos depois, em 1999, a FPÖ obteve um surpreendente segundo lugar nas eleições legislativas austríacas. Embora os sociais-democratas tenham sido o partido mais votado e de haver apelos internos e externos para que o Partido Popular Austríaco (ÖVP) – que obteve a mesma percentagem e número de eleitos que a FPÖ – não fizesse um acordo de governação com o partido de extrema-direita, os conservadores acabaram mesmo por firmar esse acordo e por permitir a entrada da FPÖ no governo. Por fim, em 2002, Jean-Marie Le Pen conseguiu apurar-se para a segunda volta das eleições presidenciais francesas, superando o candidato do Partido Socialista Francês, Lionel Jospin. Recuperada do choque, a maioria dos partidos apelou a uma barragem contra o candidato da extrema-direita e à votação em Jacques

Chirac, que recolheria 82.21% dos votos.

O sucesso que a direita radical e extrema obtivera em três importantes países da Comunidade Económica Europeia na viragem do milénio era ainda visto como sendo de natureza episódica e passageira. Porém, como hoje bem sabemos, a tendência de crescimento da direita pós-fascista estava longe de ser conjuntural. Por um lado, depois da hecatombe de 1945, a direita neofascista foi proibida ou teve enormes dificuldades de intervenção e de captação de novos quadros e militantes em todo o mundo euro-americano, com a excepção de Itália em que o neofascista Movimento Sociale Italiano continuou a ter uma capacidade de atracção significativa e a obter resultados eleitorais consistentes. A meio dessa travessia do deserto que a extrema-direita teve de enfrentar no segundo pós-Guerra, em França e nos Estados Unidos as direitas começaram a repensar-se, a reorganizar-se, a reconverterem a sua agenda programática e a reformular a sua política comunicacional. A Nova Direita, compreendendo que não conseguiria obter bons resultados eleitorais ou partidários no curto prazo, virou-se, nos anos 1970 e 1980, para a acção metapolítica, apostando na criação ou integração de *think tanks*, na dinamização de revistas ideológicas, na entrada para a comunicação social mainstream e na infiltração da universidade como estratégia para, primeiro, influenciar crescentemente a direita moderada e, posteriormente, lançar-se à conquista do poder, conseguindo, ao longo desse processo, que o campo político tombasse cada vez mais para a direita.

Em simultâneo, a vaga neoliberal/neoconservadora consumou a fusão entre a direita mais reaccionária no que concerne aos valores e aos princípios morais e a direita mais ultraliberal na economia. A retracção estatal das economias nacionais, o enfraquecimento das protecções sociais e a progressiva desregulação dos mercados, assim como uma globalização neoliberal que teve impactos profundos na deslocalização de empregos e de sectores de produção inteiros, sobretudo, para o leste asiático, fez com que, mais do que em qualquer outro momento da história contemporânea, se verificasse uma sucessão de crises económicas, cada vez com intervalos mais curtos de recuperação, e o seu agravamento. Os anos de ouro do segundo pós-guerra,

marcados pelo crescimento económico em todo o mundo euro-americano, pelo pleno emprego e, sobretudo, pela melhoria generalizada das condições de vida da classe trabalhadora e de uma nascente classe média, ficavam definitivamente para trás. Apesar dos resultados nefandos da terapia de choque neoliberal, esta tornou-se uma *doxa* inquestionável. Assim, entre as razões que também contribuem para a explicação do recrudescimento da direita pós-fascista encontra-se a falência da social-democracia e a sua capitulação ao social-liberalismo, cada vez menos social, com a conversão generalizada às teses da Terceira Via. Neste contexto de hegemonia neoliberal, rompeu-se o consenso em torno do Estado Social de Bem-Estar que havia sido transversal a todo o espectro político no segundo pós-guerra e iniciou-se uma campanha de denúncia, desarticulação, desinvestimento e destruição progressiva das valências e das funções do *welfare state*. O número de indivíduos que empobreceu e que se viu totalmente desprotegido aumentou significativamente e deu origem a novos ressentimentos sociais, agora dirigidos ao “globalismo”, às elites políticas e aos imigrantes.

A isto soma-se a natureza fascista do neoliberalismo, tal como demonstrado por Miccoci e Di Mario (2017), Brown (2015; 2019) e Ramírez Gallegos (2019), determinante para a quebra dos laços de solidariedade entre os cidadãos e para a criação de uma sociedade cada vez mais atomizada e individualista. Tornando popular e elemento do senso comum uma teoria social darwinista, o neoliberalismo conseguiu instituir como norma a competição de todos contra todos e, mais importante, a convicção de que a pobreza e o desemprego são da exclusiva responsabilidade daqueles que, por falta de talento, espírito empreendedor, empenho ou inteligência perderam a luta e que, como tal, devem aceitar pacificamente arcar com o impacto da sua derrota – uma criminalização da pobreza (Wacquant, 2009) que condena quaisquer políticas redistributivas ou igualitárias à condição de imoralidade política e social. Os pobres passam, deste modo, a ser vistos como um fardo para a sociedade, sobretudo para aqueles que “pagam” os subsídios e a protecção social que permitem a sua sobrevivência.

A par do individualismo e da indiferença social, o neoliberalismo surgiu também acompanhado da tabloidização da imprensa, da agenda política de *law and order* e do

destaque dado pelos média à crónica criminal. Usada muitas vezes para fazer com que os cidadãos aceitassem o desmantelamento do Estado de Bem-Estar, esta conjugação foi determinante para a generalização de uma crescente percepção de insegurança e de aumento da criminalidade, que se traduziu no medo do “outro” e na disseminação de uma moral punitiva e justicialista (Furedi, 2018). O “outro” é cada vez mais uma ameaça à nossa própria vida e propriedade e a política passa a ter, essencialmente, como função a protecção do indivíduo face aos perigos que este julga estarem à espreita em toda a parte. Para obterem a sua segurança individual, os indivíduos estão dispostos a abrir mão de direitos, liberdades e garantias e de procedimentos fundamentais do Estado de direito democrático que até aí haviam sido intocáveis, facilitando os ataques que a direita pós-fascista começou a desferir contra os mesmos no século XXI e o cada vez mais rápido e inclinado deslizar para a autocracia e para as democracias iliberais. De resto, a radicalização do discurso em relação à criminalidade, à insegurança e à ameaça vital e moral representada pelo “outro” não é uma originalidade discursiva e programática do pós-fascismo. Pelo contrário, foi introduzida e popularizada pelos partidos da direita tradicional e, em alguns casos, pelos próprios partidos sociais-liberais, uma radicalização que normalizou e legitimou a agenda que a extrema-direita exploraria de forma populista desde o início do seu processo de recrudescimento.

Por outro lado, limitada à gestão política do quotidiano e impedida de intervir no mercado ou de ter outra política económica que não a do neoliberalismo, a democracia foi empobrecendo cada vez mais e deixando de ser vista, por muitos descontentes, como um valor político inquestionável e adquirido. A isto soma-se o crescente descrédito dos partidos, do Estado e das suas instituições, que abriu espaço ao aparecimento e ao triunfo de líderes carismáticos e de “partidos dos sem-partido” (tal como definidos por Robert Michels a propósito do fascismo nascente). Por fim, no que às razões explicativas diz respeito, encontra-se a crise do sindicalismo – que demonstrou enormes dificuldades em responder pronta e eficazmente às mudanças radicais no mundo do trabalho – e a descrença nas ideias reformistas e nas alternativas políticas à sua esquerda – crise histórica do movimento comunista internacional depois da implosão da União Soviética em 1991, crise da social-democracia face à sua descaracterização ideológica

e incapacidade de apelar e mobilizar a juventude e, sobretudo, o efeito devastador para toda a esquerda reformista ou anticapitalista do governo do Syriza na Grécia e dos problemas que foram emergindo com a consolidação e institucionalização do Podemos em Espanha.

Todas estas crises sobrepostas e a anomia social do capitalismo tardio traduzem-se na quase total ausência de um horizonte de futuro pelo qual esperar com expectativa e optimismo. O futuro parece ser o expoente máximo da negatividade, sempre visto como inevitavelmente pior do que o presente. Mergulhados num eterno e precário presente, os indivíduos, cada vez mais atomizados, isolados e apenas em contacto com outros que se parecem, são e pensam como eles desenvolvem uma intolerância cada vez maior ao “outro”. Os fluxos de migrantes, a alteração do padrão e do perfil dos imigrantes e o combate ao racismo sistémico, sobretudo, e o reconhecimento de direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIAPN+ vieram engrossar a lista dos subalternos e dos inimigos a quem dirigir o ódio cultivado pacientemente e explorado habilmente pelo pós-fascismo.

Face à deflação da futurabilidade (Berardi, 2025), ao sentimento de impotência generalizado (Fisher, 2020; Lagasnerie, 2021) e à procura social por uma identidade que compense a fragilidade da condição hipermoderna, o pós-fascismo oferece, tal como o fascismo nos anos 1920 e 1930, essa ideia de futuro, de ruptura radical com o existente e de destruição de toda a ordem vista como intolerável e responsável pela crise presente e a sua substituição por uma nova ordem, uma em que todos os problemas e todas as injustiças denunciadas pelo chefe carismático do partido dos sem-partido se resolvem repentina e totalmente, assim como uma perspectiva de acção directa no quotidiano para conquistar esse futuro prometededor.

Conclusão

Não tendo procurado esgotar os elementos exteriores à direita pós-fascista que ajudam a explicar o seu recrudescimento e triunfo eleitoral neste primeiro quartel do século XXI, enunciaram-se aquelas que nos parecem ser as transformações políticas,

económicas, sociais e culturais que contribuíram para a crise das democracias liberais, dos partidos e das alternativas e para a criação de uma conjuntura extraordinariamente favorável ao aparecimento de líderes carismáticos e de grupos políticos deste campo político.

Importa, pois, articular esta análise com uma breve reflexão acerca das razões inerentes ao próprio campo político das direitas. Por um lado, como enunciado anteriormente, assistiu-se a uma radicalização do discurso das direitas tradicionais e à transferência de quadros – normalmente, figuras de segunda linha – dos partidos de centro-direita para os recém-criados partidos pós-fascistas. Intuindo que o futuro estava no radicalismo, muitos foram os que, oportunisticamente, apanharam a carruagem em andamento e procuraram radicalizar ainda mais os partidos tradicionais ou aderir abertamente aos novos partidos. Com maior destreza e celeridade que os partidos tradicionais, o pós-fascismo foi o que primeiro e melhor soube explorar e aproveitar as novas tecnologias da comunicação e da informação e, sobretudo, o efeito multiplicador do algoritmo. Do mesmo modo que os fascismos dos anos 1920 e 1930, o pós-fascismo corresponde a uma estetização da política e da violência (para já apenas simbólica), dando uma enorme importância à encenação e à coreografia das suas acções políticas presenciais e digitais. É, de resto, a pensar nestas últimas que as intervenções do líder carismático e dos outros quadros do partido pós-fascista são realizadas – o que se procura é produzir conteúdo apelativo para pequenos vídeos de propaganda que rápida e maciçamente se possam disseminar pelas redes.

Tal como na época do fascismo histórico, a extrema-direita tem sido exímia na utilização dos recursos e na exploração de uma propaganda cuidadosamente elaborada para ir ao encontro dos descontentamentos e das ansiedades sociais que o tabloidismo, a agenda securitária e o discurso de *law and order* incrustaram na sociedade. Em termos de discurso político e mediático, temos assistido a um alargamento constante da Janela de Overton, que desafia permanentemente os limites do tolerável, e ao esvaziamento do valor normativo da verdade e da factualidade – a verdade já não é algo que se demonstra através de evidências, mas algo em que se acredita ou se adere de forma

irracional e inteiramente passional. À imagem do que sucedia no período do fascismo histórico, a verdade é aquilo que convém ao líder carismático, ao seu partido e aos seus apoiantes. Esta deslocação da Janela de Overton é também visível na recusa de quaisquer ligações – ideológicas, culturais, afectivas – ao fascismo de entre guerras ao mesmo tempo que, progressiva e mais ou menos cautelosamente, se vão reabilitando esses regimes, os seus líderes, as suas ideias e as suas práticas políticas e simbólicas.

Bibliografia

- Acha Ugarte, B. (2021). *Analizar el auge de la ultraderecha*. Gedisa Editorial.
- Berardi, F. B. (2025). *Futurabilidade. A Era da Impotência e o Horizonte de Possibilidade*.
- Beyme, K. von (2019). *Rightwing Populism: An Element of Neodemocracy*. Springer §Nature Switzerland.
- Brown, W. (2015). *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. Zone Books.
- Brown, W. (2019). *In the Ruins of Neoliberalism. The rise of antidemocratic politics in the West*. Columbia University Press.
- Dean, J. (2024). *Capitalismo o neufeudalesimo*. Mimesis Edizioni
- Eatwell, R., & Goodwin, M. (2018). *National Populism. The Revolt Against Liberal Democracy*. Pelican Books.
- Fisher, M. (2020). *Realismo Capitalista. Não haverá alternativa*. VS. Editor.
- Forti, S. (2024). *Democracias em Extinción. El Espectro de las Autocracias Electorales*. Ediciones AKAL.
- Fukuyama, F. (1989). «The End of History?». *The National Interest*, n.º 16, pp. 3-18.
- Furedi, F. (2018). *How Fear Works: Culture of Fear in the 21st Century*. Bloombury Continuum.
- LaCapra, D. (2006). *Historia em Tránsito: Experiencia, identidade, teoria crítica*. Fondo de

Cultura Económica.

Lagasnerie, G. (2020). *Sair da Nossa Impotência Política*. BCF Editores.

Micocci, A., & Di Maio, F. (2018). *The Fascist Nature of Neoliberalism*. Routledge.

Mudde, C. (2021). *La ultraderecha hoy*. Paidós.

Querol, J. M. (2015). *Postfascismos. El lado oscuro de la democracia*. Díaz & Pons Editores.

Ramírez Gallegos, F. (2019). «*La pendiente neoliberal: Neo-fascismo, postfascismo, autoritarismo libertario?*». In, Guáman, A., Aragonese, A., & Martín S. (dirs). Siglo XXI, pp. 19-38.

Rasmussen, M. B. (2022). *Late Capitalist Fascism*. Polity Press.

Traverso, E. (2019a). *The New Faces of Fascism. Populism and the far right*. Verso, 2019.

Traverso, E. (2019b). *Le Metamorfosi delle Destre Radicali nel XXI Secolo*. Feltrinelli.

Varoufakis, Y. (2023). *Technefeudalism. What killed capitalism*. Vintage Publishing.

Wacquant, L. (2009). *Punishing the Poor: The Neoliberal Government of Social Insecurity*. Duke University Press.

VÊM AÍ OS RUSSOS: ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO MEDIÁTICA DO INIMIGO E DO MONSTRO

Luís M. Loureiro

Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
luisloureiro@ics.uminho.pt

RESUMO

A história do jornalismo está diretamente relacionada com a mediatização de conflitos. A guerra da Crimeia (1853-56) e a guerra civil americana (1861-65) ocorreram em pleno desenvolvimento da indústria jornalística, tendo contribuído para o aparecimento do *jornalismo de guerra* (Traquina, 2002) e, mais tarde, da *propaganda de guerra* (Morelli, 2023).

A articulação nociva entre propaganda e jornalismo, em situações de conflito, com o alinhamento entre o discurso jornalístico e os posicionamentos geopolíticos do respetivo país, originou, entretanto, o surgimento de conceitos como *jornalismo de paz ou cobertura construtiva de conflitos* (Galtung, 1986, Kempf, 1996). Os seus proponentes detetam, nos média, a presença esmagadora de discursos invariavelmente fundados em oposições e maniqueísmos simplificadores que criam escalas morais de apreciação ou depreciação dos líderes e das fações ou países em guerra, o que condiciona o pensamento crítico e prejudica a emergência de uma opinião pública capaz de interferir no processo de *escalada do conflito* (Glasl, 1982).

O presente capítulo propõe um conjunto de articulações teóricas, explorando o questionamento dos processos comunicacionais que têm vindo a produzir a figuração da Rússia como *inimigo* do ocidente e o modo como *figurações acessórias* do mesmo inimigo se têm vindo a configurar no visível.

Palavras-chave: jornalismo, estereótipo, figurações do inimigo, Rússia, Putin

Introdução

Há pouco mais de sessenta anos, a filósofa alemã de origem judaica Hannah Arendt acompanhou, para a revista norte-americana *New Yorker*, o julgamento de Adolf Eichmann, um dos responsáveis pela Solução Final, o extermínio de judeus pelos nazis, na fase derradeira da Segunda Guerra Mundial.

Eichmann conseguira fugir no fim da guerra e, durante mais de uma década, evitou a confrontação direta com os crimes que cometera. Foi julgado em Jerusalém, em 1961, depois de ter sido capturado na Argentina.

O que, na altura, escandalizou o mundo, foi a forma como, nos seus relatos, reunidos posteriormente em livro, Arendt (1963) descreveu Eichmann, não como o *monstro* que todos tinham por demasiado evidente para poder ser contestado, mas como um burocrata da morte. A tese de Arendt defendia que o que os nazis fizeram ao *mal* foi burocratizá-lo, o que reduzia Eichmann à condição de mais um funcionário, despojado de qualquer ética ou moral individual, executando e fazendo executar pessoas como quem executa e faz executar ordens de serviço. Ao dar corpo teórico ao conceito de *banalidade do mal*, Arendt recusou as dicotomias que povoam os discursos públicos e mediáticos sobre os conflitos, nos quais assentam figurações simplificadoras do *monstro*, do *inimigo* ou da *ameaça*, que reúnem no adversário geopolítico os atributos de um Outro maligno, diabólico, estereotipando-o. Pelo contrário, a perspetiva arendtiana vence a tentação da oposição *bem vs. mal* e todas as prescrições de âmbito moral que esta comporta. No fundo, o que Arendt faz é colocar-nos a possibilidade ético-filosófica de o *monstro* sermos nós.

Na introdução à edição italiana da sua obra *Construir o Inimigo e Outros Escritos Ocasionais* (2011), Umberto Eco defenderá, entretanto, que a constante invenção de *inimigos* é imprescindível “para manter o povo sob controlo” e que, para serem eficazes nesse controlo, os inimigos *inventados* devem ser pintados “de maneira a inspirar medo e repugnância” (Eco, 2011, p. 7).

Se é certo que tanto Arendt como Eco estão a estabelecer, antes de mais, uma

crítica aos discursos de poder, é óbvia a ligação que ambos propõem à relação entre esses discursos, logo, o poder, e os média.

De facto, quer a histórica recusa de Hannah Arendt em operar de acordo com a dicotomia *bem vs. mal*, quer o modo como a figuração do inimigo é, segundo Umberto Eco, processada para obter um efeito de poder sobre as massas, trazem-nos ao questionamento do trabalho dos média na cobertura de conflitos. Porque, a recusa de Arendt e a denúncia de Eco, encontram-se, há muito, prescritas pela pesquisa académica. Por exemplo, na investigação pioneira de estudiosos da paz, como Johan Galtung (1986) ou Wilhelm Kempf (1996), autores de propostas que intercetam o jornalismo de guerra efetivamente produzido pelos média, com a necessidade de constituição de públicos suficientemente informados para que se criem as condições sociais para processos de pacificação.

Os proponentes de conceitos como *jornalismo de paz* ou *cobertura construtiva de conflitos* vêm detetando, nos média, há largas décadas, a presença esmagadora de discursos invariavelmente fundados em oposições e maniqueísmos simplificadores que criam escalas morais de apreciação ou depreciação dos líderes e das fações ou países em guerra, assim como, sinais constantes da subjugação pública das vozes que não concordam com as teses (circunstancialmente) dominantes, o que condiciona o pensamento crítico e prejudica a emergência de uma opinião pública informada.

O presente capítulo propõe-se explorar um conjunto de articulações teóricas, partindo do questionamento dos processos comunicacionais que têm vindo a produzir, de forma hegemónica, a figuração da Rússia como *inimigo* do ocidente e o modo como *figurações acessórias do mesmo inimigo* se têm vindo a configurar. Uma das mais interessantes, porque reemergiu com contornos mais definidos e globalizados em 2025, é a figuração do presidente norte-americano Donald Trump como *marioneta de Putin* (ver figura 1), surgida em 2016, antes mesmo de Trump ser eleito pela primeira vez para a Casa Branca.

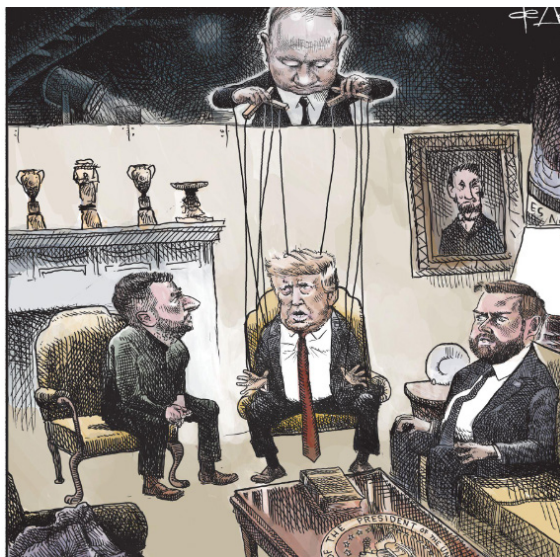


Figura 1: *Puppeteer-in-Chief*, cartoon político da autoria de Michael de Adder, publicado online em *Meidas Plus*, 7/03/2025, caricaturando a tumultuosa reunião do dia 28/02/2025, em Washington, entre o presidente e o vice-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (ao centro) e J.D. Vance (à direita), e o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky (à esquerda). Acima, no escuro, manobrando Trump como uma marioneta, surge a figura do presidente russo, Vladimir Putin.

Argumenta-se, neste capítulo, a tese de que estas figurações, se tomadas na sua forma actual, são, essencialmente, construtos complexos da comunicação estratégica obediente aos interesses geopolíticos e geoestratégicos que se têm vindo a jogar no mundo pós-Guerra Fria, interesses que se posicionam em torno da criação discursiva, difusa, de inseguranças e ameaças, que necessitam de figurações do Outro que as tornem visíveis, que as concretizem. Não deixarão de ser exploradas, entretanto, as suas consequências ao nível das guerras de informação que têm vindo a permear a produção mediática ocidental dos últimos anos, começando-se por interrogar o visível como espaço de *evidências*, isto é, como espaço que, sendo *objetual*, é mitogenicamente produzido como *objetivo* pelo dispositivo mediático-jornalístico.

O Visível como Espaço de Evidências

Temos, na nossa época, uma relação esquizofrénica com *o que vemos*. Por um lado, nunca a visibilidade, própria ou do mundo que nos é dado ver - ou o que a nossa vista alcança -, foi tão importante para nele nos orientarmos. A explicação residirá no simples facto de que a visão é o sentido mais imediato de que dispomos. Um cego, para se orientar, necessita de tatear o mundo que existe em seu redor, analisando-o para decidir os passos a dar. Dificilmente arriscará acelerar o passo, muito menos correr, num mundo do qual não dispõe de referências. Um cego vê, pelo tato, o mundo próximo, e pela audição e pelo olfato, o mundo distante - em rigor, um cego usa todos os sentidos de que dispõe para essa orientação, mas necessita sempre de fazer um processamento complexo de informações que, na verdade, são aparentemente fornecidas de um modo muito mais imediato e instantâneo a quem dispõe de visão. Por isso, a visão é o sentido que a maioria de nós usa para poder navegar o mundo na velocidade que a vida nos exige, subjugando todos os restantes e subjugando-nos. É a uma *hipercodificação* do visível, que nos dispensa de o pensarmos, e de nele nos pensarmos, que estamos efetivamente subjugados, aquilo que autores, como o filósofo italiano Franco 'Bifo' Berardi (2015), designam de *capitalismo semiótico*.

Por outro lado, essa velocidade lança-nos na vertigem do visível, vemos tudo mas não vemos nada, o mundo transforma-se numa sucessão veloz de imagens sem sentido(s) - vemos, apenas, para nos assegurarmos de que, daqui a pouco, chegamos ao destino. Se fizéssemos uma viagem entre o Porto e Lisboa no século XV teríamos um livro de histórias para escrever, diálogos, encontros, perigos, paisagens, tropeços, fascínios. Hoje, essa viagem só se torna memorável através do acidente.

É por esta razão que nos percebemos a viver num mundo de aparências. Repare-se: a aparência tem a ver, duplamente, com o que parece e com *o que aparece*. Comporta sempre, pois, o risco de não ser. Aliás, a velocidade em que vivemos já é tanta que nem esse risco temos tempo para refletir - por isso, tantas vezes somos enganados pela aparência. E tantas vezes é tarde demais para corrigirmos o erro.

O problema é que, num mundo *pop-up* dominado pelo que aparece, *já não é pela visão que nos orientamos, mas por visibilidades que somos orientados*: para que possamos andar velozes no mundo, sem nos perdermos, precisamos de ser orientados, *como cegos no visível*. Orientados por imagens. A visibilidade torna-se, deste modo, um capital tangível. Tem valor de mercado: ‘quem não aparece, esquece’.

Os média fazem esse papel por nós e é por isso que são tão importantes: substituem a nossa visão por visibilidades instantâneas. Dão-nos a ver, dispensando-nos o trabalho de ver verdadeiramente, ou seja, de questionar, inquirir, pensar o que vemos. Amanhã é sempre outro dia.

E assim chegamos à questão da responsabilidade dos média jornalísticos. O jornalismo sustenta-se numa mitogénese: se me diz que é, é porque é. A sua mitologia opera, pois, na noção de que é suposto eu crer no que me foi dado ver (pelos jornalistas, encartados e investidos por uma deontologia). O que resulta num *ethos* (Mesquita, 1997, Traquina, 2002, Karam, 2004, Kovach & Rosenstiel, 2004) que orienta todos os que tomam o jornalismo como uma missão mediadora: implica que sejam os jornalistas, e não eu, a questionar, por mim, o que lhes é dado ver. É aos jornalistas que cabe ir a fundo nesse questionamento. As consequências práticas são de vária ordem: não há verdadeiro jornalismo onde haja apenas correias de transmissão - na vulgata, *pés-de-microfone*. Só que questionar implica indagar, investigar, ir, escutar, não se faz no corre-corre do dia-a-dia. Todos os jornalistas têm a obrigação moral de lutar pelo tempo. Eles são os *meus olhos*. São eles que me orientam, codificando, para mim, o mundo. Porém, a luta dos jornalistas pelo tempo está a revelar-se, cada vez mais, uma luta perdida, reclamando-se a urgência da desaceleração (Romero-Rodríguez et al, 2021, Mendes & Marinho, 2022). Aos jornalistas é exigida, pelo contrário, velocidade, a contraface da moeda da produtividade. Na linha de montagem das notícias, já só há *controlo de quantidade*, o fazer substituiu o saber fazer: é da produção em série de objectos-produto, para lançamento imediato no mercado do visível que trata, hoje, o processo industrial dos média.

Eis-nos, assim, perante o problema contemporâneo, profundamente político, da

visibilidade (Brighenti, 2007). Hoje, notícias, factos, feitos, heróis, monstros, vítimas são trazidos aos nossos olhos assim, já em estado finalizado, objetual, impensável e incontestável, pelos jornalistas e pelos média, numa sucessão infinita de imagens que, mal as vemos, são substituídas por outras, ou, muitas vezes, talvez pior, são substituídas pelas mesmas, mostrando o mesmo de várias formas, cercando-nos, no fundo, com a noção de que só há uma forma de ver. É dessa sucessão de imagens que produzimos um sentido (único) dos acontecimentos. O que significa que, havendo uma superabundância de tudo o que vemos, exprimindo essas *vidências* como *evidências*, serão estranhas quaisquer visões opostas, diferentes, interpeladoras, instabilizadoras. A superabundância do visível devém, pois, mais do que um visível hegemónico, o intransponível ruído que *impede outros modos de ver*, constituindo-se, ao mesmo tempo, como modo securizante e excludente, de navegação no mundo. Todo o questionamento é estranho, está condenado à margem, à franja, à loucura dos loucos que só podem estar a ver outra coisa que não aquela que todos vêem - evidentemente. O pensar torna-se impensável (Pereira, 2019).

Percebe-se, assim, o carácter tático que o ruído contemporâneo possui, para todas as formas de dominação, e porque é que a produção comunicacional do ruído é tantas vezes utilizada pela comunicação estratégica como modo operativo de neutralização e sujeição do Outro. Umberto Eco diz-nos que há duas formas de censura, “a censura através do silêncio” e “a censura através do ruído” (Eco, 2011, p. 194). E assim, *censurados* pela submersão no onnipresente ruído da cidade humana, nada mais nos resta do que depender da visão. Sentido limitado, este, que apenas nos mostra aquilo para que olhamos, ou aquilo que nos é mostrado ou dado a ver. Onde a audição, o olfato ou o tato nos trariam tudo o que nos rodeia, um mundo-esfera, aberto, com um imenso fora-de-campo feito de possibilidades, a visão, tornando-se o único sentido pelo qual nos podemos orientar por ser o único que nos devolve um mundo que já foi codificado, é também o sentido pelo qual nos tornamos mais dependentes, mais frágeis, mostrando-nos um mundo-caixa, fechado ao que lhe é exterior, sem fora-de-campo e, por isso, total - e totalitário. Só que, dependentes da visão para a navegação acelerada e produtiva que não admite o acidente, substituímos o ver pelo olhar, que já só alcança o que está

diante dele.

Ou o que é posto diante dele.

O Estereótipo e a Figuração do Inimigo

É inegável que os objetos que os média elaboram e colocam em circulação acelerada no visível nunca serão objetos estáticos ou finalizados. Contêm sempre um carácter dinâmico, intramutável, imprevisível até. Desde logo, porque se trata de objetos essencialmente espaço-temporais, portadores de uma determinada codificação *hic et nunc* do visível e, partindo daí, produtores de significação e ressignificação. São objetos passíveis de adquirir uma vida semiótica própria socialmente apropriável e transformável. Não se deve, assim, entender que, mesmo numa *perspectiva transmissiva* (Carey, 1989), que pressupõe uma relação de dominação que tende a transformar o espetador num sujeito passivo, os objetos mediáticos elaborados pelas instâncias de produção e emissão se mantenham inalteráveis ou invariáveis nos múltiplos campos e horizontes de possibilidade da receção. Mas isso não significa que não sejam objetos tendencialmente estabilizadores do visível que povoam. Ou que não operem como tal. Esta estabilização encerra, precisamente, a neutralização acrítica de um visível achatado pela planura técnica da codificação. O trabalho dissimulado do código dispensa a descriptação ao mesmo tempo que instala uma *navegação segura*.

Pensemos, por um instante, no trabalho exemplar do código da estrada. Um simples exercício historiográfico basta para que compreendamos como, num curto período de pouco mais de um século, a urbanização da aceleração se fez acompanhar da *hipercodificação* do espaço urbano, superficializando todo o visível e declarando a inutilidade prática de todas as suas rugosidades, irregularidades e intersticialidades. Só assim, aliás, se torna hoje possível experienciar a sua navegação, simultaneamente, acelerada e em segurança. A superfície urbana hipercodificada oferece-se como instrução imediata de navegação, dispensando o sujeito crítico, proscrevendo-o até. Na verdade, como actante que só eufemisticamente elabora as condições para a navegação livre, o

código permite apenas um conjunto limitado de rotas e pune toda a desconformidade, instalando, nesse Outro desconforme, a ameaça securitária e a necessidade da ação punitiva e da imposição da Lei. Marc Augé (2005) descreve, deste modo, o *não-lugar antropológico*, a partir da ideia de que este se instala a partir de um contrato que extirpa a identidade do lugar e dos seus utilizadores, o que torna, a quebra desse contrato, a razão para a reinstalação do lugar.

A mediatização transmissiva que, no caso particular do jornalismo, pressupõe sempre a superimposição de códigos de objetivação (fundados, desde logo, nos códigos deontológicos, estendendo-se pela codificação dos critérios que transformam os acontecimentos em notícia), impõe uma *visão hiper simplificada da realidade* (Lippmann, 1922), uma vez que formula objetos lisos, de apreensão tendencialmente imediata, de tipo estético. É, na verdade, uma visibilidade estética que os média procuram, cada vez mais: ao objeto colocado em circulação no visível não se pede que produza questões, complexidades ou instale qualquer tipo de processo racional. A preferência recai na formulação e lançamento, na corrente acelerada das visibilidades, de objetos essencialmente estimuladores de respostas estéticas.

O estereótipo cai, precisamente, nesta categoria de objetos: *estabilizados*, porque fundados num *já formulado* gerador de significações fechadas, os estereótipos passeiam-se intocados pela crítica na superfície mediatizada do visível; *aparentemente neutros*, do ponto de vista das instâncias de produção e emissão, porque não reclamam qualquer trabalho de recodificação embora participem constantemente na produção de ressignificações; *imediatos*, porque dispensam qualquer esforço de indagação, interrogação ou decifração; *securizantes*, porque os objetos que configuram e reconfiguram se arrumam facilmente para lá da linha de fronteira traçada pela aceitação e obediência aos códigos hegemónicos; finalmente, *estetizantes*, porque os estímulos que induzem são, essencialmente, da ordem do estético, produzindo como resultado, entre outras, a resposta emocional, e o impulso não pensado.

Os estereótipos participam naquilo a que Byung-Chul Han (2014) chama a *positivação do visível*, estabilizando-o. Por precederem toda a possibilidade de racionalização, situam-

se no plano do pré-conceito, formando uma barreira, difícil de transpor, ao trabalho crítico e reflexivo de conceptualização e reconceptualização necessário à dinâmica histórica dos conceitos e ao trabalho dos papéis e das representações sociais (Ross, 2019). O estereótipo é, assim, um objeto ou grupo conexo de objetos extremamente operativos do ponto de vista da produção mediática, especialmente da que responde à lógica produtiva do capitalismo semiótico, que codifica qualquer objeto como mercadoria e lhe atribui um conjunto de caracteres quantitativos, que resultam no seu valor de mercado (Berardi, 2015). Ao participar da positivação do visível, estabilizando-o, escondendo as suas cifras ao mesmo tempo que o elabora, *o estereótipo organiza um visível aparentemente estável*, porque, na prática, traça as linhas de fronteira, delimita territórios de pertença, identidade e segurança, define hegemonias e institui poder. Arruma o Outro e, no mesmo instante, confina-o, elaborando-o como objeto totalmente exterior e estranho, deslocado do seu sujeito e da possibilidade de integração. Resumindo: os objetos mediáticos, não apenas os jornalísticos, trazem o estereótipo pela mão.

É disto que trata o estudo que propomos em torno da figuração da Rússia, e de Putin, como *ameaças e inimigos*. E, consequentemente, da dificuldade de ultrapassagem deste visível securitário, excludente, que se amarrou profundamente às lógicas de controlo societal através dos média - potenciando, desse modo, a reação emocional, visceral, agressiva, violenta, de tipo estético, patrocinadora de opiniões públicas acriticamente *mobilizadas para a guerra* (Morelli, 2023).

Figurações do Inimigo: a Rússia, Putin e a *sua* marioneta Trump

A inconcretude da ameaça reclama figurações que a visibilizem. À ameaça tem de corresponder, não uma alteridade que seja exterior ao humano, com a qual não se possa estabelecer qualquer identidade, mas um *monstro*, situado “no limite do humano” (Tucherman, 2012, p. 100): um *inimigo* que provoque *medo* e *repugnância* (Eco, 2011).

Na área das relações internacionais, a corrente racionalista articula a importância

dos média nas percepções, defendendo que “a guerra [pode ser] resultado de uma percepção imprecisa da ameaça que emerge de representações deliberadamente erradas ou de sinais não credíveis” (Stein, 2013, p. 366). Atuando os média no campo das representações, resulta óbvia a ligação entre a percepção da ameaça e o modo como esta é configurada, isto é, a operação que transforma o difuso e o inconcreto, no visível. O modelo de *escalada de conflitos*, de Friedrich Glasl (1982), coloca a estabilização de estereótipos sobre o inimigo no segundo de três grandes patamares, no qual as partes em conflito já “não estão conscientes da enorme distorção das suas percepções, acreditando que as imagens que criaram são as verdadeiras” (Glasl, 1982, p. 127). A construção do adversário como inimigo, como figura monstruosa, diabólica, ameaçadora, situa-se, assim, numa fase do conflito em que, de acordo com Glasl, já se instalou a total polarização de posições, a incomunicabilidade - o visível devém excludente e está povoado de estereótipos.

Só nos últimos anos, especialmente após a invasão russa da Ucrânia, em Fevereiro de 2022, surgiram estudos de opinião de larga escala, nos países ocidentais, acerca das percepções da Rússia, e do seu presidente Vladimir Putin, *como inimigos*. O norte-americano Pew Research Center, entretanto, já recolhe, desde 2008, informação acerca da percepção da Rússia como *adversário*, entretanto retrabalhado como *ameaça* (Wike et al., 2022). A data em que o instituto de Washington começou a trabalhar, com estas orientações, este tipo de informação, não é inócua, do ponto de vista histórico.

Se o regresso da Rússia ao palco global, após uma década de *fraqueza* (Stent, 2008), se terá começado a estabelecer definitivamente em 2006, ao organizar a cimeira do G8, em São Petersburgo, e ao ganhar a organização dos Jogos Olímpicos de Inverno, marcados para 2014, em Sochi, foi no ano seguinte, 2007, que Vladimir Putin proferiu, perante a Conferência Mundial de Segurança, em Munique, um discurso que marcou uma mudança fulcral no posicionamento russo ante a política externa norte-americana e a arquitetura de segurança europeia e global. O presidente russo traçou, então, as diferenças fundamentais da sua visão face à política dos Estados Unidos, que acusou de basear-se num “praticamente irrestrito hiperuso da força militar nas

relações internacionais” (Putin, citado em Stent, 2008, p. 1096). Putin traçou, então, um conjunto de linhas fraturantes, em questões como: a independência do Kosovo e a intervenção da NATO nos Balcãs, o tratado de forças convencionais na Europa, o escudo europeu de defesa anti-míssil, o tratado de forças nucleares de médio alcance, as sanções contra o Irã, ou a expansão da NATO para o leste, alcançando já, ao tempo, países que haviam feito parte da União Soviética. Apesar da cautela imediata das reações diplomáticas ocidentais ao discurso, a BBC, por exemplo, deixou, desde logo, uma questão, no título da notícia que publicou nesse dia: “Discurso de Putin: de regresso à Guerra Fria?” (BBC, 2007, 10 de fevereiro). Munique surgiu, assim, como momento-chave da concretização de uma “retórica confrontacional crescente” (Stent, 2008, p. 1090) da Rússia face ao ocidente, em particular, a uma ideia de domínio unipolar do mundo, pelos Estados Unidos.

O que se seguiu, insere-se numa lógica de escalada: a declaração final da Cimeira da NATO, em Bucareste, em 2008, que abre, pela primeira vez, as portas da organização à Ucrânia e à Geórgia, duas antigas repúblicas soviéticas, apesar da oposição de alguns dos principais países europeus. A rápida invasão deste país, por tropas russas, passados apenas quatro meses. A mudança de regime, hostil à Rússia, na Ucrânia, em Fevereiro de 2014, com a deposição do presidente eleito em 2010, Viktor Yanukovych. Dois meses depois, a anexação da Crimeia por Moscovo, após um referendo na antiga república autónoma ucraniana, não reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas. A guerra civil no Donbass, região do leste da Ucrânia, onde se estabeleceram dois movimentos separatistas russófonos armados, a seguir à mudança de regime em Kiev, contra os quais o novo governo ucraniano, apoiado pelas capitais ocidentais, declarou uma Operação Antiterrorista.

Uma leitura de vários relatórios, realizados ao longo do tempo pelo Pew Research Center (Doherty & Tyson, 2014, Doherty et al., 2019, Wike et al., 2022), demonstra uma transformação da visão da Rússia pela opinião pública dos Estados Unidos, inicialmente, de *problema sério* ou *adversário* (com picos acumulados, no somatório de ambos parâmetros, de 69%, em Março de 2014, e de 73%, em Janeiro de 2017), até,

finalmente, *inimigo* (com um pico concentrado de 70%, neste parâmetro, em Março de 2022). Se os momentos em que a Rússia emerge essencialmente, mais como *problema sério*, em 2014, e como *inimigo*, em 2022, são facilmente relacionáveis com ações de natureza política e militar dos russos, no plano internacional, como foram os casos da anexação da Crimeia e da invasão da Ucrânia, o pico verificado em Janeiro de 2017, em que a Rússia já surge identificada como *adversário* por quase um terço dos americanos, merecerá uma atenção particular, do ponto de vista da análise científica.

De facto, ao mesmo tempo que, na Rússia, a NATO e os Estados Unidos eram trabalhados crescentemente, pelo Estado e pelos média, como ameaça à segurança interna, os média ocidentais vinham configurando Putin e o seu país como párias globais (Milutinovic & Gajic, 2020, Chernobrov & Briant, 2022) - o que se insere no atrás referido segundo grande patamar do modelo de escalada de conflitos, de Glasl (1982). Desde logo, recuperando e atualizando estereótipos desenvolvidos no século XX, então associados à Rússia como União Soviética, através de um retorno à ideia de que “se [a Rússia] é, de novo, forte, então existe o perigo de voltar a ser um rival poderoso e um inimigo” (Repina et al., 2018, p. 557), que resultou naquilo que autores chomskyanos consideram ter sido a transformação do *filtro anti-comunista* do modelo de propaganda de Herman e Chomsky, num renovado *filtro anti-russo* (McLeod, 2019a, Zollmann, 2019) o que, por sua vez, reinstalou, no ocidente, um sentimento cujas raízes têm, de acordo com outros autores (Lieven, 2001, Paul, 2001, Diesen, 2022), pelo menos, cinco séculos: a *russofobia*.

Antes, mesmo, de emergirem no palco geopolítico global como influentes e poderosos, a Rússia e o seu presidente foram sendo, sucessivamente, figurados a partir de estereótipos de *autoritarismo* e *despotismo*, *corrupção*, ou *crime organizado* cujas implicações, inicialmente, internas à política russa, tomada por *máfias* e *oligarquias* associadas ao *antigo agente do KGB*, Putin, e à *eliminação física de adversários e opositores*, foram depois externalizadas na política internacional como figurações associadas a um renovado *militarismo* e *imperialismo russos*, configurando a Rússia e o seu *regime* como atores agressivos e ameaçadores para a segurança internacional

(Stent, 2008, Blackwill & Gordon, 2018, Repina et al., 2018, Milutinovic & Gajic, 2020, Chernobrov & Briant, 2022).

No entanto, apesar de presentes, não são apenas estas as figurações que determinam o valor atingido pelas percepções da Rússia como *adversário* dos Estados Unidos, em Janeiro de 2017. Surge uma nova: a capacidade de a Rússia estender, por via da *espionagem eletrónica*, a sua influência sobre países estrangeiros, conseguindo interferir, até, no resultado de eleições.

É no mês de Janeiro de 2017 que toma posse, para o seu primeiro mandato como presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. A sua chegada à Casa Branca, bem como os anos que se seguirão, serão ensombrados mediaticamente pelo chamado *Russiagate*.

Meio ano antes da tomada de posse de Trump, em Julho de 2016, a WikiLeaks iniciara a publicação de um conjunto de mais de 44 mil e-mails de correspondência entre políticos e altos funcionários do Partido Democrata americano. A gigantesca fuga de informação, originada no acesso à caixa de correio eletrónico do diretor de campanha de Hillary Clinton, John Podesta, envolvia figuras de topo do Partido Democrata, e colocava em causa a imparcialidade da Convenção Nacional (DNC) do partido relativamente ao processo interno de seleção dos candidatos às presidenciais de novembro, prejudicando, nomeadamente, o principal adversário interno de Clinton na corrida, o progressista Bernie Sanders. Clinton acabaria por ser a candidata escolhida para defrontar o republicano Trump.

Apesar de não ter sido a única plataforma a divulgar os e-mails da DNC, a WikiLeaks foi imediatamente acusada, pelos assessores de Hillary Clinton (Politico, 2016), de veicular informação subtraída, por *hacking* informático, pelos serviços secretos russos, e de participar numa campanha orquestrada a partir de Moscovo para “influenciar diretamente o resultado das eleições” (Blackwill & Gordon, 2018, p. 6). O relatório “Containing Russia”, elaborado em 2018 pelo *think-tank* Council on Foreign Relations, do David Rockefeller Studies Program (Blackwill & Gordon, 2018), desenvolve, especificamente, esta tese, como interferência direta da Rússia na política interna

americana e classifica a WikiLeaks como uma entidade “afiliada” de Moscovo.

Contudo, a veracidade da tese de interferência russa nas presidenciais americanas, veiculada para os média a partir do FBI, criando o escândalo *Russiagate* como operação de spin comunicacional, nunca foi demonstrada, tendo, mesmo assim, contado com a participação “zelosa” de uma “maioria dos principais meios de comunicação dos EUA [que] rapidamente se juntou aos políticos, num coro de retórica anti-russa baseada em alegações dos serviços de informações, não acompanhadas de quaisquer provas ou de verificação” (Marmura, 2020, p. 5424). Por isso, não apenas a Rússia passou a estar associada a operações secretas de desestabilização de países terceiros, através de guerra eletrónica, como foi ganhando concretude uma nova figura, a das *marionetas de Putin*, supostos beneficiários ou cúmplices desse tipo de operações, que começaram a multiplicar-se nas redes digitais e no discurso jornalístico. É, deste ponto de vista, particularmente interessante a transformação feita à icónica capa de Fevereiro de 2015 da revista *The Economist* (figura 2), em que uma imagem manipulada do presidente russo, que nela surge como sombrio manobrador de marionetas, é acompanhada do título “A Guerra de Putin ao Ocidente” - sugerindo-se, deste modo, uma guerra feita, não no campo de batalha, mas nos bastidores, na sombra.



Figura 2: Capa da revista *The Economist* (edição de 14/02/2015)

Três anos depois, já com Donald Trump na Casa Branca, é ele quem surge figurado como *marioneta de Putin*. Numa notícia, o jornal britânico Daily Mail, titula: “Putin’s puppet! Trump is ruthlessly mocked on social media after his ‘disgraceful performance’ during summit with Russian leader” (Daily Mail, 2018, 17 de Julho), referindo-se a uma série de *memes* que então circulavam na internet. Um desses memes (figura 3) é uma montagem diretamente feita a partir da capa original da revista The Economist: se, no original, se conhece apenas o manobrador, doravante, fica revelada a marioneta. A mesma notícia fornece, como enquadramentos, um conjunto de cinco factos que, supostamente, associam Trump a Putin. Dois deles remetem diretamente para o *Russiagate*: o facto de o presidente norte-americano não ter dado credibilidade a informações das agências de inteligência dos Estados Unidos acerca da Rússia, e o facto de, “aparentemente”, Trump ter acreditado na garantia de Putin de que a Rússia não interferira nas eleições de 2016.



Figura 3: *meme* de Trump como marioneta de *Putin*, em circulação na internet, em 2018.

Num artigo em que, a propósito dos efeitos do *Russiagate* na política norte-americana, estudou a articulação entre os quarto e quinto filtros do modelo de propaganda de Herman e Chomsky, Alan McLeod (2019b, p. 74) refere que o “filtro anti-russo não teria o poder e a potência de que dispõe sem os profundos níveis de ressentimento, medo e hostilidade construídos, relativamente à União Soviética, durante toda a Guerra

Fria”. No mesmo artigo, McLeod faz menção aos rótulos de “agente russo”, “agente do Kremlin”, “marioneta de Putin”, ou “putinista” que eram, já então, aplicados na esfera pública a quem contradissesse, contestasse ou manifestasse dúvidas quanto à veracidade das notícias que, então, alegavam uma intervenção direta do Kremlin nas eleições presidenciais americanas de 2016, que resultaram na eleição de Donald Trump.

Reflexões Finais

Porventura, mais do que em qualquer outro momento da história humana, é no visível que se joga hoje o poder. Como *espaço de evidências*, o visível anula o pensamento, destrói a crítica, o que o torna um espaço de exclusão. Dominar o visível é deter o poder, é definir a fronteira da dialética entre o dominador, o que codifica e detém as chaves de encriptação e desencriptação do visível, e o dominado, o que nem sequer entende o visível como processo de codificação e encriptação. Subsiste, assim, um problema essencial à investigação em ciências sociais e humanas: será suficiente uma investigação que se detenha na mera descrição do visível, quando este é essencialmente constituído pelos processos e operações de mediação técnica e comunicacional, isto é, pelos dispositivos sociotécnicos que codificam e encriptam, administrando, desse modo, o visível?

O presente capítulo procurou aduzir um conjunto de argumentos em defesa de uma investigação que, precisamente, não se deixe seduzir por este espaço *de evidências*. Só uma investigação que regresse aos seus fundamentos críticos se pode reclamar da ciência. Todo o resto não passará de mero ruído, o que, como argumentamos, possui o carácter tático de nos tornar integralmente dependentes da visão para a nossa orientação. O ruído *orienta-nos* para o que vemos, confina-nos no, e ao visível - que, codificado, mais não é do que superfície. Numa época que, como Perniola (1993) assinalou, foi tomada de assalto pela αἴσθησις (*aisthēsis*), só uma investigação que recupere a κρίσις (*krisis*) pode realizar o contemporâneo como “alguém que fixa o olhar no seu tempo, para perceber não as suas luzes, mas o seu escuro” (Agamben,

2010, p. 22). O problema, para quem pretenda compreender o mundo a partir de uma ideia de ocidente, assume, pois, a radicalidade de um retorno ao racionalismo, já não a um racionalismo clássico, fundacional tanto do ocidental, como do moderno, mas um racionalismo contemporâneo, no sentido de Agamben, capaz de perscrutar as camadas intersticiais e desmontar os dispositivos de poder que, a partir do escuro, fabricam o visível como conjunto de figurações.

Chegados a este ponto, cabe-nos perguntar: serão mesmo Vladimir Putin e a Rússia, *inimigos do ocidente*? Fará sentido o estágio último da escalada de figuração de um inimigo que, de pérfido *manobrador de marionetas* surge, hoje, figurado pela metaforização discursiva, definitivamente extremada após a invasão russa da Ucrânia, como o *novo Hitler*, ou *Putler* (figura 4), a própria reencarnação do mal no novo Frankenstein geopolítico do século XXI? Ou não será Putin, apenas, o último de todos os inimigos construídos pelo ocidente, especialmente aqueles que, após o fim da guerra fria, serviram para justificar a manutenção de alianças e blocos militares do período anterior, como a NATO (Mutimer, 1999, Williams, 2011, Petersson, 2018, Resende & Leite, 2023)? - sendo os Estados Unidos, agora conduzidos pela *marioneta de Putin*, Donald Trump, de acordo com o jornal Financial Times (2025, 25 de Fevereiro), o mais recente desses *inimigos*?



Figura 4: fotografia de uma manifestação, em Praga, contra a invasão russa da Ucrânia, que ilustra uma notícia do jornal checo Lidové Noviny, publicada a 3/03/2023.

Julgamos estar aqui a tratar, porventura, abordando-o a partir de um de muitos ângulos possíveis, do problema que, hoje, mais agita e confronta o humano: a ameaça existencial. Se há fase da história humana em que problemas existenciais, como o da guerra e da paz, se tornaram decisivos à própria sobrevivência, é esta. Subsiste, no entanto, um paradoxo: a articulação entre a produção do real pelos artefactos humanos de mediação, e o visível, codifica-o como *espaço de evidências*, superfície cuja estabilização, *a partir de figurações que devêm estereótipos*, em vez de criar as condições para a aproximação de competidores e adversários, constrói-os e figura-os como *inimigos* e estereotipa-os como *monstros*, promovendo a exclusão definitiva, um Outro absolutamente radical. Contra os monstros não há racionalidade, há apenas a urgência da sua destruição.

Ou, então, o *monstro somos nós* e, sem o sabermos, é da nossa autodestruição que estamos a tratar.

Bibliografia:

- Agamben, G. (2010). *Nudez*. Relógio d'Água
- Arendt, H. (2017 [1963]). *Eichmann em Jerusalém - Uma reportagem sobre a banalidade do mal*. Ítaca.
- Augé, M. (2005). *Não-Lugares: Introdução a antropologia da sobremodernidade*. Editora 90.
- Berardi, F. (2015). *And. Phenomenology of the End*. Semiotext(e).
- Blackwill, R. D. & Gordon, P. H. (2018). *Containing Russia – How To Respond To Moscow's Intervention in U.S. Democracy and Growing Geopolitical Challenge*. Council on Foreign Relations.
- Brighenti, A. (2007). Visibility: A Category for the Social Sciences. *Current Sociology*, 55(3), 323-342. <https://doi.org/10.1177/0011392107076079>.
- Carey, J. W. (1989). *Communication As Culture: Essays on Media and Society*. Routledge.

- Chernobrov, D., & Briant, E. L. (2022). "Competing propagandas: How the United States and Russia represent mutual propaganda activities". *Politics*, 42(3), 393-409. <https://doi.org/10.1177/0263395720966171>.
- Diesen, G. (2022). *Russophobia - Propaganda in International Politics*. Springer.
- Eco, U. (2011). *Costruire il nemico e altri scritti occasionali*. Bompiani.
- Galtung, J. (1986). "On the Role of the Media for Worldwide Security and Peace". In Varis, T. (ed). *Communication and Peace*. Universidad para la Paz.
- Glasl, F. (1982). "The Process of Conflict Escalation and Roles of Third Parties". *Conflict Management and Industrial Relations*, 119–140. Springer https://doi.org/10.1007/978-94-017-1132-6_6.
- Han, B.-C. (2014). *A Sociedade da Transparência*. Relógio d' Água.
- Karam, F. J. (2004). *A Ética Jornalística e o Interesse Público*. Summus.
- Kempf, W. (1996). "Konfliktberichterstattung zwischen Eskalation und Deeskalation. Ein sozialpsychologisches Modell". *Wissenschaft und Frieden*, 14, 51-54.
- Kempf, W. (2002). "Conflict Coverage and Conflict Escalation". In Kempf, W. & Luostarinen, H. (eds.). *Journalism and the new World Order Vol. II. Studying War and the Media*, 59-72. Nordicom.
- Kovach, B. & Rosenstiel, T. (2004). *Os Elementos do Jornalismo - O que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir*. Porto Editora.
- Lieven, A. (2001). "Against Russophobia". *World Policy Journal*, 17 (4), 25-32: <https://doi.org/10.1215/07402775-2001-1004>.
- Lippmann, W. (1992 [1922]). *Public Opinion*. Nova Iorque: Routledge.
- Marmura, S. (2020). "Russiagate, WikiLeaks and the Political Economy of Posttruth News". *International Journal of Communication*, 14, 5417-5435: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/14287>.
- McLeod, A. (2019a). "Assessing the Strength of the Five Filters Today". In McLeod, A.

- (ed.). *Propaganda in the Information Age - Still Manufacturing Consent*, 45-64. Routledge.
- McLeod, A. (2019b). "Fake News, Russian Bots and Putin's Puppets". In McLeod, A. (ed.). *Propaganda in the Information Age - Still Manufacturing Consent*, 65-83. Routledge.
- Mendes, I., & Marinho, S. (2022). "Slow Journalism: A Systematic Literature Review". *Journalism Practice*, 18(5), 1275–1305: <https://doi.org/10.1080/17512786.2022.2075783>.
- Mesquita, M. (1997). *O Jornalismo em Análise - A Coluna do Provedor dos Leitores*. Minerva Coimbra.
- Milutinovic, I, & Gajic, A. (2020). "The Role of Information War in the Strengthening of Stereotypes about Russia in the Western Political Space". *Serbian Political Thought*, 66(4), 125-142: <http://dx.doi.org/10.22182/spm.6642019.6>.
- Morelli, A. (2023). *Princípios Elementares da Propaganda de Guerra*. Edições Avante.
- Mutimer, D. (1999). "Making Enemies: NATO Enlargement and the Russian 'Other'". *YC/ISS Occasional Paper*, 60. Centre for International and Security Studies York University: <https://tinyurl.com/bdet9sts>.
- Paul, M. C. (2001). "Western Negative Perceptions of Russia: The "Cold War Mentality" Over Five Hundred Years". *International Social Science Review*, 76(3-4), 103-121. Pi Gamma Mu.
- Pereira, R. (2019). *Pensar em Tempos de Não Pensamento - Notas para uma analítica do brutal na contemporaneidade*. Grácio Editor.
- Perniola, M. (1993). *Do Sentir*. Editorial Presença.
- Petersson, M. (2018). *NATO and the Crisis in the International Order - The Atlantic Alliance and Its Enemies*. Londres: Routledge.
- Repina, E. A., Zheltukhina, M. R., Kovaleva, N. A., Popova, T. G, & Caselles, C. G. (2018). "International media image of Russia: trends and patterns of perception".

XLinguae, 11(2), 557-565: <https://doi.org/10.18355/XL.2018.11.02.45>.

Resende, E. S. A, & Leite, L. A. B. (2023). "The construction of threats and enemies in US presidential discourses (1993-2013)". *Topoi*, 24(52), 103-130: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02405205>.

Romero-Rodríguez, L. M., Tejedor, S., & Castillo-Abdul, B. (2021). "From the Immediacy of the Cybermedia to the Need for Slow Journalism: Experiences from Ibero-America". *Journalism Practice*, 16(8), 1578–1596: <https://doi.org/10.1080/17512786.2020.1870530>.

Ross, T. (2019). "Media and Stereotypes". In Ratuva, S. (eds). *The Palgrave Handbook of Ethnicity*. Palgrave Macmillan: https://doi.org/10.1007/978-981-13-0242-8_26-1.

Stein, J. G. (2013). "Threat Perception in International Relations". In Huddy, L., Sears, D. O. and Levy, J. S. (eds). *The Oxford Handbook of Political Psychology*, 2ª edição, 364-394: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199760107.013.0012>.

Stent, A. E. (2008). "Restoration and Revolution in Putin's Foreign Policy". *Europe-Asia Studies*, 60 (6), 1089-1106: <https://doi.org/10.1080/09668130802161264>.

Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Quimera.

Tucherman, I. (2012). *Breve História do Corpo e de Seus Monstros*. 3ª edição. Vega.

Williams, M. J. (2011). *The Good War - NATO and the Liberal Conscience in Afghanistan*. Londres: Palgrave Macmillan.

Zollmann, F. (2019). "A Propaganda Model for the Twenty-First Century – Structure-agency dynamics and the intersection of class, gender and race". In McLeod, A. (ed.). *Propaganda in the Information Age - Still Manufacturing Consent*, 23-44. Routledge.

Outras referências:

BBC (2007, 10 de Fevereiro). "Putin's speech: back to Cold War?". Acesso a 8/03/2025:

<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/6350847.stm>.

Daily Mail (2018, 17 de Julho). "Putin's puppet! Trump is ruthlessly mocked on social media after his 'disgraceful performance' during summit with Russian leader". Acesso a 10/03/2025: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-5961853/Trump-ruthlessly-mocked-social-media-disgraceful-performance-Putin.html>.

Doherty, C., Tyson, A. (2014). "Concerns About Russia Rise, But Just a Quarter Call Moscow an Adversary - Public remains wary about U.S. involvement in Ukraine". Pew Research Center, Março de 2014. Acesso em 8/03/2025: <http://pewrsr.ch/1gVLxtK>.

Doherty, C., Kiley, J., Johnson, B. (2019). "Climate Change and Russia Are Partisan Flashpoints in Public's Views of Global Threats". Pew Research Center, Julho de 2019. Acesso em 09/03/2025: <https://pewrsr.ch/2ZhQD24>.

Financial Times (2025, 25 de Fevereiro). "The US is now the enemy of the west". Acesso a 11/03/2025: <https://www.ft.com/content/b46e2e24-ca71-4269-a7ca-3344e6215ae3>.

Politico (2016, 11 de Julho). "Live Blog: The Podesta emails". Acesso a 9/03/2025: <https://www.politico.com/live-blog-updates/2016/10/john-podesta-hillary-clinton-emails-wikileaks-000011>.

Wike, R., Fetterolf, J., Fagan, M. and Moncus, J. J. (2022). "Seven-in-Ten Americans Now See Russia as an Enemy - Attitudes toward NATO increasingly positive". Pew Research Center, Abril 2022. Acesso em 8/03/2025: <https://pewrsr.ch/3ueZe7H>.

FRONTEIRAS, MEMÓRIA E (IN)ATENÇÃO NA ERA DA PLATAFORMIZAÇÃO

Rosa Cabecinhas

Universidade do Minho
cabecinhas@ics.uminho.pt

RESUMO

Num tempo acelerado de conexão instantânea proporcionada pelas plataformas digitais, as “guerras culturais” e as “guerras de memória” têm ganho espaço na agenda mediática, ao mesmo tempo que o sofrimento e a morte do Outro são convertidos em espetáculo. Num contexto planetário marcado pela extremização de desigualdades e por uma hiperconectividade que desconecta dos outros e da vida, a comunicação e solidariedade são dimensões fundamentais para a construção de futuros mais justos e inclusivos. Neste texto refletimos sobre os padrões de (in)atenção e as (in)visibilidades mediáticas e discutimos a importância da educação crítica e possíveis ações de reparação no contexto do ensino e de investigação.

Palavras-chave: Média, Memória, Comunicação, Perceção, Atenção

Introdução

Numa época em que se verifica uma acelerada corrida ao rearmamento e um desinvestimento nas políticas públicas que visam garantir a todas as pessoas a fruição de uma vida condigna e feliz, o ecossistema mediático têm contribuído para a normalização da guerra e a banalização do sofrimento do Outro, replicando velhos padrões de (in)atenção que determinam quais as vidas que importam e quais as vidas que alegadamente podem ser sacrificadas para que aqueles que dominam o mundo possam continuar a usufruir dos seus privilégios.

Num contexto planetário marcado por profundas desigualdades, as grandes corporações mediáticas e aquilo que se convencionou chamar de plataformação, têm contribuído para a crescente precariedade laboral, atomização da vida social e para uma “economia de dados” que paradoxalmente se tem convertido num verdadeiro “memoricídio”, pelo que é urgente um “processo de anamnese para recuperar os conhecimentos aprisionados no buraco negro digital” (Chaparro & de Andrés, 2022, p. 43). No atual sistema mediático, a grande maioria dos conteúdos que circulam a nível mundial são controlados por meia dúzia de plataformas digitais, governadas por um modelo de negócio baseado na concentração de poder e recursos, em que o “vencedor leva tudo” e que se alimenta de sistemas de hiperconectividade que paradoxalmente nos desconectam dos outros e da vida.

No nosso dia-a-dia é frequente as palavras “memória” e “esquecimento” serem usadas como antónimos, tomando a palavra “memória” como sinónimo de “recordação” ou “lembrança” e a palavra “esquecimento” como sinónimo de “amnésia” ou “desmemória”. O título deste texto remete para um entendimento da memória enquanto processo social, em que lembrança e esquecimento estão intimamente ligados. Embora a nível pessoal o “esquecimento” seja muitas vezes um processo inconsciente e involuntário, quando falamos da memória pública, o “esquecimento” não é aleatório nem inócuo, pois resulta de processos de seleção, filtragem e codificação deliberados, que reduzem substancialmente o espectro das recordações possíveis num dado

momento e contexto histórico.

Como salientámos em trabalhos anteriores, a memória social é dinâmica, complexa e multifacetada — simultaneamente material e imaterial, viva e virtual, intencional e involuntária, consciente e inconsciente, visível e invisível. Não é possível compreender as dinâmicas da memória social no quadro dos usuais dualismos que têm também caracterizado outras áreas de conhecimento, tais como: razão/emoção, corpo/mente, cultura/natureza, ocidente/oriente, urbano/rural, público/privado, individual/coletivo, centro/periferia, norte/sul, universal/particular, sujeito/objeto, produção/reprodução, masculino/feminino, entre outros. Estes dualismos hierárquicos estão profundamente interconectados e tendem a reforçar-se entre si, o que se traduz em processos de polarização, que fomentam uma “comunicação ruidosa” que alimenta “sociedades mudas” (Chaparro & de Andrés, 2022, p.287), tornando rígidas e estanques fronteiras arbitrárias.

O trabalho de memória em comunidade e entre comunidades, poderá constituir uma forma de desmontar dualismos e polarizações excessivas, articulando e tecendo memórias a partir lógicas não competitivas, isto é, fomentando atos de solidariedade mnemónica. Nesse sentido, é importante recordar o que afirma Édouard Glissant (1996/2020, p. 124): “A solidariedade é constituída por memórias que se entrelaçam para abrir uma nova dimensão”. Esse entrelaçar de memórias é um processo criativo e dinâmico que implica contrariar os “nós-cegos” que resultam da internalização de desigualdades estruturais, que foram alimentadas por processos de violência e extrativismo durante o colonialismo europeu e que hoje estão a ser reforçadas pela plataformização, sistemas securitários baseados em Inteligência Artificial e “colonialismo de dados” (e.g. Mejías & Couldry, 2019).

Como salienta Mariana Pinto dos Santos (2024, p. 17), as “malhas tecidas (ou impostas) pelos impérios europeus estão longe de estar desfeitas, e talvez seja apenas possível reconfigura-las, ou aproveitar as suas linhas para novas tessituras”, o que implica processos de “desaprender” o racismo e outras formas estruturais de discriminação e tecer novas práticas de participação cidadã. Ora, enquanto docente e

investigadora, tenho [tido] o privilégio de exercer uma profissão que me dá oportunidade de aprender e participar em processos de cocriação do conhecimento, com o objetivo de tecer futuros mais justos e inclusivos.

A compreensão das relações entre mídia, memória e dinâmicas culturais exige a interligação entre as diversas áreas do saber. Neste texto não será possível dar conta da complexidade deste campo de estudos e sua relevância no atual contexto, por isso irei limitar-me a uma breve reflexão sobre esta temática.

Padrões de (in)atenção: jornalismo, estereótipos sociais e (in)visibilidades

Nos últimos anos, movimentos sociais como #QueSeLixeATroika, #BlacksLivesMatter, #wearethe99percent, #vidajusta, entre outros, têm contribuído para uma reflexão crítica sobre diversas formas de desigualdade que moldam o nosso quotidiano e para dar visibilidade mediática a histórias de luta longamente obscurecidas. Recentemente, a cobertura mediática da morte de Odair Moniz às mãos de um agente da autoridade e dos “distúrbios” que se seguiram nos “subúrbios” da Grande Lisboa, tornaram evidente o quanto “velhas” formas de hierarquização racial e social continuam a determinar os padrões de (in)atenção mediática e a reificar estereótipos sociais.

Apesar de terem passado mais de cem anos e muito ter mudado no que toca às tecnologias e estruturas de comunicação e informação, a obra de Walter Lippmann (1922), na qual convoca a sua experiência enquanto repórter norte-americano na Europa durante a Grande Guerra, continua a ter uma flagrante atualidade. Segundo Lippmann, os estereótipos sociais constituem imagens mentais, construídas culturalmente, que funcionam como “mapas”, guiando o indivíduo e ajudando-o a lidar com informação complexa, conduzindo-o muitas vezes ao engano. Os estereótipos não são meras perceções inadequadas, trata-se antes de generalizações abusivas sobre o Outro, hiper-simplificadas e redutoras, pelo que devem ser entendidos na sua dimensão política, já que funcionam como sistemas de legitimação de desigualdades sociais e contribuem

ativamente para o reforço de uma “história única” (Adichie, 2009), que adquire foros de verdade pela sua exaustiva repetição.

O modo como percecionamos o Outro raramente resulta de um contacto próximo e direto, em condições de igualdade de interação. Os média relatam-nos o mundo acentuando as diferenças entre nós e os outros, reforçando fronteiras e sedimentando identidades excludentes. A morte trágica de um de nós pode ser notícia ao mesmo tempo que a morte de milhares de outros seres humanos é banalizada ou nem sequer chega a ser notícia, dependendo de critérios de noticiabilidade (para uma revisão crítica ver Müller et al., 2023) em que onde o estatuto social e poder assim como a “proximidade” percebida governam a atenção mediática, privilegiando-se a “efervescência do momento” em detrimento da análise e contextualização dos factos.

Segundo Lippmann, os estereótipos sociais estão profundamente enraizados no nosso modo de ver o mundo, são rígidos e resistentes à mudança, governando todo o processo de perceção. Daí a enorme importância da educação crítica, para que tais estereótipos possam ser questionados e refutados nas nossas interações sociais.

Como salienta Luís Loureiro (2024), “os estereótipos passeiam-se intocados pela crítica na superfície mediatizada do visível - aparentemente neutros, do ponto de vista das instâncias de produção e emissão”. Os estereótipos são imediatos, securizantes e estetizantes. Imediatos porque tendem a dispensar o pensamento crítico; securizantes ao arrumar o Outro para lá da fronteira da nossa atenção; e estetizantes, pois tendem a induzir estímulos que visam uma resposta emocional, não pensada. Assim, ao situar-se no plano do pré-conceito, os estereótipos formam “uma barreira, difícil de transpor, ao trabalho crítico e reflexivo de conceptualização e re-conceptualização necessário à dinâmica histórica dos conceitos e ao trabalho dos papéis e das representações sociais” (Loureiro, 2024).

Ora, no atual contexto de precariedade laboral dos jornalistas, com os seus efeitos perniciosos tanto para a qualidade do jornalismo produzido como na saúde das pessoas que trabalham no sector (Araújo, 2024), são quase inexistentes as condições para “pensar devagar” (Kahneman, 2012), o que reforça processos de estereotipização, em que o

próprio pensamento humano é dispensado e substituído por algoritmos que levam ao extremo enviesamentos que visam capturar a nossa atenção. Mas a precariedade não afeta apenas as profissões ligadas à produção noticiosa, afeta também todo um conjunto de profissões que desempenhem um papel essencial na salvaguarda da democracia e na construção de sociedades mais inclusivas, onde a paz não seja uma mera “pacificação” que dispense a justiça social. A precariedade e pobreza de tempo afetam particularmente as pessoas que no seu dia-a-dia trabalham longas horas para garantir a mera subsistência e a quem não são dadas as condições mínimas para uma vida digna, em que seja possível usufruir de tempos livres. Sem tempo para ver, ouvir ou ler notícias com a devida atenção, e sem condições para tomar a palavra (Spivak, 2021), a pessoa “subalterna” torna-se muitas vezes instrumento da confirmação da profecia, com pouca margem de liberdade para contestar reportórios e narrativas dominantes.

As pessoas subalternizadas são sujeitas a processos de vigilância confirmatória, securizante, sendo percebidas como representantes de um grupo homogêneo, desprovido de valor. A economia de dados, reproduzindo sistemas extrativistas forjados durante o período colonial, condena à pobreza e à morte as pessoas invisibilizadas pela repetição exaustiva do “espetáculo” dos seus “corpos” em sofrimento (Sontag, 2003), em situações de guerra e não só. Embora tenham visibilidade enquanto corpo, são invisíveis enquanto pessoas, sendo colocadas, de forma implícita ou explícita, para lá da fronteira do humano.

Como salienta Loureiro (2024), o estereótipo “traça as linhas de fronteira, delimita territórios de pertença e segurança, define hegemonias e institui poder. Arruma o Outro e, no mesmo instante, confina-o, elaborando-o como objecto visível totalmente exterior e paradoxal, deslocado do seu sujeito e da possibilidade de integração”. Nas palavras do autor, os objetos mediáticos, não apenas os jornalísticos, “trazem o estereótipo pela mão, servindo-se dele mais do que, porventura, nos conseguimos aperceber”. No entanto, apesar de ser difícil ultrapassar o “visível securitário, excludente, que se amarrou profundamente às lógicas de dominação e de manutenção das assimetrias nas diversas sociedades”, os objetos mediáticos não são estáticos, contêm “sempre um

carácter dinâmico, intramutável, imprevisível até. [...] São objectos passíveis de adquirir uma vida semiótica própria socialmente apropriável e transformável”, isto é, não se mantêm “inalteráveis ou invariáveis nos múltiplos campos e horizontes de possibilidade da recepção”. Ora, os estudos que temos realizado em contexto educativo têm sido bem elucidativos a esse nível, como veremos na secção seguinte.

Média, comunicação intercultural e ativismos mnemónicos

Um dos aspetos fundamentais do ensino em comunicação intercultural passa por questionar preconceções e crenças prévias, estimulando os estudantes a refletir criticamente e produzir novo conhecimento, de modo a superar preconceitos e mitos enraizados que colocam entraves à comunicação entre pessoas, grupos e culturas, em contexto interpessoal ou organizacional, dentro ou fora das fronteiras da nação.

No caso português, a herança do longo período de ditadura ainda se faz sentir aos mais diversos níveis, como demonstram estudos recentes, nos quais se procedeu à análise de filmes, de exposições museológicas e de manuais escolares em vigor no ensino secundário, tendo-se constatado a permanência de conteúdos que reificam hierarquizações herdadas do período colonial (e.g. Balbé et al., 2024; Macedo et al., 2023; Martins et al., 2022). Estes e outros estudos demonstram que a mitologia lusotropicalista persiste na sociedade portuguesa, continuando a ser mobilizada no discurso público, estando fortemente correlacionada com a discriminação de grupos racializados, num país que a comunicação social continua a projetar como branco.

Nas últimas duas décadas têm sido realizados diversos estudos comparativos sobre média e memória histórica em diversos países de língua oficial portuguesa, que fornecem importantes pistas para pensar da comunicação intercultural (e.g., Cabecinhas, 2023). Nas narrativas dominantes, a agência é representada sobretudo enquanto “conquista” de outros povos, de territórios, de tecnologias para o domínio da natureza, etc., traduzindo-se na aceleração do “progresso” e no crescimento do consumo. Ora, a realidade que vivemos atualmente, coloca em evidência a necessidade

de “cuidar”, cuidar de nós, dos outros seres humanos e da vida no planeta que é a nossa “casa comum”, o que exige o desenvolvimento de competências de comunicação intercultural.

As percepções do passado e seus efeitos nas relações intergrupais, na saúde mental e no bem-estar social só recentemente começaram a receber atenção. De facto, os média fazem o primeiro rascunho da história e a memória histórica constitui um ingrediente crítico para a compreensão das relações interpessoais, interculturais e internacionais no presente assim como para a (re)construção de identidades sociais e sua mobilização.

Nos últimos anos, as lutas contra as desigualdades raciais, de classe, de género e outras, têm extravasado fronteiras e dado ímpeto a diversas formas de ativismo mnemónico nas várias instâncias do espaço público, nas redes digitais, nas ruas, na academia, nas associações, etc. Tais ativismos mnemónicos têm contribuído para desocultar histórias e resgatar memórias (e.g. Roldão et al., 2022).

O ativismo mnemónico pressupõe a compreensão da memória como uma forma crucial de transformar a sociedade. Promover uma discussão sobre o passado, por meio de imagens e narrativas de alteridade em contextos diversos, é uma forma poderosa de combater preconceitos e desinformação.

Quando os meios digitais surgiram acreditou-se no seu potencial emancipatório (Fuchs, 2014). Embora tal potencial não tenha sido devidamente cumprido, os “algoritmos de ódio” podem ser contrariados com “algoritmos de resistência”. Investigação recente tem evidenciado como os migrantes e outros grupos subalternizados estão a contribuir ativamente para desafiar estereótipos sociais através dos média e a exercer uma agência transformadora (e.g., Posch et al., 2024). Os migrantes, ao navegarem entre mundos diferentes, desempenham um papel vital nos processos de descolonização do conhecimento e da esfera pública.

Conclusão

Como salienta Angela Davis (2022), “se nós não desafiarmos os vestígios poderosos do colonialismo, não haverá um futuro habitável”. Nas palavras da autora, não podemos esquecer que a liberdade é uma luta constante. Tal luta implica esperança e ação coletiva, aos mais variados níveis, no sentido de derrubar sistemas de opressão enraizados. Davis (2022) propõe que, pela ação coletiva, contribuamos para gerar esperança, “esperança para nós mesmas, esperança para o planeta, para o futuro. E esse mesmo desafio se estende para o futuro, quando seremos confrontadas com a tarefa de continuar a gerar esperança para originar ainda mais futuros esperançosos”.

O modo como lecionamos e como fazemos investigação pode contribuir para criar e alimentar horizontes de esperança. O conhecimento científico, em articulação com outros saberes, dá-nos a possibilidade de melhor compreensão mútua e partilha. Chaparro e de Andrés (2022, p. 17) salientam que precisamos de uma teoria da comunicação para o bem comum – uma “teoria ética, feminista, decolonial, ecologista, socialmente justa”, que não seja mera teoria, mas uma prática. Enquanto docentes e investigadoras temos um papel na reparação histórica. A reparação implica re-parar, prestar atenção ao Outro, não uma atenção securitária que valide mecanicamente os nossos preconceitos sem os questionar, mas uma atenção reparadora, com tempo para comunicar verdadeiramente.

Agradecimentos

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto “MigraMediaActs – Migrações, media e ativismos em língua portuguesa: descolonizar paisagens mediáticas e imaginar futuros alternativos” (PTDC/COM-CSS/3121/2021), financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Bibliografia

- Adichie, C. N. (2009). *The danger of a single story*. [Video]. Oxford: TED. https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language.
- Araújo, R. (2024). “O ‘rolo compressor’ do jornalismo: da precariedade à violência”. *Jornalismo & Jornalistas*, 84, 6-11.
- Balbé, A., Lins, L., & Cabecinhas, R. (2024). “Não tem como a gente fugir do que nos ensinam” debates sobre memória pública e educação com estudantes do ensino secundário português. *Estudos Ibero-Americanos*, 50 (1). <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2024.1.45807>
- Cabecinhas, R. (2023). A memória da nação na era planetária. Passados e futuros em debate. *Análise Social*, 28 (249), 766-788 <https://doi.org/10.31447/as00032573.2023249.07>
- Chaparro, M., & de Andrés, S. (2022). *Comunicación radical. Despatriarcalizar, decolonizar y ecologizar la cultura mediática*. Gedisa Editorial.
- Davis, A. (2022, 10 de outubro). *Imigração, racismo e resistência* [Video]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=DrS-FhXeKdU>
- Fridman, O. (2022). *Memory Activism and Digital Practices after Conflict*. Amsterdam UniversityPress.
- Fuchs, C. (2014). *Social media: a critical introduction*. Sage.
- Glissant, E. (2005). *Introdução a uma poética da diversidade*. Editora UFJF.
- Kahneman, D. (2012). Pensar, *Depressa e Devagar*. Temas e Debates.
- Lippmann, W. (1922). *Public Opinion*. Macmillan.
- Loureiro, L. M. (2024). Os objetos mediáticos trazem o estereótipo pela mão. Universidade do Minho.
- Macedo, I., Balbé, A., & Cabecinhas, R. (2023). Cultura visual, educação e comunicação

intercultural: grupos de discussão com estudantes no ensino secundário português. *Educação em Foco*, 26 (48).

Martins, M. L., Balbé, A., Macedo, I., & Mabasso, E. (Eds.) (2022). *Portugal e Moçambique - Travessias identitárias e imaginários do passado e do presente*. Húmus.

Mejías, U. A., & Couldry, N. (2019). Colonialismo de datos: Repensando la relación de los datos masivos con el sujeto contemporáneo. *Virtualis*, 10(18), 78–97.

Müller, M.S., Cabecinhas, R., & Santos Silva, D. (2023). Cultural Journalism in Brazil and Portugal: cross-country analysis (2012-2018). *Brazilian Journalism Research*, 19(1), e1546. <https://doi.org/10.25200/BJR.v19n1.2023.1546>

Posch, P., Correia Borges, G., Simões, C., & Cerqueira, C. (2024). Perspectivas Emergentes: Um Panorama Sobre Mídias Alternativas Digitais e Pessoas Migrantes e/ou Racializadas em Portugal. *Revista Lusófona De Estudos Culturais*, 11(2), e024015. <https://doi.org/10.21814/rlec.5748>

Roldão, C., Pereira, J. & Varela, P. (2023). *Tribuna Negra*. Tinta da China.

Santos, M.P. dos (2024). “Desaprender o que é a História da Arte”. In M. P. dos Santos e M. Mestre (eds.) *Problemas do Primitivismo - A partir de Portugal*.

Sontag, S. (2003). *Regarding the Pain of Others*. Picador.

Spivak, G. C. (1988/2021) *Pode a subalterna tomar a palavra?* Tradução e Prefácio de António Sousa Ribeiro. Orfeu Negro.

REARM E O KIT DE EMERGÊNCIA: A ORGANIZAÇÃO DE UMA ECONOMIA DE GUERRA E A PRODUÇÃO DO CONSENTIMENTO

Fernando Bessa Ribeiro

Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho
fbessa@ics.uminho.pt

RESUMO

O texto analisa o plano *ReArm* da União Europeia (UE), que tem um custo estimado de 800 mil milhões de euros e implica uma reorientação política em prol de uma economia de guerra. Esta só pode ser concretizada à custa de políticas sociais e ambientais. Considerando a história política do continente após a Segunda Guerra Mundial, este projeto político rompe com as tradições pacifistas europeias (v.g., *Ostpolitik*), alienando o seu *soft power*. Mesmo em termos de estrita racionalidade económica, a opção pela economia de guerra não constitui solução para a crise estrutural que a indústria europeia enfrenta. Face a este cenário socialmente regressivo, o consentimento público do *ReArm* depende da produção de pânico social (v.g., promoção de *kits* de emergência e de *bunkers* de luxo), no qual os média desempenham um papel decisivo. Conclui-se que o rearmamento agrava a miséria social, corrói os valores democráticos e ignora os riscos de guerra nuclear, sendo moral e economicamente insustentável.

Palavras-chave: Rearmamento europeu, economia de guerra, média, pânico social.

Introdução

Água, alimentos não perecíveis, medicamentos, um canivete tipo suíço, uma lanterna, fósforos ou isqueiro, um carregador, uma *powerbank*, um telemóvel, um rádio portátil, dinheiro em numerário, documento de identificação e cartas de jogar. Esta é lista dos produtos que devem fazer parte do *kit* de emergência proposto pela Comissão Europeia. Alguns até calcularam o seu custo: aproximadamente 26 euros. Se multiplicarmos pelos quase 450 milhões de habitantes da União Europeia (UE), o *kit* custará mais de 11 mil milhões de euros. O número é expressivo, mas representa, ainda assim, uma quantia módica, se considerarmos os 800 mil milhões de euros que Ursula von der Leyen propõe gastar com o seu plano de rearmamento da Europa. Sendo óbvia a relevância do baralho de cartas no *kit* proposto pela burocracia comunitária – afinal, faz sentido ocupar os minutos derradeiros da existência com uma atividade lúdica e aprazível se ocorrer a catástrofe que está a ser estimulada nas chancelarias europeias, isto é, uma guerra nuclear que produzirá a devastação total de Lisboa aos Urais e eventualmente para além deles –, coloca-se uma questão candente: quais são as razões que explicam a obstinação europeia pelo reforço das capacidades militares? Como o rearmamento não é uma proposta política que facilmente seja abraçada pelos cidadãos, tal suscita uma outra questão: num mundo armado “até aos dentes”, no qual os gastos militares dos países da UE e do Reino Unido representam mais de 15% do total mundial, como justificar a política da guerra em lugar da política da paz?

Como pano de fundo temos a recomposição acelerada do sistema-mundo que está a desfazer a hegemonia do Ocidente e da sua ordem mundial. Face ao avanço da China e de outros países de geografias subordinadas ao Ocidente durante os últimos seis séculos, esta recomposição, que também se joga de modo trágico nas grandes planícies ucranianas, tem de ser considerada para se compreender o plano de rearmamento europeu.

ReArm: uma economia de guerra

Depois de três anos de guerra na Ucrânia e centenas de milhares de mortos, a derrota de Biden tornou impossível as aspirações a que von der Leyen deu expressão: “Nós somos e seremos absolutamente intransigentes para que a Ucrânia vença, é para isso que estamos a trabalhar. Mas a Rússia já perdeu esta guerra” (cf. <https://zap.aeiou.pt/russia-ja-nao-pode-ganhar-a-guerra-na-ucrania-diz-von-der-leyen-84763>). Com Trump no comando do governo norte-americano, todas as dúvidas que podiam ainda subsistir na viragem de 2024 para 2025 estão definitivamente resolvidas: sem os democratas no poder em Washington, os europeus estão sozinhos no apoio ao governo de Zelensky, pelo que a guerra só pode prosseguir com o envolvimento de Berlim, Paris e seus aliados. Isto foi prontamente prometido por Friederich Merz e Olaf Scholz na noite das eleições legislativas alemãs de fevereiro de 2024, respetivamente o novo e o velho chanceleres do conhecido e bem lubrificado rotativismo alemão. Ora, persistir com a política que visa a derrota da Rússia, necessariamente implicando a queda de Putin e a consequente mudança de regime, é uma fantasia, expondo “a perigosa combinação de ignorância e arrogância – nas questões de estratégia militar e relações internacionais – de figuras como Ursula von der Leyen, Macron, Starmer, para não falar de Mark Rutte, Kaja Kallas ou António Costa” (Soromenho-Marques, 2025c). À medida que o tempo foi passando e os resultados sonhados e mil vezes enunciados não se concretizaram, a posição europeia mostrou-se cada vez mais dissonante relativamente aos objetivos de Washington desde o início do conflito: “os EUA nunca acreditaram, ao contrário da ignara arrogância de Bruxelas, que a máquina de guerra russa poderia ser derrotada no plano convencional. Como o secretário da Defesa L. Austin afirmou, logo em maio de 2022, o objetivo dos EUA era o de fazer ‘sangrar a Rússia’, enquanto Kiev tivesse capacidade para o fazer” (Soromenho Marques, 2025a).

“Sangrar a Rússia” significa para os norte-americanos, como clarificou Lloyd Austin, secretário de Defesa de Biden, logo no início da guerra, “ver a Rússia enfraquecida de modo a que não possa fazer o tipo de coisas como a invasão da Ucrânia. [Os russos] Já perderam muito da capacidade militar. Queremos que não tenham a capacidade

de recuperar muito rapidamente essa capacidade” (cf. www.dn.pt/internacional/eua-querem-uma-russia-enfraquecida-e-reforcam-apoio-militar-a-ucrania-e-nato-14799317.html). Não se contendo a realidade nos limites fixados por qualquer tabuleiro onde se podem fazer jogos de guerra, nada do que os dirigentes europeus garantiram que aconteceria se verificou: o apoio sem limites a Kiev não derrotou a Rússia, as sanções não destruíram a economia russa e, menos ainda, isolaram o país. Assim, a derrota de Zelensky arrasta os líderes europeus, assistindo estes impotentes ao avanço da presença chinesa na Rússia e ao incremento das articulações entre as economias destes países, incluindo no domínio energético. Berlim sabe bem o que isso significa: agora o petróleo e o gás a bom preço têm como destino a China e não as fábricas alemãs que alimentavam a capacidade exportadora germânica.

Sem qualquer alternativa viável no curto e médio prazo para o abastecimento energético, pior ainda, sem soluções para travar o declínio económico, os governos europeus pretendem assumir sozinhos os encargos da guerra, promovendo assim a sua europeização que só pode ser também a sua germanização, como assinalou Streeck (2023). Esta germanização da guerra revela a dissonância da elite dirigente alemã e seus aliados noutras chancelarias, de Lisboa ao Báltico, com as decisões da administração Trump. Percebendo que os ventos de mudança no capitalismo global em direção ao Oriente são irreversíveis e sabendo que a alternativa a esta dinâmica sistémica não é uma alternativa, pois implicaria uma guerra nuclear que liquidaria a civilização humana, o novo governo norte-americano decidiu colocar um ponto final na guerra, entabulando negociações com a Rússia.

Representando Trump um ramo da oligarquia norte americana, em luta acesa com o outro ramo que opta pelo Partido Democrata, o realismo do Presidente norte-americano deixou os governos europeus sem chão. Esta opção pela paz confronta o envolvimento crescente dos países europeus no conflito na Ucrânia. Mesmo países com uma longa história de neutralidade, como a Suécia e a Finlândia e até a Suíça, ainda que esta de modo não totalmente assumido, tomaram posição ao lado da maioria dos Estados-membros da UE contra a Rússia. Sem que tenham extraído as devidas

ilações: o rompimento da neutralidade liquidou um dos mais importantes *soft power* da Europa. Em lugar de acrescentarem peso político, aqueles velhos países neutrais, cuja neutralidade sobreviveu à Segunda Guerra Mundial ou foi construída e enraizada durante a Guerra Fria, condenaram-se à irrelevância internacional. Doravante também patrocinadores da guerra, deixaram de ser vistos como Estados credíveis para mediar o conflito e contribuir para a paz. No seu todo, com a guerra na Ucrânia a Europa rompeu com a política de apaziguamento e de compromisso com a paz. Tendo expressão muito notória na *Ostpolitik*, elaborada por Egon Bahr em 1966 (cf. Bahr, 2019) e aplicada pelo governo social democrata liderado por Willy Brandt e, posteriormente, por Helmut Schmidt, esta política de diálogo com a então União Soviética não só permitiu reduzir as tensões entre as partes como contribuiu para que a Europa fosse progressivamente vista como uma geografia política comprometida com a defesa da paz. Isto facilitou a construção de capital político que fez das cidades europeias locais de negociações para resolver ou mitigar conflitos. Se Genebra (Suíça) e Viena (Áustria) são cidades conhecidas como palcos privilegiados da diplomacia, é eventualmente Helsínquia a cidade onde ocorreu o mais importante compromisso para a paz mundial, quando no dia 1 de agosto de 1975 os Estados Unidos da América (EUA), a União Soviética e mais 33 países assinaram a chamada Ata Final da Conferência para Segurança e Cooperação na Europa (CSCE).

Irredutíveis na sua opção, os governos europeus persistem na continuação da guerra. Constatando que os 16 pacotes de sanções económicas e financeiras contra a Rússia, com o objetivo de a vergar politicamente, não surtiram o efeito desejado, a Europa reforça a aposta nas armas, doravante o *alfa* e *ómega* da sua ação política. Viragem inesperada para muitos, não totalmente confirmada pelos factos e dados estatísticos, as despesas militares na UE aumentaram mais de 30% desde 2014 (cf. www.consilium.europa.eu/pt/policies/defencenumbers/#:~:text=Quanto%20gastam%20os%20Estados%2DMembros%20da%20UE%20no,de%201%2C9%20%%20do%20PI

B%20da%20UE). Estamos perante uma dinâmica sem paralelo na história política do continente desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A opção pelo rearmamento

européu junta não só forças políticas liberais, conservadoras e sociais democratas, como também, eventualmente ainda com maior espanto, partidos da esquerda radical, ecologistas e pacifistas, como o *Die Linke* e os verdes alemães.

Como cada nova medida ficou sempre aquém do imaginado, agora confrontados com os ventos contrários vindos do outro lado do Atlântico, os governos europeus decidem apoiar o plano proposto pela presidente da Comissão Europeia a 4 de março de 2025. Sujeito a críticas de alguns, nomeadamente do chefe de governo social-democrata espanhol, Pedro Sanchez, desagradado com a sua designação belicista, o plano foi prontamente renomeado de *2030* (cf. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_25_793), ficando assim alinhado com outras iniciativas que, sugerindo uma coisa, fazem precisamente o seu contrário. O melhor exemplo é o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP), instrumento para mobilizar armas e outros recursos militares para garantir que a guerra na Ucrânia continua, indiferente às perdas humanas e à destruição material (cf. www.consilium.europa.eu/pt/infographics/european-peace-facility/).

Acolhido com entusiasmo pelos principais média, o plano *ReArm* tem como objetivo fundamental incrementar as capacidades militares da UE e reduzir a dependência em relação aos EUA no campo militar. Com o *ReArm*, os governos europeus pretendem alocar nos próximos quatro anos 800 mil milhões de euros às despesas militares, através da mobilização de 650 mil milhões fora das regras fiscais impostas pelos tratados europeus, a que se somam mais 150 mil milhões em empréstimos conjuntos. Entre outras consequências, tal implica a afetação de parte significativa dos recursos dos fundos existentes, como os relacionados com a coesão e a luta contra as alterações climáticas, para o financiamento de despesas militares. A este esforço é também convocado o Banco Europeu de Investimentos, desembaraçando-o de todas as restrições que o impedem de atuar no campo do financiamento das indústrias militares, ao mesmo tempo que se estimula o setor privado a investir neste campo. Assim, o *ReArm* pretende também estabelecer procedimentos para a aquisição conjunta de equipamentos e a realização partilhada a nível europeu de investimentos em tecnologias

militares avançadas ou inovadoras, como drones e sistemas antimísseis.

Do ponto de vista económico, trata-se de mobilizar os recursos públicos para a organização de uma economia de guerra. Obviamente, a sua organização só pode ser feita à custa das políticas sociais que concretizam os princípios do Estado social de bem-estar. Não sendo os recursos infinitos – embora sejam muito mais vastos do que a ortodoxia neoliberal procura induzir –, optar pelo desenvolvimento do complexo industrial-militar convoca a mobilização de parte significativa dos orçamentos atribuídos à saúde, à educação, à ciência e investigação para o bem comum e às pensões de reforma. Ou à luta contra a emergência climática. Nas palavras certas de Lebaron e Rimbart (2025, p.15), “os chefes de Estado e de governo preparam-se para instituir um imposto militar disfarçado, cuja cobrança vai ser feita às custas da proteção social”. Ou seja, sendo incompatível com a existência de um Estado social robusto, esta opção pelo belicismo constitui um ataque implacável às condições materiais de existência de quem vive do seu trabalho. Como foi assinalado noutro texto (Ribeiro, 2024), depois de ter salvo os banqueiros na crise das dívidas soberanas, de ter desligado as disposições mais sagradas do neoliberalismo na pandemia, para o preservar, agora a elite europeia diz que temos de escolher as armas em lugar de escolas, hospitais e pensões de reforma decentes.

A escolha pelas armas é também uma escolha económica de quem já não tem outras soluções para enfrentar a China. Representando pouco mais de 5% da população mundial e menos de 15% do PIB mundial (em paridade de poder de compra), na disputa entre *The West and the Rest*, convocando o subtítulo da conhecida obra de Ferguson (2011), a UE ocupa uma posição marginal, imposta pelo atraso irremediavelmente acumulado nos setores mais dinâmicos e decisivos da economia mundial, como o dos veículos elétricos, dos semicondutores e da inteligência artificial. Mesmo em setores que pareciam ao abrigo da concorrência chinesa, como o da aviação civil, a China avança a passos largos, prometendo desfazer o oligopólio formado pela Airbus e pela Boeing. Em si mesmo uma expressão forte da capacidade do Estado em desenvolver um setor industrial muito complexo e dominado por operadores estrangeiros solidamente

instalados no mercado, a China tem na Commercial Aircraft Corporation of China (COMAC) a sua “ponta de lança”. Empresa estatal fundada em 2008, a COMAC é um pilar estratégico do programa “Made in China 2025”. Com dois modelos de aeronaves em operação – C909 e C919 – em breve juntar-se-á um terceiro (cf. <http://english.comac.cc/>). Apesar de ainda fortemente centrada no mercado doméstico, a sua internacionalização já se iniciou, nomeadamente na Ásia, na América Latina e em África.

O kit de emergência da União Europeia e os *bunkers* de luxo: A produção do consentimento pelo pânico coletivo

Admitindo que conhecem bem a história do século XX e das guerras que devastaram o continente europeu, os responsáveis políticos europeus estarão cientes de que ninguém aceita de ânimo leve escolher canhões em vez de escolas e hospitais. A não ser que tenha interesse em fabricar e vender armas, qualquer um de nós prefere que os seus impostos sejam aplicados em algo que tenha efeito positivo nas condições materiais de existência. Assim, é necessário convocar um poder fático, desde logo para enfrentar as justas críticas de algumas vozes com indiscutível prestígio internacional, como foi a do Papa Francisco, um dos primeiros a opor-se ao aumento dos gastos militares. Tão escandaloso já em 2022, Francisco fez uma condenação implacável na sua intervenção no Congresso do Centro Feminino Italiano, realizado em Roma, a 24 de março de 2022: “Fiquei envergonhado quando li que um grupo de Estados se comprometeu a gastar dois por cento do PIB na compra de armas, como resposta ao que está acontecendo agora. Loucura! A verdadeira resposta, como disse, não são outras armas, outras sanções, outras alianças político militares, mas outra abordagem, uma forma diferente de governar o mundo globalizado – não mostrando os dentes como agora –, uma forma diferente de estabelecer as relações internacionais” [tradução do autor a partir do castelhano] (Francisco, 2022).

Para convencer os cidadãos, há que colocar em marcha a máquina de produção de pânico social alimentada pelos principais média. Assim, são convocados os seus

agentes, os jornalistas, a que temos de juntar os comentadores, cada vez mais presentes nos mais diversos espaços mediáticos, em especial na televisão. Embora a guerra seja outra, nada de novo. Na sua obra *Os últimos dias da humanidade*, Kraus (2003 [1915]) apontou a responsabilidade dos jornalistas na carnificina em que se transformaria a Primeira Guerra Mundial, por disseminarem notícias falsas, glorificando o conflito e ocultando as suas consequências. Operando como máquina de desinformação, os jornais mandavam os jovens morrer, lembra o editor da *Die Fackel*, enquanto os velhos ficavam em casa a enaltecer o heroísmo.

Mais próximo de nós, podemos convocar os argumentos de Bourdieu (1997) sobre a televisão. A abrir o livro, logo na segunda página do prólogo, o sociólogo francês lembra um acontecimento ocorrido em 1996: o conflito em torno de um ilhéu não habitado, Imia para os gregos, Kardac para os turcos. Na luta pelas audiências, uma pequena televisão privada grega apela à mobilização e faz proclamações guerreiras, no que é prontamente seguida por outras televisões e jornais gregos. Exacerbando a retórica e as paixões nacionalistas e xenófobas, tal produziu um efeito-espelho, desencadeando idêntica onda no lado turco que por pouco não terminou numa guerra entre a Grécia e a Turquia. Seguindo Bourdieu, a televisão e os média em geral constituem um campo de poder, contribuindo para impor uma determinada visão do mundo que concorre para reforçar as estruturas dominantes. Quer dizer, os média não são neutros, estando submetidos a constrangimentos mercantis e políticos que limitam e até afastam a presença de vozes críticas e divergentes. Num contexto marcado pela concorrência, muito intensa também no campo audiovisual, e a diminuição do número de leitores que estão dispostos a pagar pelos jornais que leem, os média estão submetidos à procura permanente pela audiência. Tal favorece a produção de um ponto de vista que se pode designar por mediano, que só pode ser o da simplificação entre duas posições que marginalizam o debate crítico e a produção de outros pontos de vista. Mascarado o campo mediático pela ilusão do pluralismo, por vezes nem isso, nele os jornalistas estão sujeitos às mais diversas pressões, desde logo a do emprego e a das audiências. Embora formalmente independentes, são impelidos, eventualmente sem consciência disso, a enunciar o seu ponto de vista em conformidade com o que imaginam ser o ponto de vista dominante.

Colocado o modo de agir dos jornalistas nestes termos, é então possível destapar as condições que explicam como o *kit de emergência* foi divulgado e analisado pelos média. Sem a sua discussão crítica, ele cumpre com inquestionável eficiência uma função política, enquanto instrumento da produção de pânico social. O mesmo se aplica, conferindo particular visibilidade às desigualdades que tingem as sociedades contemporâneas, ao tratamento mediático dado à construção de *bunkers* de luxo antinucleares em Espanha (<https://pt.euronews.com/my-europe/2025/04/02/espanha-constroi-bunkers-de-luxo-em-resposta-a-ameaca-de-guerra>), à semelhança do que dizem estar a acontecer em muitos outros países europeus. Sem o necessário escrutínio crítico, discutindo o óbvio – tal instalação de nada serve se a guerra nuclear se desencadear, pois a vida não será possível num território que ficou inabitável por força da radiação – os média contribuem deliberadamente para alimentar o pânico social que justifica a espiral armamentista que coloca como cenário possível uma guerra nuclear. Por outras palavras, em vez de contribuir para a produção do consentimento popular com o rearmamento, é óbvio que uma democracia mediática exigiria discutir acerca de quem beneficia materialmente e politicamente com a construção dos *bunkers*.

Certamente tomando boa nota da conhecida afirmação de Marx e Engels (1975 [1846], pp. 55-56) em *A ideologia alemã* – as ideias dominantes são as ideias da classe dominante, porque esta possui não somente os meios de produção material como também os meios de produção intelectual, tendo os indivíduos que constituem a classe dominante consciência disso, pelo que procuram determinar todos os campos em que participam – Herman e Chomsky (1998) dão uma boa resposta: os média nas democracias capitalistas não são instrumentos neutros de informação, mas sim máquinas de produção de consenso, de acordo com os interesses das elites económicas e políticas. A ordem imposta pela propriedade impede que os média funcionem como o “quarto poder”. Na verdade, os principais média, incluindo os chamados média sociais, são propriedade de grandes empresas que colocam como principais critérios de desempenho a audiência e o número de utilizadores. Daqui decorre que a difusão e o tratamento da informação não podem beliscar a obtenção de lucro através da publicidade, logo, temas críticos a determinados setores económicos ou empresas

devem ser limitados e mesmo suprimidos. Tal tem um efeito notório nos jornalistas, levando-os a colocar em prática a autocensura, tanto mais intensa quanto maior for a precariedade do vínculo laboral. Herman e Chomsky (1998) entendem que os média contribuem para a fabricação do consentimento, garantindo que a população aceita e até adere a uma visão particular do mundo que é a visão do mundo das classes dominantes e suas vozes mediáticas, como diria Bourdieu (1997). Na mesma linha dos teóricos norte-americanos, Halimi (1998) argumenta que os média dominantes atuam como “cães de guarda” do poder económico e político. A promiscuidade entre jornalistas, comentadores e políticos que circulam pelos média, governos e empresas contribuem para produzir a lealdade para com quem efetivamente tem poder. Ora, isso facilita a produção de pontos de vista convenientes ao poder político e económico. Assumidos como pontos de vista dos próprios jornalistas, estes legitimam determinadas opções, como as intervenções militares, cuja cobertura mediática é guiada pela diabolização do inimigo.

Conclusão

Não sendo, bem evidentemente, a primeira guerra na Europa depois de 1945 – basta lembrar a guerra contra a Jugoslávia a fechar o século XX –, o conflito na Ucrânia aproximou nos perigosamente do holocausto nuclear, como sublinha Mearsheimer (2022). Tendo Hiroshima aberto a possibilidade do aniquilamento geral súbito da humanidade (cf. Ribeiro 2022), esta janela para o futuro comum trágico ficou com a guerra na Ucrânia eventualmente ainda mais aberta do que na crise dos mísseis em Cuba em 1962. Após três anos de guerra, finalmente foi iniciado o diálogo para a interrupção das hostilidades. Colocada à margem das negociações, a Europa persiste no caminho da guerra, agora também com um programa multimilionário de rearmamento. Renegando a sua tradição política de apaziguamento e até de neutralidade de alguns dos países que compõem a UE, os dirigentes políticos europeus vestiram os camuflados e assumem-se como cabos-de-guerra. Cabos-de-guerra que ignoram (ou pior ainda)

desprezam a realidade produzida pelas armas nucleares. Atendendo à sua potência destrutiva, de carácter praticamente instantâneo, com elas “a guerra deixa de ser um instrumento, para se transformar no principal inimigo da política, [obrigando a] “uma nova razão de Estado” (Soromenho Marques, 2025b).

Esta opção pelo rearmamento tem muitas causas. Se a sua execução depende, como vimos, da produção de um consentimento socialmente robusto, o rearmamento explicar-se-á por fatores políticos alimentados pelo ressentimento contra a Rússia, indiscutivelmente útil para garantir a sobrevivência política de dirigentes fragilizados, como é o caso de Emmanuel Macron. Trata-se também de agradar ao governo norte-americano. Apesar das tensões e até agressões económicas e políticas que colocaram a nu a subserviência da Europa em relação aos EUA, o *ReArm* permite dar resposta favorável às exigências norte-americanas, mobilizando os recursos financeiros necessários para colocar os países europeus a gastar 5% do seu PIB em armas. Por outro lado, mas não menos relevante, o rearmamento é visto como a saída económica para o declínio face à China. Afinal, as fábricas paradas da Volkswagen podem ser usadas para produzir as munições da Rheinmetall para os canhões dos Leopard 2 e Leclerc XLR da KNDS (v.g., [https://cnnportugal.iol.pt/guerra/rheinmetall/mais-tanques-menos-carros-comecou-uma-era-de-rearmamento-na-europa-e-da-alemanha-vem-um-sinal/20250312/67d1e9bfd34e](https://cnnportugal.iol.pt/guerra/rheinmetall/mais-tanques-menos-carros-comecou-uma-era-de-rearmamento-na-europa-e-da-alemanha-vem-um-sinal/20250312/67d1e9bfd34ef72ee4435f01)

f72ee4435f01). Analisado pela ótica do declínio económico, e sem convocar a justa crítica moral a uma opção fundada na morte, o rearmamento tem algum sentido, desde que existam países que comprem as armas produzidas. Como também neste campo os avanços chineses e russos são notórios, ao mesmo tempo que os governos europeus estão pressionados a comprar armas norte-americanas, a conclusão é óbvia: serão os contribuintes europeus que irão pagar o rearmamento, seja à custa de mais dívida pública, seja com maior tributação fiscal, em qualquer dos casos à custa do financiamento do Estado social e das suas políticas públicas. A agravar este cenário desastroso em termos económicos, é preciso juntar a desconfiança crescente em relação à UE nas mais distintas geografias: não esquecendo o colonialismo, por todo

o lado, mesmo em paragens habitualmente obedientes, como a África de colonização francesa, cresce o repúdio à Europa.

Tratando-se de uma expressão maior da corrosão moral que atinge os líderes europeus, o *ReArm* não trará, pelas razões acima aludidas, a prosperidade económica perdida, embora possa proporcionar ganhos muito avultados às empresas do complexo militar-industrial, em especial às da Alemanha. Já no plano moral, esta escolha é incompatível com a defesa da paz e da vida, nada mais fazendo do que alimentar a indústria da morte e da destruição, também ambiental. Enfim, teimar em ignorar que o mundo mudou, optando por uma economia de guerra, é o mesmo que dizer que os governos europeus pretendem encaminhar os seus povos para o empobrecimento e a destruição do Estado social pelo qual lutaram gerações inteiras de trabalhadores.

Bibliografia

Bahr, E. (2019). *Was nun? Ein Weg zur deutschen Einheit*. Berlim, Suhrkamp.

Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão, seguido de A influência dos jornalistas e Os jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

Ferguson, N. (2011). *Civilization: the West and the Rest*. Londres, Penguin Books.

Francisco (Papa) (2022). Discurso del Santo Padre Francisco a las participantes en un encuentro organizado por el centro italiano feminino. www.vatican.va/content/francesco/es/speeches/2022/march/documents/20220324-centro-femminile-italiano.html

Halimi, S. (1998). *Os novos cães de guarda*. Oeiras, Celta.

Herman, E. S. & Chomsky, N. (1998), *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*. Nova Iorque, Pantheon Books.

Kraus, K. (2003 [1915]). *Os últimos dias da humanidade*. Lisboa, Antígona.

Lebaron, F. e Rimbert, P. (2025). Europa marcial, uma bomba antissocial: o velho continente

celebra o seu grande rearmamento. *Le Monde Diplomatique*, n.º 221, II série, pp. 14-15.

Marx, K. & Engels, F. (1975 [1846]). *A ideologia alemã: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, Bruno Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos diferentes profetas*. Lisboa, Presença.

Mearsheimer, J. (2022). Playing with fire in Ukraine: the underappreciated risks of catastrophic escalation. *Foreign Affairs*. www.foreignaffairs.com/ukraine/playing-fire-ukraine.

Ribeiro, F. B. (2022), “Little boy”. *Etnográfica* (número especial), pp. 55-57.

Ribeiro, F. B. (2024). “A pobreza e a ‘economia que mata’”, in Fernando Diogo *et al.*, *Homenagem a Bruto da Costa*. Vila Nova de Famalicão, Húmus, pp. 39-58.

Soromenho-Marques, V. (2025a). Portugal à deriva na tempestade: quatro notas de leitura, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano XLIV, n.º 1420, p. 33.

Soromenho-Marques, V. (2025b). A lição esquecida da Guerra Fria, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. <https://visao.pt/jornaldeletras/2022-04-01-a-licao-esquecida-da-guerra-fria/>.

Soromenho-Marques, V. (2025c), “A UE perdeu a alma e o rumo”, *jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano XLV, n.º 1422, p. 32.

Streeck, W. (2023). ¡Alemanes, al frente!, *El salto*. www.elsaltodiario.com/carta-desde-europa/alemanes-al-frente-germanizacion-guerra-ucrania.

<http://english.comac.cc/>.

<https://cnnportugal.iol.pt/guerra/rheinmetall/mais-tanques-menos-carros-comecou-uma-era-de-rearmamento-na-europa-e-da-alemanha-vem-um-sinal/20250312/67d1e9bfd34ef72ee4435f01>.

https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_25_793.

<https://pt.euronews.com/my-europe/2025/04/02/espanha-constroi-bunkers-de-luxo-em->

resposta-a-ameaca-de-guerra.

<https://zap.aeiou.pt/russia-ja-nao-pode-ganhar-a-guerra-na-ucrania-diz-von-der-leyen-84763>.

www.consilium.europa.eu/pt/infographics/european-peace-facility/.

www.consilium.europa.eu/pt/policies/defencenumbers/#:~:text=Quanto%20gastam%20os%20Estados%2DMembros%20da%20UE%20no,de%201%2C9%20%%20do%20PIB%20da%20UE.

www.dn.pt/internacional/eua-querem-uma-russia-enfraquecida-e-reforcam-apoio-militar-a-ucrania-e-nato-14799317.html

CRISE CLIMÁTICA, A GRANDE GUERRA CONTRA A HUMANIDADE

João Camargo

Investigador do Dinâmia'CET, ISCTE, militante do Climáximo
joao.camargo.342@gmail.com

RESUMO

A crise climática é identificada há décadas pela Ciência como a maior ameaça sobre a Humanidade. Esta crise, que avança rumo ao caos biofísico e socioeconómico, pode ser justamente interpretada como uma guerra deliberada pelas elites do capitalismo global contra as bases materiais das civilizações hoje existentes, assim como das gerações futuras e das formas de vida mais complexas no planeta Terra. Além desta interpretação, a crise climática também cria as condições para uma proliferação de conflitos multi-escala pela criação de fenómenos de escassez pontual e generalizada, pela necessária deslocação em massa de populações e pela destruição dos balanços e tampões das estruturas sociais e políticas atualmente existentes. Perante as certezas de uma degradação material global sem paralelo histórico desde o início do Holoceno, os horizontes de futuro constroem-se na abolição não apenas das consequências da crise climática, mas também das suas causas.

Palavras-chave: Crise Climática; Guerra; Fascismo

Introdução

Em 2019, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres (2019), anunciava que as alterações climáticas “são a maior ameaça global sistémica para a economia global”. Dois anos mais tarde, o Secretário da Defesa dos EUA, Lloyd J. Austin (2021), afirmava que “Enfrentamos toda a espécie de ameaças no nosso trabalho, mas poucas delas merecem verdadeiramente ser chamadas de existenciais. A crise climática merece.”. Muitos anos antes, em 2007, o representante permanente do Reino Unido nas Nações Unidas, Emyr Parry (2007), citava o representante do Congo no Conselho de Segurança, referindo que “ Esta não será a primeira vez que pessoas lutaram por terra, água e recursos, mas desta vez acontecerá a uma escala que ofusca os conflitos do passado”.

As elites políticas e económicas globais, que em grande medida reconheceram a existência da crise climática, em particular no plano institucional, desde o início das negociações climáticas nos anos 90, não só não resolveram o problema identificado há décadas, cortando as emissões de gases com efeito de estufa, como permitiram até ao momento um constante aumento de emissões. 2024 foi o ano que registou o maior nível de emissões de sempre, com 41.6 mil milhões de toneladas de dióxido de carbono, 37.4 mil milhões das quais provenientes da queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão), de acordo com o Global Carbon Budget (2024). Esse foi também o ano mais quente desde que há registos no planeta Terra, com um aumento de temperatura de 1.55°C acima da era pré-industrial, isto é, ultrapassando pela primeira vez a barreira teórica de segurança estabelecida no Acordo de Paris (Nações Unidas, 2015) como objetivo para 2100. O aumento de temperatura previsto foi antecipado em mais de 75 anos, descrevendo um colapso institucional internacional e nacional. Os Estados Unidos, o maior produtor mundial de petróleo e gás, o segundo produtor mundial de carvão e o maior emissor de gases com efeito de estufa da História, abandonará o acordo pela segunda vez.

A regressão da “questão” climática como eixo político na atualidade, transversal

no *status quo* e todo o seu aparato institucional e comunicativo - que inclui partidos, organizações sociais, sindicatos, empresas instituições e comunicação social - representa uma declaração disfarçada de guerra ao conjunto da sociedade global atual e a todas as gerações futuras. Os níveis de mortalidade já registados associados à crise climática, são reiteradamente subvalorizados e segmentados, como necessariamente aconteceria com um problema tão transversal e complexo, que atua sobre todas as fragilidades já existentes nas sociedades. Segundo o World Economic Forum (2024), até 2050, 14.5 milhões de pessoas irão morrer como consequência direta da crise climática. Em outro relatório o mesmo World Economic Forum (2024a) revela que o excesso de temperatura já afecta 70% da força de trabalho global de 3.4 mil milhões de pessoas, provocando anualmente 18.970 mortes e 23 milhões de lesões no local de trabalho. Já em 2023, a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2023) estimava que entre 2030 e 2050, mais 250 mil pessoas morreriam todos os anos por causa da crise climática. Todas estas previsões são, como a Organização Mundial de Saúde admite, conservadoras, focando-se em consequências diretas, como o efeito das temperaturas mais altas na subnutrição, malária, diarreias e stress térmico. Estes números serão multiplicados várias vezes, porque não são contabilizadas as mortes ocorridas após os períodos das ondas de calor, em que a degradação da Saúde se agrava, porque não são contabilizados os fenómenos climáticos extremos, os colapsos de colheitas e redução de disponibilidade de água, porque não são contabilizados os efeitos da degradação da qualidade do ar e da água devido a incêndios, secas e cheias, a destruição da infraestrutura de Saúde por causa da pressão sobre estes sistemas, a destruição das infraestruturas sociais de suporte, a deslocação forçada de milhões de pessoas, muitas das quais morrem no processo migratório. E claro que estes números não contabilizam os conflitos armados criados ou amplificados pela escassez provocada pela crise climática. Pearce e Parncutt (2023) estimam que se chegarmos aos 2°C acima da era pré-industrial, mil milhões de pessoas, principalmente pobres e idosas, morrerão devido aos efeitos da crise climática, com uma atribuição directa de uma morte para cada 1000 toneladas de carbono fóssil queimado. Acima dos 2°C de temperatura, estes números serão naturalmente amplificados pelas retroações positivas do sistema climático global, que destruirão os já

ameaçados balanços de absorção de carbono a nível dos oceanos, das florestas e zonas húmidas, acelerando ainda mais o aquecimento e as mortes.

Quando falamos da crise climática, estamos a falar da maior e mais mortífera guerra da história da Humanidade, que começará por obliterar os mais pobres, os mais frágeis, os mais velhos e mais novos. As políticas climáticas atuais não só garantem este desfecho como estão a acelerá-lo. No entanto, o processo até a este desfecho não é linear e os atores envolvidos no mesmo podem e têm provocado oscilações no percurso. A ascensão do movimento pela justiça climática em 2019 e 2020 provocou uma oscilação social e política, a que a indústria fóssil, a extrema-direita e a oligarquia tecnológica responderam com uma inversão quase total de qualquer proposta de melhoria institucional. Quando Donald Trump tomou posse como Presidente da República em Janeiro de 2025, não hesitou em proclamar a diretiva suicida “Drill, Baby, Drill” para anunciar a expansão do uso e produção de combustíveis fósseis nos Estados Unidos. Em 2015, a assinatura do Acordo de Paris, um acordo neoliberal em todos os sentidos, produziu uma nova divisória política quase imperceptível publicamente, de aumento de financiamento e capacidade comunicativa da extrema-direita, alimentada quer pela oligarquia fóssil russa, quer pela americana, acompanhadas posteriormente pela oligarquia tecnológica. Há uma verdadeira articulação internacional política em favor da indústria fóssil, representada pela ascensão das forças políticas de extrema-direita. A ascensão da extrema-direita é simultaneamente uma consequência da crise climática e uma aceleradora da crise climática, procurando dismantlar até os centros de pesquisa e recolha de dados climáticos, procurando apagar a prova das “armas”, que no caso são expressas sob a forma de fontes de gases com efeito de estufa. As emissões de origem fóssil têm origem principal na produção de energia, nos transportes, agroindústria e outras indústrias, conectadas pela dependência de uma matéria-prima monopolizada, inflacionada e cujo controlo determina há mais de um século a capacidade de dominar a geopolítica. O aumento de produção de energias renováveis, fontes de energia conhecidas há milénios e de mais difícil - mas não impossível - controlo monopolístico, não produziu qualquer transformação quantitativa na produção e consumo dos combustíveis fósseis, que se mantêm em crescendo. Não

existe portanto qualquer “transição energética”, mas sim uma expansão energética, que está a ser rapidamente absorvida na expansão de consumos, nomeadamente aqueles ligados a redes, armazenamento e circulação de dados.

Perante a materialização das ameaças há muito previstas da crise climática - cheias e ondas de calor, tempestades e furacões, secas prolongadas, colapso de colheitas, de reservas de água e crescente inviabilidade dos territórios - a legitimidade dos governantes para continuarem a mandar tornar-se-á cada vez mais pequena, assim como a aceitação dos governados em continuarem a obedecer. Os mecanismos de manter o status quo e a hegemonia nas sociedades estão portanto a ser reforçados, com o aumento brutal da repressão policial e política, o investimento crescente em armamento e vigilância e um reforço das ferramentas de alienação, em particular no campo cultural, da comunicação social, às redes sociais e às artes. As elites do capitalismo global, reconhecendo já a ameaça que tal situação provoca à sua posição no topo, incentivam todos os mecanismos anteriores, assim como o regresso a formas mais primitivas de acumulação, como o saque militar e a apropriação de recursos e territórios sem qualquer pretensão de intermediação social e política. A intervenção militar do exército israelita na Palestina é um exemplo acabado desta realidade, promovendo um modelo de intervenção e expropriação que é uma réplica do colonialismo mais violenta, com a aplicação de tecnologias modernas que o torna ainda mais letal. Os conflitos na Ucrânia ou no Congo são outros exemplos de resposta a exigência de garantias de futura para os grandes blocos imperialistas e também para as burguesias nacionais, neste caso as russas, as europeias e ruandesas. A crise climática também já produz conflitos em grande escala e fá-lo-á crescentemente no futuro. A sucessão de acontecimento que conduz da degradação ambiental ao conflito é amplificada pelo facto de uma parte significativa dos eventos produzirem consequências permanentes, repetidas e crescentemente impossíveis de serem compensadas e mitigadas através de acesso a outros recurso e instituições. A fórmula para o desencadear de guerras é amplificada pelo facto de haver uma destruição permanente contra os sistemas que mantiveram e nutriram a Humanidade e as outras espécies há pelo menos doze mil anos, desde o início do Holoceno.

Em cima desta realidade, a crise climática poderá produzir mais de mil milhões de migrantes forçados até 2050, a maior migração da História. Segundo o Institute for Economics and Peace (2020):

- Mais de mil milhões de pessoas vivem em 31 países que deixarão de ser viáveis devido a catástrofes ambientais até 2050, e terão de migrar;
- Até 2040, um total de 5,4 mil milhões de pessoas - mais de metade da população mundial projetada - viverá em países sob stress hídrico alto ou extremo, incluindo a China e a Índia;
- 3,5 mil milhões de pessoas poderão sofrer de insegurança alimentar até 2050, quase duplicando a situação atual.

Estas deslocações serão um fator de aceleração de conflitos e simultaneamente reforçarão as narrativas racistas e anti-migratórias da extrema-direita, que neste momento está a criar uma cultura anti-migração que tem como alvos não só os atuais migrantes, como todos os potenciais migrantes e refugiados futuros.

A crise climática é uma guerra declarada pelas elites do capitalismo ao conjunto da Humanidade, incluindo a si mesmas. Os discursos usados pela elite para dominar as classes subalternas, não são apenas utilizados instrumentalmente para a manutenção do *status quo* mas, num processo de auto-alienação, são assumidos pelas próprias elites, convencidas do seu papel excepcional, supra-material e providencial, como tantas monarquias absolutistas e seitas religiosas do passado e do presente. Vivemos sob a liderança da uma elite capitalista que promove a guerra e a extrema-direita para manter-se no controlo, enquanto acelera o colapso climático que destrói as bases materiais da acumulação e lucro.

A crise climática como guerra

O consenso científico acerca da existência e origem da crise climática é provavelmente o maior acordo que é possível atingir dentro de uma comunidade científica. Em 2016, foi estimado que esse acordo se situava em 97% dos cientistas da área, resultado da

análise de quase 12 mil artigos (Cook *et al.*, 2016). Os sucessivos recordes de emissões e temperaturas batidos desde então reforçam obviamente aquelas que eram previsões feitas há décadas e consistentemente atacadas pela indústria fóssil. No entanto, a maior expressão do consenso acerca da existência e origem da crise climática é a manifestação institucional desse consenso, traduzido na criação das políticas públicas internacionais, nacionais e locais que reconhecem a existência da mesma. No entanto, tem havido uma regressão na produção legislativa relativa à crise climática a todos os níveis - começando com o estado comatoso do Acordo de Paris, abandonado pela segunda vez pelos Estados Unidos, mas onde as partes rejeitam abertamente a agenda de compromissos de cortes de emissões e até o financiamento aos países menos responsáveis e mais afetados. A nível nacional e local, perante a ascensão da extrema-direita muitas vezes negacionista e perante um centro político completamente comprometido com a manutenção do *status quo*, a “emergência climática” declarada por tantos governos em 2019 foi abandonada, apesar de todos os anos desde então as emissões e as temperaturas altas tenham batido recordes históricos (excluindo 2020 devido à pandemia de Covid-19).

O acordo político que reconhece a existência e da origem da crise climática, que representa do espaço político do centro-direita à esquerda rejeita abertamente as soluções científicas, os prazos e os cortes avançadas pelos corpos institucionais como o Painel Intergovernamental das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, rejeitando apresentar programas políticos e visões de futuro que cumpram os mínimos assumidos (manter o aumento de temperatura bastante abaixo de 2°C até 2100, envidando esforços para limitar o aumento a 1.5°C). Autores como Peters *et al.* (2017) identificam as políticas climáticas, em particular no corte de emissões, como um paradigma de sub-reação em políticas públicas. O acordo político e científico sobre a existência e a origem da crise climática não se manifestou num acordo sobre a ação a desempenhar e que travasse a crise climática. Isto acontece porque há uma barreira sistémica que se manifesta no contínuo apoio político à indústria fóssil, devido à conexão entre fluxos energéticos fósseis e poder económico e político (Camargo *et al.*, 2020), isto é, há uma relação direta entre a indústria fóssil e o poder económico e político capitalista.

A descarbonização é efetivamente uma impossibilidade dentro do capitalismo, porque implicaria o abandono de uma quantidade enorme de reservas fósseis e de lucros futuros, contra os quais o sistema financeiro já está em boa medida alavancado. O resultado é um sistema socioeconómico, o capitalismo, que declarou guerra a todas as gerações atuais e futuras, assim como à maioria das espécies complexas que vivem neste planeta, para poder manter lucro, acumulação e poder.

Esta guerra, que não deve ser interpretada de forma metafórica mas literal, produz as condições para o colapso das sociedades hoje vivas e potencialmente de todas as sociedades futuras. Há dois campos beligerantes, um ativo, composto pelo *status quo* empresarial e político-partidário (assim como as organizações e instrumentos de manutenção de hegemonia e controlo repressivo, desde a polícia à imprensa), e um passivo, representando o conjunto da Humanidade. O facto de não haver um reconhecimento do conflito de parte a parte não pode esconder a sua existência. Há um dano permanente, passado, atual e futuro a ser produzido ativa e conscientemente, de forma reiterada e cujas consequências são também perfeitamente conhecidas. Não é uma guerra por omissão, é uma guerra por ação, um conflito deliberado.

O argumento segundo o qual as elites não empreenderiam algo que as afectasse diretamente de forma negativa, além de historicamente contra-factual, colide ainda com a alienação das próprias elites. Regressando a Antonio Gramsci (1971), recuperamos o conceito de ideologia orgânica, esta é uma ferramenta utilizada pelas classes dominantes para manterem o controlo sobre o sistema produtivo e articular o discurso ideológico das classes subordinadas. No entanto, esta ideologia orgânica tornou-se tão hegemónica que acabou por naturalizar-se, ditando até as crenças das próprias elites convencendo-as daquilo que usam para dominar as outras classes, ao ponto de poder prejudicá-las, como ocorre atualmente.

Como em qualquer guerra, uma das primeiras vítimas é a verdade, e nada como propaganda para garanti-lo. A negação do estado de guerra é feita primordialmente através de algoritmos controlados pelo topo mais alto da elite, mas também pela imprensa generalista, que repete a fórmula de acordo sobre existência e origem da crise

climática, para rejeitar a ação que a possa travar. Com o agravar da guerra, e o aumento das fatalidades, há um crescente abandono da subtileza no processo de esconder o conflito, apostando as elites no apagar da realidade, nomeadamente bloqueando fontes de informação, centros de pesquisa e de registos de dados climáticos e outros, para produzir uma realidade comunicativa simplesmente oposta à realidade, que permita até um momento de destruição irreversível das condições materiais que o primado do lucro e da acumulação não parem.

A ascensão do fascismo

Não existem explicações estritamente nacionais para a ascensão da extrema-direita e a viragem atual das sociedades para o conservadorismo e autoritarismo. O fenómeno é necessariamente sistémico e internacional - o capitalismo está em crise de produção, em crise material e o autoritarismo ou fascismo são as ferramentas tradicionais para manter a estrutura de classe intacta perante desequilíbrios e ameaças (atuais e futuras). A acumulação histórica de lucros nos anos pós-pandemia confirma que esta opção está a funcionar num primeiro momento, representando uma aliança entre a elite económica e política e os sectores mais reacionários da sociedade, que a colocou aos comandos de vários governos. Desta aliança resulta uma simplificação política com governo directo pelas oligarquias, abandonando a pretensão da intermediação e compromisso inter-classes, bastante evidente nos Estados Unidos. No passado, o fascismo perdurou décadas num contexto de estabilidade social e ambiental que já não existe. A novidade autoritária e a captação momentânea do sentimento anti-sistema já está em declínio, em particular pela ascensão de vários destes movimentos a centros de poder. No entanto, os impactos das guerras e do aprofundar da crise climática fragilizarão os sistemas autoritários, empurrando para a expansão da sua violência (interna e externamente) como ferramenta de manutenção do poder.

A batalha cultural que a extrema-direita encetou na última década, seguindo os guiões de divisão do passado pré-democrático (sobre orientação de género, minorias

étnicas, migração, crime e autoridade), aos quais adicionou as batalhas contra o “politicamente correcto” e a mistificação “woke”, permitiu a este campo político auto-projetar-se como uma vanguarda anti-sistémica, prometendo um regresso ao passado perante todas as incertezas do futuro. Constituindo-se assim como um autoritarismo cultural extremo, a extrema-direita abandonou programas económicos como centro da mobilização política, realizando até alianças erráticas quer com as franjas mais extremas do dogma neoliberal, quer com o nacionalismo protecionista tradicional. Tem contado ativamente com as ferramentas da oligarquia digital e tecnológica autoritária, liderada por Elon Musk, Mark Zuckerberg e Jeff Bezos. No entanto, outro dos principais legados culturais desta batalha será provavelmente a normalização de uma cultura anti-migratória enraizada até nas classes subalternas dos países mais ricos do mundo, aqueles que terão de receber centenas de milhões de migrantes e refugiados nas próximas décadas.

As guerras da crise climática

As atuais guerras representam novos e velhos imperialismos que se confrontam. A manutenção do acesso a recursos e mercados é transversal aos conflitos ativos neste momento, apesar de todas as incertezas sobre a organização dos blocos militares, nomeadamente sobre o futuro da NATO e as propostas de novas forças armadas regionais. O agravamento da crise climática e da escassez a ela associada agravará as tensões inter-imperialistas. O investimento em armamento e a utilização do próprio armamento aumentam as emissões e a destruição ambiental, agravando por seu lado a crise climática. A pulsão para a militarização, com o aumento quer do autoritarismo de extrema-direita, quer com o aprofundar da crise climática, desvia recursos essenciais para travar os piores cenários da crise climática, acrescentando guerra localizada à guerra geral do capitalismo contra todas as gerações atuais e futuras.

Invasão da Ucrânia

A Invasão da Ucrânia pela Rússia, embora seja descrita principalmente como a ocupação de território ucraniano pelo petroestado que é a Federação Russa, correspondendo às necessidades de mercados, territórios e recursos da oligarquia russa, também é uma guerra por procuração entre dois blocos principais, a NATO (Estados Unidos e Europa) e a China (Rússia). Perante a aproximação da China à Rússia, que através da Belt and Road Initiative ameaçava criar um corredor entre os produtos chineses e a Europa, a NATO foi utilizada como instrumento da política externa dos Estados Unidos para escalar o confronto, ameaçando expandir-se até à fronteira russa. Com o acordo da oligarquia russa, Putin respondeu com a invasão. A ameaça de uma aproximação da União Europeia (UE) à China significaria um grande prejuízo em termos de mercados e influência Estado-unidense. Apesar da invasão, o bloco americano triunfou, isolando a UE da Rússia e da China e devolvendo-a a uma esfera de influência atlântica extremamente desvantajosa para a Europa. A recusa da China em envolver-se no conflito ditou a impossibilidade da Rússia obter uma vitória militar e só as tentativas de acordos entre Donald Trump e a Vladimir Putin determinaram uma redução da violência na Ucrânia, que parece estar pronta a ser dividida em duas novas zonas coloniais para extração de recursos e territórios, uma parte para a Rússia e a outra para os Estados Unidos. Este previsível desfecho deixa a União Europeia como entidade sem capacidade de influência, delegando na NATO as decisões militares que são tomadas na Casa Branca. Haverá um ímpeto para a União Europeia aumentar o seu investimento em armamento para que as suas elites possam reclamar alguma autoridade, tendo sido devastadas por qualquer acordo entre a Rússia e os Estados Unidos (em que a China também se afaste do campo da negociação e diplomacia).

Genocídio na Palestina

A aceleração da ocupação de décadas respondeu ao ataque por parte da organização

política e militar do Hamas em Gaza em 2023, que expôs e tornou absolutamente visível uma realidade normalizada na Palestina, a existência de um território gerido sob a forma de apartheid, em que a população palestina está guetizada em enclaves controlados pelo regime israelita. A violência absoluta mobilizada por Israel, armada pela União Europeia e principalmente pelos Estados Unidos, corresponde também à nova conformação política em Tel Aviv, em que uma aliança entre diferentes autoritarismos de extrema-direita dirige o país, acelerando rumo a um regresso ao colonialismo sem subterfúgios, afirmando os velhos modelos de genocídio e expulsão para cooptação de recursos e territórios. A re-normalização do genocídio ameaça destruir as instituições do pós-2a Guerra Mundial construídas sob as cinzas da Europa nazi e torna-se um novo modelo para governos autoritários, sendo o governo israelita louvado ou pelo menos tolerado pela maior parte das elites europeias e ocidentais. Este posicionamento cria ainda uma cisão entre as elites europeias e as elites e povos do Sul Global, ao projetar a aceitação de uma potencial nova ordem colonial em que, ironicamente, governos autoritários como o russo ou o turco podem apresentar-se como defensores do povo palestino e da justiça histórica.

A invasão do Congo

Este conflito, desencadeado pelas milícias do movimento M23, que invadiram Goma e Bukavu, foi alimentado pelas elites do governo ruandês para aceder a minérios como cobalto, estanho, tungstênio, tântalo e outros materiais cobiçados tanto pelos Estados Unidos, como pela União Europeia e a China. A invasão corresponde portanto a um conflito entre potências para acesso a recursos ligados com novas tecnologias e energias renováveis, tendo a própria União Europeia assinado um acordo com o Ruanda já após a invasão, para cumprir “Objetivos verdes e de energia limpa” e “acautelar cadeias de valor de matérias-primas críticas sustentáveis e resilientes”. O exército ruandês é armado e financiado por fundos europeus. Conflitos próximos, em que estão ainda presentes forças do Estado Islâmico ocorrem no Norte de Moçambique, à volta de

madeiras, rubis e, claro, gás fóssil.

Guerras pela água, por minerais e terras raras, fome e migração em massa

As guerras a que assistimos hoje são um preâmbulo de uma nova realidade material em que a escassez tanto de matérias raras como de matérias essenciais à vida do dia-a-dia tornará os conflitos cada vez mais presentes e desenvolvendo-se em novos territórios. A necessidade das forças políticas autoritárias de afirmarem a sua força será um factor de criação de mais conflitos e de violência, quer internamente dentro dos países, quer em conflitos internacionais. A militarização dos blocos regionais e aumento de gastos com armamento tenderá a criar tensões que em vários casos levarão a conflitos. As guerras na crise climática terão finalmente a consequência de desviar recursos e impedir efetivamente a transformação industrial e energética fundamental que permite travar o colapso das condições materiais. O que fazer então?

Conclusão: Desarmamento

É urgente o lançamento de um movimento internacional onde convirjam diferentes lutas: pela justiça climática, contra o autoritarismo da extrema-direita, contra a guerra e o militarismo, e pelo direito universal à migração. No melhor dos cenários da crise climática, muitos dos eventos já desencadeados terão atingido uma inércia difícil de travar. Os recursos e o tempo necessários para impedir que a guerra climática possa continuar a ser desenvolvida são escassos. A urgência é evidente. Uma mobilização social em grande escala será necessária para impedir a marcha rumo ao colapso, que se multiplica nos campos militar, político, social e ambiental.

Uma política de desarmamento sistemático das armas hoje ativas - todo o sistema fóssil e os aparatos militares e policiais, tanto humanos como automatizados - é um

primeiro passo essencial. Além disso, é essencial prever e organizar deslocamentos de população em massa, derrotando a política migratória das fronteiras, muros e campos de concentração e o monopólio do crime organizado sobre a deslocação em massa de pessoas, que se faz pela omissão declarada dos governos autoritários e também dos neoliberais ainda no poder.

É necessário quebrar o novo ímpeto colonial e imperial, desmantelando estruturas essenciais do mesmo como são a NATO, e novas ameaças como a proposta de forças armadas europeias.

Finalmente, é necessário o derrube das estruturas de poder que permitiram que as atuais elites do capitalismo nos tivessem conduzido a esta situação, assim como o derrube das próprias elites alienadas que nos planeiam levar consigo para o colapso.

Bibliografia

Austin, L. (2021) Defense Secretary Calls Climate Change an Existential Threat. US Department of Defense. Disponível em: <https://www.defense.gov/news/news-stories/article/article/2582051/defense-secretary-calls-climate-change-an-existential-threat/>.

Camargo, J. et al. (2020) Mind the climate policy gaps: climate change public policy and reality in Portugal, Spain and Morocco. *Climatic Change*, 2020, N° 1, p. 151-169.

Cook, J. et al. (2016). Consensus on consensus: a synthesis of consensus estimates on human-caused global warming. *Environ. Res. Lett.* 11 048002 DOI 10.1088/1748-9326/11/4/048002.

Global Carbon Budget (2024) Disponível em: <https://globalcarbonbudget.org/#>.

Gramsci, A. (1971). *Lettere dal carcere*. Una scelta a cura di Paolo Spriano. Einaudi, Trento. ISBN: 978-88-06-20723-6.

Guterres (2019). UN Secretary-General Davos address in full. Disponível em: <https://www.>

weforum.org/stories/2019/01/these-are-the-global-priorities-and-risks-for-the-future-according-to-antonio-guterres/.

Institute of Economics and Peace (2020). Over one billion people at threat of being displaced by 2050 due to environmental change, conflict and civil unrest. Disponível em: <https://www.economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2020/09/Ecological-Threat-Register-Press-Release-27.08-FINAL.pdf>.

Nações Unidas (2015). Paris Agreement. Disponível em https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf.

Parry, E. (2007). The Greatest Threat To Global Security: Climate Change Is Not Merely An Environmental Problem. UN Chronicles. Disponível em: <https://www.un.org/en/chronicle/article/greatest-threat-global-security-climate-change-not-merely-environmental-problem>.

Pearce e Parncutt (2023) Quantifying Global Greenhouse Gas Emissions in Human Deaths to Guide Energy Policy. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1996-1073/16/16/6074>.

Peters, B., Jordan, A., Tosun, J. (2017). Over-reaction and under-reaction in climate policy: an institutional analysis. Journal of Environmental Policy & Planning 19(6):612–624. <https://doi.org/10.1080/1523908X.2017.1348225>.

WHO (2023). Climate Change. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health>.

World Economic Forum (2024). Quantifying the Impact of Climate Change on Human Health. Disponível em <https://www.weforum.org/publications/quantifying-the-impact-of-climate-change-on-human-health/>.

World Economic Forum (2024a). More than 70% of the global workforce is at risk from severe heat. Disponível em: [https://www.weforum.org/stories/2024/08/extreme-heat-workers-climate-health/#:~:text=from heat stress-,More than 70% of the global workforce is at risk,human-induced climate crisis."](https://www.weforum.org/stories/2024/08/extreme-heat-workers-climate-health/#:~:text=from heat stress-,More than 70% of the global workforce is at risk,human-induced climate crisis.).

DEBATES FEMINISTAS A PROPÓSITO DO 7 DE OUTUBRO¹

Júlia Garraio

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra
juliagarraio@ces.uc.pt

RESUMO

As profundas tensões e ruturas entre feministas a propósito dos massacres do 7 de outubro em Israel e da destruição de Gaza estão enraizadas em diferenças e divergências que marcam a história dos feminismos. O objetivo deste capítulo é mostrar como estes acontecimentos desencadearam fortes debates nos quais se articularam diferentes entendimentos do que é a violência sexual, do que devem ser as respostas feministas à violência sexual e, não menos importante, do que são os objetivos do próprio feminismo. Basear-me-ei num corpus constituído por diversos artigos de opinião, algumas iniciativas digitais e vários estudos feministas em língua inglesa de grande disseminação no palco internacional.

Palavras-chave: violência sexual, tortura sexual, feminismos, 7 de outubro, Gaza.

¹ Este ensaio foi realizado no quadro das minhas atividades nos projetos “Dis/entangling Rape: Violência sexual na literatura e no cinema portugueses do século XXI” (<https://doi.org/10.54499/2022.05885.CEECIND/CP1754/CT0003>) e “UnCoveR: Violência sexual nas paisagens mediáticas portuguesas” (<https://doi.org/10.54499/2022.03964.PTDC>).

Introdução

A violência e a tortura sexual nos ataques do Hamas em Israel no 7 de outubro de 2023 e a mobilização discursiva destes acontecimentos nos debates sobre a destruição de Gaza provocaram debates crispados, tensões e ruturas entre feministas de vários pontos do globo, como provavelmente nenhuma outra atrocidade cometida durante as várias décadas de guerra até então provocara. Nestes debates discutiram-se o significado e os objetivos do feminismo, com a questão da coerência feminista a ser repetidamente invocada.

A acusação “Feministas, o vosso silêncio é cúmplice” foi ouvida amiúde, embora com significados e alvos muito diferentes. Numerosas feministas israelitas e ocidentais convergiram com a narrativa do governo israelita ao usarem a expressão para criticar o que consideraram ser a falta de solidariedade de organizações feministas internacionais para com as israelitas violadas, assassinadas e raptadas, argumentando que essa indiferença derivava do antissemitismo que identificavam no ativismo pró-Palestina (Bloom & Erez 2024). São exemplo destas críticas os hashtags #MeToo unless you are a Jew, #BelievesIsraeliWomen, bem como a publicação viral da atriz Gal Gadot no instagram “The world has failed the women of October 7th”². Argumentam que, apesar da divulgação imediata de vídeos sugestivos de violência sexual no massacre – recordem-se, por exemplo, as imagens do corpo de Shani Louk exposto como troféu numa carrinha de caixa aberta em Gaza –, as respostas feministas internacionais ao 7 de outubro foram inexistentes, evasivas ou problemáticas. Acusaram algumas reações de terem chegado tarde; apontaram para exemplos de negação entre ativistas e académicos/as pró-Palestina; e acusaram quem se referiu ao 7 de outubro como um ato de resistência contra a ocupação e a violência colonial de dar legitimidade à violência sexual como arma de guerra. Num post viral organizado por Sheryl Sandberg no quadro da iniciativa #UnitedAgainstRape, invocou-se a centralidade da luta contra a violência sexual no feminismo para exortar todas as feministas a se unirem na condenação do

² https://www.instagram.com/p/C0aT47gxKfk/?utm_source=ig_embed&utm_campaign=loading

Hamas: “At a time when the world is more divided than ever, and war and aggression are claiming innocent lives every day. Can we at least agree on one thing? Rape has no place in peace and in war.”³

Porém, a acusação de cumplicidade das feministas também foi usada com um sentido muito diferente ao ser dirigida às feministas ocidentais, acusadas de indiferença às muitas formas de violência e morte infligidas às mulheres e crianças palestianas. Vejam-se, nesse sentido, os artigos de opinião de Maryam Aldossari (2023, 2024) em que acusa as feministas ocidentais de legitimar o aniquilamento da população de Gaza ao estigmatizam, através de chavões como antissemitas e apologistas da violação, as feministas defensoras do cessar-fogo. Num longo texto intitulado significativamente “What They Did to Our Women” (2024), Azadeh Moaveni, convergindo com investigação sobre a violência sexual infligida às mulheres e aos homens palestinos e a mobilização discursiva das violações do 7 de outubro como estratégia discursiva legitimadora da destruição de Gaza (Al Issa & Beck 2021; Grinberg & Aharoni 2024; Madar 2023; Medien 2021; Mhajne 2024; Razack 2024; Weishut 2015), denunciava as repercussões devastadoras da ocupação e da violência militar israelitas na vida das mulheres palestianas.

As clivagens entre feministas a propósito do 7 de outubro e da sua mobilização discursiva durante a destruição de Gaza refletem a forte polarização que marca os debates em torno de Israel e da Palestina. Seria, porém, redutor interpretá-las como simples resultado das emoções despoletadas pelo conflito no palco internacional. Essas clivagens estão alicerçadas em tendências e dinâmicas mais vastas dos debates feministas, nomeadamente sobre violência sexual em conflitos armados, traduzindo tensões, divergências e cisões profundas nos feminismos da atualidade.

Várias guerras das últimas décadas têm sido acompanhadas por debates tensos e profundas discordâncias entre feministas. Os focos de discórdia têm sido diversos. No caso da Bósnia-Herzegovina, nos anos 90, houve acesos debates sobre a relevância do fator étnico: proeminentes feministas ocidentais, empenhadas em campanhas de

³ https://www.instagram.com/sherylsandberg/reel/C0jk3l_O_bB/

denúncia das violações de mulheres croatas e bósnias muçulmanas, foram acusadas de promover solidariedades seletivas que ignoravam as vítimas sérvias (Bos 2006). Nas guerras norte-americanas no Afeganistão e no Iraque, em que os governos ocidentais mobilizaram a questão dos direitos das mulheres e a violência sexual para legitimar as invasões, assistiu-se a fortes disputas e tensões entre feministas que alinharam com esta narrativa e as que apontaram para os efeitos devastadores da guerra na vida das mulheres desses países (Abu-Lughod 2013; Al-Ali & Pratt 2009; Al-Ali 2018). Por seu lado, guerras africanas como as que assolaram a RDC desde 1996, cuja visibilidade mediática se ancorou fortemente em relatos de violência sexual, estão no cerne de debates feministas sobre a pertinência do conceito de “violação como arma de guerra”, as implicações da centralidade da violência sexual no ativismo feminista e o perigo de estes focos invisibilizarem as muitas outras formas de violência sofrida pelas mulheres nas guerras (Baaz & Stern 2013).

Como tentarei demonstrar neste capítulo, as profundas tensões e ruturas entre feministas a propósito do 7 de outubro e da destruição de Gaza estão enraizadas nestas questões, refletindo diferenças e divergências que marcam os feminismos do final do século XX e do XXI. O objetivo deste texto é assim mostrar como estes acontecimentos despoletaram debates em que se articularam diferentes entendimentos do que é a violência sexual, do que devem ser as respostas feministas à violência sexual e, não menos importante, do que são os objetivos do próprio feminismo. Para tal usarei um conjunto de artigos de opinião, iniciativas digitais e estudos feministas em língua inglesa de grande disseminação no palco dos debates feministas internacionais.

Violação como arma de guerra e violência sexual relacionada com o conflito

Em 2023, o romance *Um Detalhe Menor*⁴ da escritora palestina Adania Shibli foi selecionado, em tradução alemã de Günter Orth, para o prémio LiBeraturpreis. A

⁴ O original árabe é de 2017. A tradução portuguesa foi publicada em 2022 pela Dom Quixote.

cerimónia, agendada para 20 de outubro, na Feira do Livro de Frankfurt, foi cancelada poucos dias antes do evento. O romance é sobre uma palestiniana da Cisjordânia que, no século XXI, investiga a violação e o assassinio de uma palestiniana em 1949 por soldados israelitas no deserto do Negev. Conhecido como caso Nirim, o evento teve visibilidade mediática em 2003 através de uma reportagem do jornal israelita *Haaretz* (Lavie & Goralí 2003).

A mediatização do 7 de outubro tende a descrever os massacres como marco na história do conflito não só pelo número elevadíssimo de mortes israelitas (trata-se do maior massacre de judeus desde o fim da Segunda Guerra Mundial), mas também pela dimensão sexual dos ataques. Esta narrativa ancora-se em dois discursos particularmente fortes no panorama mediático ocidental: a memória do pogrom e o quadro concetual da violação como arma de guerra. Nas imagens e nos testemunhos dos massacres ressoavam experiências traumáticas da memória do judaísmo: as violações e a tortura sexual que acompanharam os pogroms no continente europeu. Este imaginário foi enquadrado pelo conceito que, desde os anos 90, se tornou hegemónico na explicação da violência sexual em conflitos armados – a violação como arma de guerra – e que tende a ser associado a exércitos e grupos armados apelidados de “selvagens” do Sul Global (Baaz & Stern 2013; Lewis 2021). A mobilização destes discursos foi crucial para situar os ataques no quadro do antissemitismo europeu - apagando a sua possível inscrição nos massacres de civis em contextos coloniais - e reforçar a deslegitimação do Hamas como grupo terrorista (Razack 2024).

O romance de Adania Shibli complica esta narrativa ao recordar algo documentado na historiografia do conflito: a guerra que se seguiu à criação do Estado de Israel, em 1948/1949, referida pelo povo palestiniano como Nakba, foi marcada por violações de mulheres palestinianas, num padrão que parece sinalizar o seu uso como arma de guerra, no sentido de aterrorizar a população, levando-a a abandonar um território cobiçado. Alguns estudos sustentados no reduzido número de testemunhos de violações de mulheres palestinianas por soldados israelitas descreveram as décadas de ocupação como caso de ausência de violência sexual em contexto de guerra (Nitsán 2007; Wood

2006). Esta visão é contestada por vários estudos (e.g. Madar 2023; Mhajne 2024; Medien 2021) que argumentam que, em contextos de ocupação, é necessário olhar para além da constelação redutora mulher civil homem militar. Apontam para o assédio, a tortura e a violência sexual de combatentes e ativistas palestinianas nas prisões israelitas e para a tortura e humilhação sexual de homens e adolescentes palestinianos como prática comum de interrogatório (Weishut, 2015). Defendem também a necessidade de atender a formas variadas de violência, extorsão e assédio sexual abrangidas pelo conceito mais vasto de violência sexual relacionada com o conflito [*conflict-related sexual violence*] (Stachow 2020). Madar (2023) argumenta que o (quase) silêncio das mulheres palestinianas relativamente a situações de violência sexual deve ser lido à luz das formas de dependência que marcam a ocupação israelita: denunciar a coação sexual e as violações em checkpoints e nas visitas a familiares presos pode implicar a perda de acesso a visitas e movimentos ainda mais restringidos nos territórios ocupados. Chama também a atenção para o papel silenciador da estigmatização das vítimas de violação na sociedade palestiniana conservadora. É neste sentido que Mhajne (2024, 16) interpreta as reações do Hamas e de alguns líderes religiosos palestinianos ao negarem perentoriamente que tivesse havido violações de mulheres palestinianas por soldados israelitas em Gaza.

A partir deste excurso sobre o vasto espectro de formas de violência sexual nas várias décadas do conflito, é perceptível como o apelo de Sheryl Sandberg relativo ao imperativo de solidariedade para com as vítimas israelitas de violência sexual no 7 de outubro foi lido por várias feministas como estratégia discursiva geradora de silenciamentos e exclusões das vítimas palestinianas de violência sexual. Suspeitas de viés pró-israelita da parte de Sandberg são, porém, insuficientes para captar como o seu apelo reproduz as invisibilidades geradas pela mobilização mediática da narrativa sobre a “violação como arma de guerra”. Na popularização do conceito nas últimas décadas, o foco mediático tem recaído numa constelação genderizada particular: mulheres com estatuto civil abusadas sexualmente por homens militarizados (membros de exércitos, milícias ou grupos terroristas) no contexto direto dos combates e envolvendo frequentemente formas extremas e “espetaculares” de violência sexual (em espaços públicos, com

práticas de tortura, grande crueldade e assassinio das vítimas). A partir deste ângulo, contributos de feministas como Revital Madar (2023), Anwar Mhajne (2024), Kathryn Medien (2021) e Azadeh Moaveni, (2024) surgem como esforços, assentes no conceito agregador de “violência sexual relacionada com o conflito”, de tornar legíveis como violência sexual de guerra os atos de tortura, extorsão e assédio sexual presentes no quotidiano da ocupação dos territórios palestinianos.

O excecionalismo da violência sexual

Tanto Israel como os grupos armados palestinianos contam com um longo historial de ações de violência proibidas pela legislação internacional: assassinio de civis, tortura, execuções extrajudiciais, destruição de serviços médicos, infraestruturas e bens essenciais à sobrevivência da população, entre muitos outros. Porém, enquanto a ocorrência destas práticas, articulada discursivamente como dano colateral e parte de operações militares, não costuma ser negada, no caso da violência sexual, os lados acusados da sua prática têm-se esforçado por negá-la. Como vimos, a diferença é que enquanto da parte do Hamas não há denúncias nesta área às forças israelitas da parte dos representantes israelitas, tem havido grande esforço de hipervisibilização das acusações ao Hamas neste domínio.

A própria investigação feminista sobre o 7 de outubro não escapa a esforços de apagamento da violência sexual. Veja-se, por exemplo, a investigação de Mia Bloom e Edna Erez (2024): num estudo em que invocam o princípio de *believe women* para reclamar a empatia do mundo para com as mulheres israelitas violadas, esforçam-se por negar, minorizar e questionar a ocorrência de violência sexual da parte das forças israelitas, quer articulando os relatos de violência sexual durante a destruição de Gaza através do vocabulário habitual sugestivo de denúncias falsas - palavras como *alleged* e *debunked* (Tranchese 2023) apenas são usadas no contexto de vítimas palestinianas –, quer banalizando os vídeos produzidos por soldados israelitas de humilhação sexual da população palestiniana como “unfortunate byproduct of the war” (Bloom & Erez 2024,

15). Veja-se também como o estudo de Sherene H. Razack (2024) recorre ao campo semântico gerador de dúvida na discussão da violência sexual no 7 de outubro: “mass rapes allegedly committed by Hamas on October 7”, “lack of evidence”, “no evidence”, “evidence has been falsified or fabricated”.

Estes debates e esforços para associar e dissociar um determinado lado à violência sexual devem ser lidos à luz da evolução dos debates internacionais sobre conflitos armados, caracterizados, nas últimas décadas, por uma crescente atenção à violência sexual como discurso mobilizado para definir moralidade e ética militar. A violência sexual, sobretudo se for contra crianças e mulheres jovens, tende a despoletar reações emotivas fortes nas sociedades. Para estas reações emotivas confluem imaginários milenares. A violação detém um forte poder simbólico nos imaginários tradicionais da guerra como metáfora da submissão e ocupação da comunidade e da nação. Num estudo seminal da segunda vaga feminista, Susan Brownmiller (1975) argumentou que, nas guerras, as violações funcionam como uma mensagem entre os homens de afirmação da masculinidade vitoriosa. Num quadro patriarcal, em que as mulheres são entendidas como ventre da nação, a violação das mulheres mostra aos homens derrotados que perderam o controlo sobre a sexualidade das “suas” mulheres e são incapazes de cumprir a sua obrigação no patriarcado: defender as esposas e as filhas. O trauma do 7 de outubro na sociedade israelita já foi lido a partir deste prisma da masculinidade humilhada (Hallak 2023).

Para a visibilidade da violência sexual nas últimas décadas contribuiu decisivamente a popularização do pensamento de feministas como Brownmiller, que combateram precisamente esta visão tradicional da violação como “dano” feito aos homens. A tese de que a violência sexual obedece a uma estratégia militar, funciona como uma arma de guerra, ativada, como vimos, na mediatização do 7 de outubro, parte do pressuposto de que a violência sexual está intimamente ligada à identidade sexual das vítimas, ou seja, é um crime de género que atinge particularmente as mulheres por serem mulheres. Daí que os feminismos a partir da segunda vaga tenham dedicado especial atenção à violência sexual como produto do sexismo e da subalternização da mulher.

Neste quadro, a sexualidade é entendida como espaço fulcral para a construção e perpetuação do patriarcado e para a definição de violência de género, com a violência sexual, e sobretudo a violação, a surgir como expoente máximo de um contínuo de violência contra as mulheres.

É este pano de fundo que permite a feministas como Sheryl Sandberg argumentar que, num mundo dividido, as feministas deveriam concordar em pelo menos uma coisa: no repúdio da violência sexual. O apelo parece sugerir que alguns tipos de violência serão assuntos “mais feministas” do que outros, o que abre caminho a que, enquanto feministas, tenhamos legitimidade para nos sentirmos mais afetadas pelas imagens do corpo de Shani Louk exibido pelas ruas de Gaza do que pelo vídeo da morte de Shaaban Al-Dalu, o estudante palestino de 19 anos queimado vivo com a sua mãe num bombardeamento israelita a um hospital onde se tinha refugiado com a família deslocada. Ora, é esta singularização da violência sexual que é questionada por várias feministas envolvidas nos debates: Heidi Matthews e Tanya Serisier (2024), em resposta a Sandberg, rejeitam um feminismo assente no “sex exceptionalism”: “Any feminism worth its name must refuse to accept the bombing of civilians, forcible transfer and denial of food, water and medicine to be justified as avenging sexual violence”. Os artigos de opinião (Aldossari 2023; 2024), ensaios (Moaveni 2024; Razack 2024) e estudos (Al Issa & Beck 2021; Medien 2021; Mhajne 2024) sobre violência sexual contra palestinos/as referidos neste capítulo partem precisamente deste pressuposto, ancorando-se em estudos da área das relações internacionais que advogam a “de-excecionalização” da violência sexual e a necessidade de a estudar no contexto de estruturas mais abrangentes do patriarcado, da opressão de género e de outras formas de violência infligidas à população. Veja-se, nesse sentido, o estudo de Karen Eagle (2020), que argumenta que os esforços feministas para dar proeminência à violência sexual no palco das relações internacionais favoreceram certas invisibilidades e o descuido de lutas como o combate ao militarismo, ao imperialismo e às desigualdades económicas.

A função da visibilidade

No seu estudo sobre a violência sexual no 7 de outubro, Mia Bloom e Edna Erez referem a propósito das experiências das reféns: “Gazans were not innocent bystanders to their torture” (Bloom & Erez 2024, 13). A frase sustenta-se na declaração de uma refém sobrevivente “There is no one single innocent civilian there. Not one”. Esta fusão discursiva entre os perpetradores dos massacres e a população de Gaza, levada a cabo no processo de visibilização da violência sexual sofrida pelas mulheres israelitas, está no cerne das disputas feministas. É essencial para perceber as objeções à famosa reportagem do NYT “Screams without words” (Gettleman et al. 2024). As críticas à reportagem, convergindo com críticas de instrumentalização dos massacres por parte das autoridades israelitas (ver, por exemplo, Klein 2024), apontam para uma agenda ideológica de visibilização da violência sexual com a intenção de dar legitimidade ao genocídio em Gaza. Sherene H. Razack argumenta que a focalização na violência sexual no 7 de outubro se ancorou numa estratégia discursiva em que o direito à believability (o direito a ser considerado credível) foi seletivo e reservado apenas às mulheres israelitas, o que permitiu criar uma narrativa de superioridade racial dos soldados israelitas e em que mulheres palestinianas desaparecem como mulheres para serem definidas pela identidade coletiva do grupo de violadores e, conseqüentemente, serem consideradas alvos legítimos de violência: “What else can one do with a race of rapists but exterminate them?” (Razack, 2024: 115). É neste sentido que Heidi Matthews e Tanya Serisier (2024) argumentam que a mobilização do *sex exceptionalism* feminista funciona como pilar para a narrativa de excecionalíssimo israelita. Por sua vez, Anwar Mhajne (2024) considera que a visibilidade seletiva da violência sexual no conflito e a adoção de quadros securitários para mediatizar as violações nos massacres tornaram a violência sexual numa arma de segurança nacional que, em vez de servir na luta contra a violência sexual na região, apenas serviu para justificar e intensificar a violência militar.

Estas abordagens ancoram-se numa vasta investigação sobre a mobilização e instrumentalização de histórias de violência sexual em discursos nacionalistas e de exortação à guerra, e muito especificamente em estudos pós-coloniais sobre a forma

como a violência sexual contra mulheres brancas em sublevações anticoloniais foi usada para criar um grupo étnico como vítima e outro como inimigo, assim legitimando a repressão colonial (Benet-Weiser, 2025: 143, Mhajne, 2024; Matthews & Serisier 2024).⁵ Remetem igualmente para a vasta investigação sobre a forma como os direitos das mulheres e certas histórias de violência sexual têm sido mobilizados para legitimar intervenções ocidentais no Médio Oriente, bem como projetos políticos anti-imigração nacionalistas, que assim cooptaram o discurso da violência sexual contra as mulheres como estratégia de exclusão de alguns grupos racializados da nação imaginada em sociedades europeias multiculturais (Abu-Lughod, 2013; Al-Ali, & Pratt, 2009; Grewal, 2017; Ticktin, 2008). Não será assim surpreendente que várias investigadoras com trabalho de referência nesta linha de investigação se encontrem entre as subscritoras da “Open Letter to the Israeli and U.S. Governments and Others Weaponizing the Issue of Rape”, onde se lê: “We condemn rape. We condemn genocide. And we also condemn the opportunistic manipulation of the issue of sexual assault by those committing war crimes themselves – or by anyone else” (Lugg et al. 2024).

Considerações finais: para que serve o feminismo?

Num artigo de opinião no *Guardian*, Naomi Klein (2024) advogou formas de memorialização dos massacres do 7 outubro capazes de quebrar o ciclo da violência e contribuir para a criação de alicerces para a paz. Klein situa-se na linha de tradições de feminismos pacifistas que nos levam, entre outros, à conferência do Congresso Internacional de Mulheres realizado em Haia em 1915, e que têm vindo a ser desenvolvidas por feministas como Cynthia Enloe. São feminismos que, estabelecendo conexões entre

⁵ Veja-se o caso dos massacres de 1961 em Angola. Afonso Ramos argumenta que as fotos das atrocidades devem ser entendidas como «constituintes e constitutivas do evento histórico», argumentando que a sua circulação foi essencial como estratégia retórica de legitimação da guerra contra os movimentos independentistas. O investigador recorda o discurso do embaixador de Portugal na ONU, que, destacando as mutilações e torturas sexuais, exibiu algumas fotos como prova da selvajaria «dos terroristas que atravessaram a fronteira do norte de Angola para degolar, violar e mutilar as nossas mulheres e crianças por todas as fazendas e aldeias indefesas em que passavam» (*apud* Ramos, 2014: 406).

patriarcado, militarismo e nacionalismo, se entendem como antimilitaristas e assumem que mudar a opressão da mulher implica uma transformação social radical. É uma tradição que teve importantes expoentes em Israel com organizações como as Women for Political Prisoners (WOFPP) e as famosas Mulheres de Negro, que ali nasceram em 1988, assentes no pressuposto de que a construção da paz requeria a solidariedade com o sofrimento das mulheres “do outro lado” (Grinberg & Aharoni, 2024). Trata-se de uma tradição que, recusando definir as lutas feministas por identificadores étnicos e nacionais, tenta afirmar-se como força para a reconciliação, a reconstrução e a paz.

A história dos feminismos também é feita de esforços e iniciativas para alcançar justiça e direitos para as mulheres que não questionam necessariamente outras estruturas de opressão que sustentam os nacionalismos, as desigualdades económicas, os imperialismos e os militarismos. Conotadas frequentemente à branquitude e ao eurocentrismo, estas vertentes dos feminismos têm sido desafiadas e contestadas por feminismos enraizados noutras opressões e comprometidos com outras lutas, como os feminismos negros, os feminismos interseccionais, os feminismos ecologistas, entre muitos outros.

Os debates e as tensões entre feministas no palco internacional a propósito do 7 de outubro em Israel e do seu lugar discursivo nos debates sobre a destruição de Gaza foram um momento em que estas diversas tradições feministas embateram e se confrontaram em discussões que ultrapassaram o seu referente imediato bem como a questão da violência sexual. De facto, foram o próprio sentido e os objetivos dos feminismos que se questionaram e discutiram a propósito do 7 de outubro e da destruição de Gaza.

Bibliografia

- Abu-Lughod, L. (2013). *Do Muslim Women Need Saving?* Harvard University Press.
- Al-Ali, N., & Pratt, N. (2009). *What Kind of Liberation? Women and the Occupation of Iraq*. University of California Press.

- Al-Ali, N. (2018). Sexual violence in Iraq: Challenges for transnational feminist politics. *European Journal of Women's Studies*, 25(1), 10–27. <https://doi.org/10.1177/1350506816633723>.
- Al Issa, F. A.-R., & Beck, E. (2021). Sexual Violence as a War Weapon in Conflict Zones: Palestinian Women's Experience Visiting Loved Ones in Prisons and Jails. *Affilia*, 36(2), 167–181. <https://doi.org/10.1177/0886109920978618>.
- Aldossari, M. (2023, October 23). Western feminism and its blind spots in the Middle East. *Aljazeera*. <https://www.aljazeera.com/opinions/2023/10/23/western-feminism-and-its-blind-spots-in-the-middle-east>.
- Aldossari, M. (2024, January 4). For feminists, silence on Gaza is no longer an option. <https://www.aljazeera.com/opinions/2024/1/4/for-feminists-silence-on-gaza-is-no-longer-an-option>.
- Baaz, M.E., & Stern M (2013). *Rape as a Weapon of War? Perceptions, Prescriptions and Problems in the Congo and Beyond*. London: Zed Books.
- Benet-Weiser, S. (2025). Destroy This Mad Brute“ Sexual Violence and Propaganda. In N. Ribeiro & B. Zelizer (Eds.), *Media and Propaganda in the Age of Disinformation* (pp. 142–159). Routledge.
- Bloom, M., & Erez, E. (2024). When Sexually Assaulted Women Are Not Believed: “Ideal Victims” and Political Relativity in the October 7 Hamas Attack. *Studies in Conflict & Terrorism*, 1–23. <https://doi.org/10.1080/1057610X.2024.2354955>.
- Bos, P.R. (2006). Feminists Interpreting the Politics of Wartime Rape: Berlin, 1945; Yugoslavia, 1992–1993. *Signs*, 31(4), 995–1025. <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/505230>.
- Brownmiller, S. (1975). *Against Our Will. Men, Women and Rape*. New York: Fawcett Columbine.
- Eagle, K. (2020). *The Grip of Sexual Violence in Conflict Feminist Interventions in International Law*. Stanford University Press.
- Gettleman, J., Schwartz, A., & Sella, A. (2024, March 24) “Screams without words. How

Hamas Weaponized Sexual Violence on October 7, *New York Times*. <https://www.nytimes.com/2023/12/28/world/middleeast/oct-7-attacks-hamas-israel-sexual-violence.html>.

Grewal, K. (2017). *Racialised Gang Rape and the Reinforcement of Dominant Order: Discourses of Gender, Race and Nation*. Abingdon: Routledge.

Grinberg, O., & Aharoni, S. B. (2024). The human rights archival gap: ethno-archiving the silencing of radical activism and Israel's violence against Palestinian women. *The International Journal of Human Rights*, 29(1), 129–154. <https://doi.org/10.1080/13642987.2024.2383733>.

Hallak, Y. (2023, December 15). What Happened on October 7 humiliated Israeli Masculinity. The Response is Violence. *Haaretz*. <https://www.haaretz.com/israel-news/2023-12-15/ty-article-magazine/.highlight/what-happened-on-october-7-humiliated-israeli-masculinity-the-response-is-violence/0000018c-68bb-de43-affd-fcbb5fe40000>.

Klein, N. (2024, October 5). How Israel has made trauma a weapon of war. *Guardian*. <https://www.theguardian.com/us-news/ng-interactive/2024/oct/05/israel-gaza-october-7-memorials>.

Lavie, A., & Goral, M. (2003, October 23). 'I Saw Fit to Remove Her From the World'. *Haaretz*. <https://www.haaretz.com/2003-10-29/ty-article/i-saw-fit-to-remove-her-from-the-world/0000017f-db62-d856-a37f-ffe2fa5b0000>.

Lewis, C. (2021). The making and re-making of the 'rape capital of the world': on colonial durabilities and the politics of sexual violence statistics in DRC. *Critical African Studies*, 14(1), 55–72. <https://doi.org/10.1080/21681392.2021.1902831>.

Lugg, A. et al. (2024). Open Letter to the Israeli and U.S. Governments and Others Weaponizing the Issue of Rape. <https://againstthecurrent.org/open-letter-to-the-israeli-and-u-s-governments-and-others-weaponizing-the-issue-of-rape/>.

Madar, R. (2023). Beyond Male Israeli Soldiers, Palestinian Women, Rape, and War: Israeli State Sexual Violence against Palestinians. *Conflict and Society*, 9(1), 72-88. <https://doi.org/10.3167/arcs.2023.090105>.

- Matthews, H., & Serisier, T. (2024, January 16). Bombing Gaza isn't fighting sexual violence. *Counterpunch*. <https://www.counterpunch.org/2024/01/16/bombing-gaza-isnt-fighting-sexual-violence/>.
- Medien, K. (2021). Israeli settler colonialism, "humanitarian warfare," and sexual violence in Palestine. *International Feminist Journal of Politics*, 23(5), 698–719. <https://doi.org/10.1080/14616742.2021.1882323>.
- Mhajne, A. (2024). Understanding Sexual Violence Debates Since 7 October: Weaponization and Denial. *Journal of Genocide Research*, 1–19. <https://doi.org/10.1080/14623528.2024.2359851>.
- Moaveni, A. (2024, May 9). What They Did to Our Women Azadeh Moaveni on sexual violence in wartime. *London Review of Books*, 46 (9). <https://www.lrb.co.uk/the-paper/v46/n09/azadeh-moaveni/what-they-did-to-our-women>.
- Nitsán, T. (2007). *Controlled Occupation: The Rarity of Military Rape in the Israeli–Palestinian Conflict*. [Em hebraico]. Jerusalem: The Shaine Center for Research in Social Science.
- Ramos, A. (2014). Angola 1961, o horror das imagens. In F.L. Vicente (Ed.), *O Império da visão. A fotografia no contexto colonial português* (pp. 399-434). Edições 70.
- Razack, S. H. (2024). The Weaponization of Feminism in a Time of Genocide: A Response to Masha Gessen. *Journal of Palestine Studies*, 53(2), 113–119. <https://doi.org/10.1080/0377919X.2024.2392475>.
- Stachow, E. (2020). Conflict-related sexual violence: a review. *BMJ Mil Health*, 166, 183-187.
- Ticktin, M. (2008). Sexual violence as the language of border control: Where French feminist and anti-immigrant rhetoric meet. *Signs* 33(4): 863–889.
- Tranchese, A. (2023). *From Fritzl to #metoo. Twelve Years of Rape Coverage in the British Press*. Cham: Palgrave Macmillan.
- Weishut, D. (2015). Sexual Torture of Palestinian Men by Israeli Authorities. *Reproductive Health Matters*, 23(46), 71–84.

Wood, E.J. (2006). Variation in Sexual Violence during War. *Politics & Society*, 34(3), 307–342. <https://doi.org/10.1177/0032329206290426>.

AS GEOGRAFIAS DA GUERRA E DA PAZ

Vitor Ribeiro

Departamento de Geografia
Laboratório de Paisagens, Património e Território
Universidade do Minho
vitor@geografia.uminho.pt

Juliana Alves

Instituto de Ciências Sociais
Laboratório de Paisagens, Património e Território
Universidade do Minho
juliana.alves@ics.uminho.pt

RESUMO

A ciência geográfica estuda as interações entre os fenómenos naturais e humanos à superfície da Terra, evidenciando desigualdades e conflitos. A Geopolítica, desde Rudolf Kjellén até Yves Lacoste, tem sublinhado o papel estratégico do espaço e da cartografia no exercício do poder. Lacoste, desde a década de 1970, com a sua célebre afirmação “*La géographie, ça sert, d’abord, à faire la guerre*”, demonstrou como a Geografia pode ser instrumentalizada para fins de guerra. Apesar dos avanços tecnológicos, o conhecimento geográfico mantém-se, ainda hoje, como uma ferramenta estratégica. Assim, propomo-nos analisar, com base nas estatísticas mais recentes, a dimensão espacial de temas como os conflitos armados, o crime e os muros que continuam a dividir povos.

Palavras-chave: Geografia política, relações de poder, conflitos globais.

Introdução: as interceções entre o espaço, a paz e o conflito – uma reflexão à luz da ciência geográfica

A geografia é a ciência que se debruça a estudar o conjunto dos fenómenos naturais e humanos que ocorrem na superfície terrestre, particularmente as suas inter-relações. O espaço, enquanto território que compõe a superfície terrestre, é definido pela sua geografia e apresenta enormes diversidades que ao longo dos tempos se tem traduzido em fontes de conflito, de divergência e de afirmação. Alguns países, grupos, empresas procuram obter algum tipo de poder internacional através do domínio geográfico, em diferentes áreas, fazendo emergir o campo de ação da geopolítica. A geopolítica, enquanto subárea da Geografia Humana, foi introduzida por Rudolf Kjellén nos finais do século XIX, período em que outros geógrafos, e.g., Elisée Réclus e Friedrich Ratzel, se debruçavam sobre a relação entre a Política e a Geografia. Porém, a primeira escola de geopolítica surge apenas em 1922, em Munique, com o geógrafo Karl Haushofer que, em 1924, lança a Revista de Geopolítica (*Zeitschrift für Geopolitik*) (Correia, 2012; Jones et al., 2014).

Décadas mais tarde, o pensamento geográfico estratégico ganha novo fôlego com o trabalho de Yves Lacoste, que veio revolucionar a forma como a Geografia é compreendida e aplicada, sobretudo no contexto dos conflitos armados e das relações de poder. Em 16 de agosto de 1972, após uma visita ao Vietname do Norte, o geógrafo francês de origem marroquina Yves Lacoste, escreveu um artigo para a revista *Le Monde*, onde descreveu, em tom de denúncia, o genocídio arquitetado pelo governo norte-americano, a partir do bombardeamento deliberado dos diques de proteção do rio Vermelho (Lacoste, 1973). Neste artigo, Yves Lacoste evidenciou a estratégia de guerra empreendida pelos norte-americanos e foi o primeiro geógrafo a conceituar a Geografia da Guerra e a situar a Cartografia como um instrumento militar, de cariz político e económico. Neste contexto, podemos recuar à célebre reflexão de Yves Lacoste, publicada em 1976 intitulada “*La géographie, ça sert, d’abord, à faire la guerre*”. Nesta obra, Lacoste revela a perspetiva ideológica da Geografia, posicionando-a simultaneamente no campo político, como um saber estratégico, e nas universidades, como uma ciência supostamente neutra. De

facto, a Geografia tem assumido um papel determinante nas questões estratégias e políticas, e na busca por uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

A Geografia mantém a sua capacidade de síntese e de ciência de charneira, porquanto a sua capacidade de simplificar os objetos que compõem a superfície terrestre data desde cerca de 2500 a.C. aquando da presumível elaboração do mapa de Ga-Sur. Assim, a Geografia comunica fundamentalmente através das representações da Terra em elementos cartográficos. Foi assim no passado e é assim nos dias de hoje. Atualmente, a capacidade de cartografar os espaços e medir as inter-relações entre os diferentes espaços, aumentou significativamente, cuja análise espacial não se faz sem recorrer a dados em tempo real, de satélite ou da própria inteligência artificial. Apesar dos avanços tecnológicos da atualidade, com o surgimento de ferramentas como o *Google Maps* e o *Google Earth*, que facilitam o acesso do público em geral aos mapas, a cartografia continua sendo uma arma de poder veladamente restrita. Como afirmou Yves Lacoste, a capacidade de ler um mapa sob uma perspetiva estratégica permanece um conhecimento reservado. Foi assim no passado e continua a ser no presente.

A Geografia Política resulta de conexão entre dois triângulos (Jones et al., 2014): um que cruza as políticas as quais determinam o poder e outro que cruza:

- O espaço: as relações entre estes e os seus padrões;
- O lugar: que representa um determinado ponto no espaço;
- O território: que resulta num conjunto mais vasto e delimitado no espaço.

Atualmente, no contexto da geopolítica, tem-se verificado um interesse dos geógrafos em torno das questões relacionadas com as “Geografias da Paz” (Loyd, 2012; Macaspac & Moore, 2022). Este capítulo resulta de um exercício de refletir à luz dos dados atuais as questões mais prementes de um tema com a Guerra e a Paz. Na sociedade atual os conflitos são de natureza diversa, multidisciplinar, complexa e díspar no território. Assim, propomo-nos a pensar à luz das estatísticas mais atuais a versão espacial de temas como os conflitos armados, o crime ou dos muros que dividem povos. Quando seria expectável que, em 2025, as sociedades estivessem mais equitativas, pacificadas e colaborativas, constatamos que tal não é, de facto, o caso.

Geografias da Guerra e da Paz: um mundo em mudança

A guerra está diretamente relacionada com as questões de desenvolvimento. Para além das mortes que causa diretamente durante os conflitos, os seus efeitos e consequências vão muito além dessas mortes diretas. Os conflitos armados resultam na migração forçada e no aumento do número de refugiados, cujas consequências, especialmente da guerra civil, são profundas no desenvolvimento dos países envolvidos (Gates et al., 2012).

Os países que experimentaram conflitos armados apresentam uma lacuna no desenvolvimento face àqueles que não os experimentaram (Gates et al., 2012), destruindo o capital humano e físico afetando, assim, o potencial de crescimento dos países e das regiões (Vesco et al., 2025). As suas consequências afetam diretamente a saúde física e mental. Desde logo os conflitos afetam a saúde e a vida das pessoas, resultando em mortes, em danos físicos, e.g., ferimentos e incapacidades, e psicológicos, por vezes para toda a vida. A literatura revela que o conflito armado está positivamente associado à mortalidade materna e infantil (Vesco et al., 2025). De facto, os desvios de investimentos na saúde para a manutenção dos conflitos levam à interrupção e destruição do sistema de assistência sendo por isso uma das causas mais relevantes de morbilidade e mortalidade. Destaca-se o caso das crianças que são expostas aos conflitos armados sofrem uma ampla gama de ferimentos e doenças levando muitas vezes à morte. De acordo com a UNICEF (2025) existem seis graves violações dos direitos das crianças, que incluem o assassinato e a mutilação de crianças; o recrutamento ou uso de crianças como soldados; a violência sexual contra crianças; o sequestro de crianças; os ataques contra escolas ou hospitais; e a negação de acesso humanitário para crianças (Kadir et al., 2019).

O interesse em estudar as relações entre o espaço, a guerra e a paz tem vindo a crescer nas últimas décadas (Björkdahl & Buckley-Zistel, 2022; Björkdahl & Buckley-Zistel, 2016; Loyd, 2012; Megoran & Dalby, 2018; Souza, 2024). Efetivamente, o aumento do interesse da comunidade geográfica pelas geografias da paz, entendida no quadro

teórico da guerra, mas também da justiça, do desenvolvimento, da segurança e dos direitos humanos, tem vindo a ser complementada por uma perspectiva interdisciplinar onde o espaço tem vindo a destacar-se (Macaspac & Moore, 2022; Megoran, 2010, 2011, 2014; Megoran & Dalby, 2018).

Os conflitos globais

O fim da Guerra Fria, no início da década de 1990, pôs termo à lógica bipolar que durante décadas definiu as relações internacionais e o mundo tornou-se mais pacífico. Porém a partir de 2010 esta tendência inverteu-se agravando-se particularmente os conflitos internos em diversos países. Em 2016 verificou-se um pico no número de países que experimentaram alguma forma de violência (Allansson et al., 2017). Atualmente, os conflitos violentos são mais complexos e, por isso, mais difícil de os prevenir. Por um lado, não se confinam estritamente aos limites dos países e por outro tem aumentado o número de países que suportam outros conferindo-lhes uma dimensão internacional (World Bank, 2018).

Neste novo cenário, as lutas pela afirmação da identidade nacional ganharam força, com povos a reivindicar autonomia ou reconhecimento com base na língua, na etnia ou na religião. Muitas destas reivindicações desencadearam tensões internas e até confrontos armados, agravados pelos interesses políticos e estratégicos em jogo entre diferentes nações e grupos de poder.

A disputa pelo controlo dos recursos energéticos tornou-se outro fator determinante na eclosão de crises e guerras, sobretudo em regiões ricas em petróleo e gás natural. As grandes potências e os atores locais passaram a competir ferozmente por estas riquezas, tornando os conflitos cada vez mais complexos e difíceis de resolver. Assim, longe de garantir estabilidade, o fim da Guerra Fria trouxe consigo uma nova configuração de desafios e disputas que continuam a moldar o mundo na atualidade.

A ONU, na sua publicação “Uma nova era de conflitos e violência”, refere que

os conflitos tendem a ser atualmente menos mortais e cada vez mais travados entre grupos internos em vez de conflitos entre os estados. Contrariamente, os homicídios, os ataques baseados no género e os impactos da violência interpessoal e contra as crianças estão a aumentar consideravelmente em algumas partes do mundo (<https://www.un.org/en/un75/new-era-conflict-and-violence>, consultado em 25 de março de 2025). Porém, atualmente o mundo está a ser marcado pelos avanços tecnológicos que levantam novas preocupações para a paz mundial e social.

Destacam-se as preocupações sobre as armas autónomas letais, os ciberataques, o recurso a veículos aéreos não tripulados, vulgarmente conhecidos por drones, como armas, e a transmissão ao vivo de ataques extremistas. Atualmente, vivemos mergulhados no mundo digital onde os dados são fundamentais para a manutenção da ordem social e mundial, pelo que se tem assistido ao aumento da atividade criminosa envolvendo invasões de dados. A multiplicidade de formas de conflitos e de violência que a sociedade enfrenta atualmente levanta enormes desafios às diferentes instituições para a manutenção da paz dificultando a prevenção e resolução de conflitos globais. De acordo com as Nações a nova era de conflitos e violência Unidas (UN, 2020) são marcados, por:

- Conflitos armados:** actualmente, a base para os principais conflitos globais tem uma natureza de milícias políticas, criminais e de grupos terroristas. Estima-se que mais de metade da pobreza mundial ocorrerá, em 2030, em territórios afetados por altos níveis de violência (World Bank, 2018).
- Crime organizado e a violência urbana e doméstica.** Atualmente, o crime mata mais do que propriamente os conflitos armados. O Estudo Global sobre os Homicídio em 2023 divulgado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, revela que o número de vítimas de homicídios atingiu as 458.000 pessoas em 2021, nomeadamente em África, América e Ásia. Este número representou cerca de cinco vezes mais o número de pessoas mortas em conflitos armados nesse ano
- Terrorismo.** No últimos anos esta forma de violência tem vindo a decrescer

globalmente. Esta atividade assume maior expressão nos países com elevados níveis de riqueza.

–**Armas Nucleares e Novas Tecnologias.** Nos últimos anos o decréscimo global do armamento nuclear aparenta ser notório. Porém, crescem as preocupações com o crescimento da Inteligência Artificial, do Deep Learning e das armas biológicas. Nas últimas décadas, a geografia dos conflitos tem vindo a alastrar. A maioria dos conflitos violentos ocorre em África, Médio-orient e no Sul da Ásia (Figura 1).

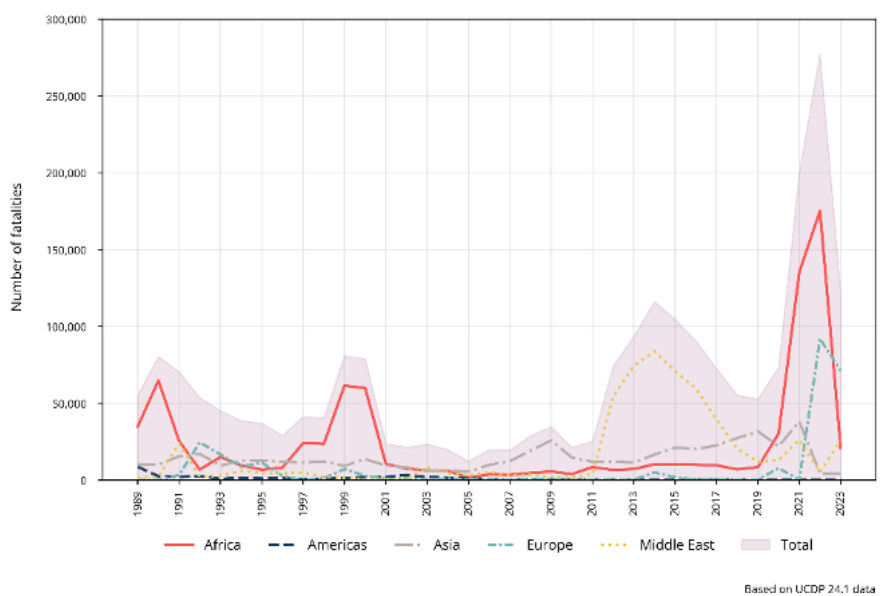


Figura1 – Número de mortes, por região, entre 1989 e 2023. Fonte: Davies et al. (2024).

Os conflitos violentos estão a tornar-se mais complexos, internacionalizados e multidimensionais, afetando não só os países de baixo rendimento, como também os de rendimento médio (World Bank, 2018). Este relatório refere que em 2023 tínhamos 59 países envolvidos em conflitos armados que corresponde a um número recorde desde 1946.

2025: Um mundo “em chamas”

Em 2023, o International Institute for Strategic Studies publicou o estudo Armed Conflict Survey 2023, apresentou estatísticas alarmantes sobre os conflitos armados e evidenciou a complexidade da atual arquitetura geopolítica global. De acordo com este estudo, entre julho de 2023 e junho de 2024, mais de 200 mil pessoas perderam a vida em 134 guerras e conflitos armados em todo o mundo. Os dados do deslocamento forçado global praticamente dobraram, enquanto em 2014, 59,2 milhões de pessoas foram deslocadas à força, em 2024, 120 milhões de pessoas vivem como deslocadas, sendo que 43,4 milhões são refugiados e outros grupos minoritários que necessitam de proteção, fugindo da violência, da guerra ou da perseguição (<https://news.un.org/pt/story/2024/06/1833121>).

Em 2024, os 5 principais conflitos decorrem da guerra Rússia-Ucrânia e Israel-Palestina e da guerra Civil em Myanmar, no Sudão e na Etiópia (Tabela 1).

Tabela 1: Número de mortes estimadas, por tipo de conflito e país, em 2024

País	Mortes estimadas	Tipo de conflito
Ukraine	49881	Russo-Ukrainian War
Palestine	22386	Israel-Palestine War
Myanmar	13049	Civil War
Sudan	9201	Civil War
Ethiopia	7846	Civil War
Nigeria	7096	Terrorist Insurgency
Burkina Faso	6241	Terrorist Insurgency
Mexico	6145	Drug War
Syria	4244	Civil War
Mali	3180	Terrorist Insurgency

DR Congo	3053	Terrorist Insurgency
Russia	2775	Russo-Ukrainian War
Pakistan	1871	Afghanistan-Pakistan Border Conflict
Yemen	1775	Civil War
Cameroon	1561	Terrorist Insurgency
Niger	1469	Terrorist Insurgency
Colombia	1189	Civil War/Drug War
Haiti	1089	Civil War/Gang War
Afghanistan	888	Civil War/Terrorist Insurgency
South Sudan	858	Ethnic violence
Iraq	737	Terrorist Insurgency/Political Unrest
Central African Republic	536	Civil War
Mozambique	341	Civil War
Chad	210	Terrorist Insurgency

Fonte: Elaboração própria com base em <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/countries-currently-at-war>.

A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que em 2025 mais de 300 milhões de indivíduos necessitam de ajuda humanitária, procurando alcançar 45 mil milhões de euros para prestar ajuda humanitária crítica a 190 milhões de pessoas, oriundas de 32 países e de nove regiões de acolhimento de refugiados (UNOCHA, 2024). De acordo com este relatório, a maioria desta ajuda decorre de conflitos violentos e dos efeitos resultantes das mudanças climáticas, destacando-se:

- Sul e este de África: 85 milhões de pessoas são do sul e este de África. Aqui a situação mais catastrófica é no Sudão, que contabiliza 35% do total das necessidades;
- Médio Oriente e norte de África: 59 milhões de pessoas. Destaca-se a crise existente na Síria, que representa 5 milhões da necessidade de ajuda nesta região, e no

Território Palestino Ocupado;

- Oeste e centro de África: 57 milhões de pessoas, particularmente no Chade, devido aos refugiados provenientes do Sudão;
- Ásia e Pacífico: 55 milhões de pessoas, onde mais de 50% são do Afeganistão;
- América Latina e Caraíbas: 34 milhões de pessoas, designadamente na Venezuela;
- Europa: 15 milhões de pessoas, provenientes, nomeadamente, da Ucrânia.

A geografia dos conflitos evidencia que estes são uma presença em praticamente todos os continentes (Figura 2). Na Europa e Médio Oriente, predominam os conflitos entre estados. Por seu turno, na América, verifica-se a predominância de conflitos não estatais, que são protagonizados entre dois grupos armados organizados, não estatais. Enquanto na África podemos verificar que predominam ambos os tipos de conflitos.

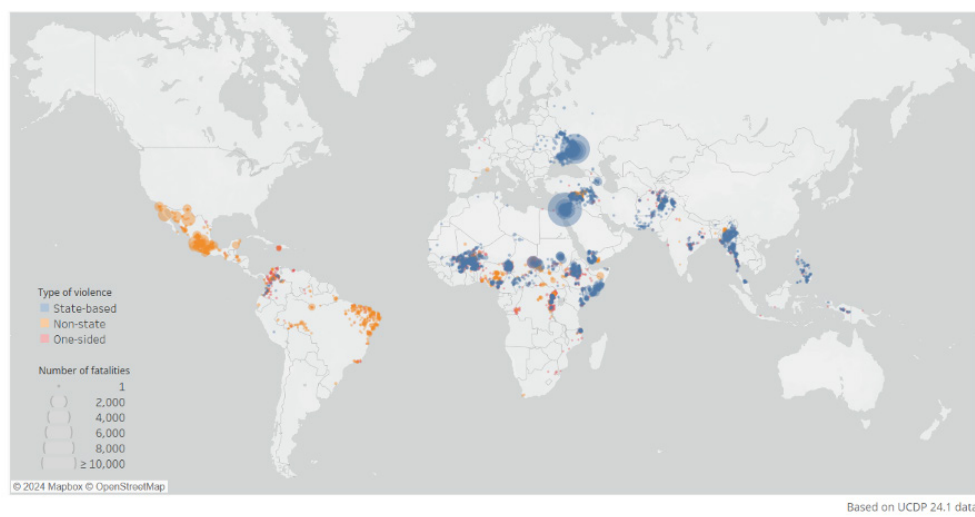


Figura 2 – Distribuição dos conflitos ativos, organizados por estados, em 2023. Fonte: Davies et al. (2024).

No que se refere aos conflitos onde, pelo menos, uma das partes é um estado, verifica-se que em África existem 28 conflitos, seguido da Ásia com 17 e do Médio Oriente com 10 (Figura 3).

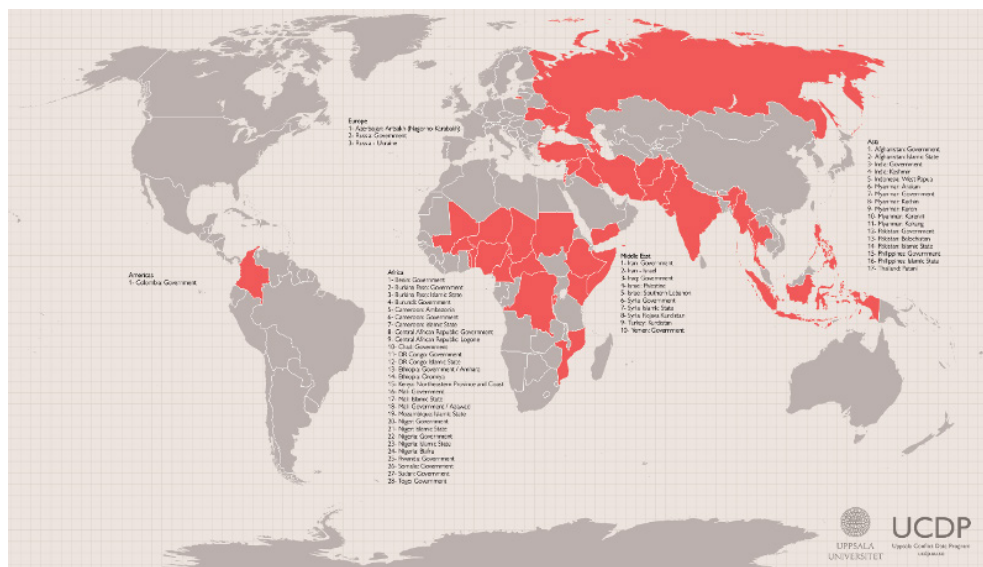


Figura 3 – Conflitos ativos entre estados, por países em 2023. Fonte: Davies et al. (2024).

De acordo com os dados do *Armed Conflict Location & Event Data (ACLED)*, entre 2020 e 2025, o número de eventos conflituosos aumentou significativamente de 104,371 para cerca de 200,000 dos quais resultaram pelo menos 233,000 mortes, o que demonstra a instabilidade da sociedade atual. Destaca-se o peso muito significativo, na atualidade, de 3 conflitos: Ucrânia, Gaza e Myanmar, os quais não correspondem aos países de mais baixos rendimentos como seria expectável (Figura 4).

A literatura tem vindo a evidenciar que os riscos geopolíticos têm um impacto direto nas moedas, no preço do petróleo e da alimentação ou nos mercados bolsistas (Pandey et al., 2023). De facto, uma das grandes preocupações reside na crise alimentar gerada, em muitos casos, devido a situações de conflitos armados (Mottaleb et al., 2022) e a competição pela água que tem atingido, de igual modo, proporções preocupantes (Pradhan, 2022).

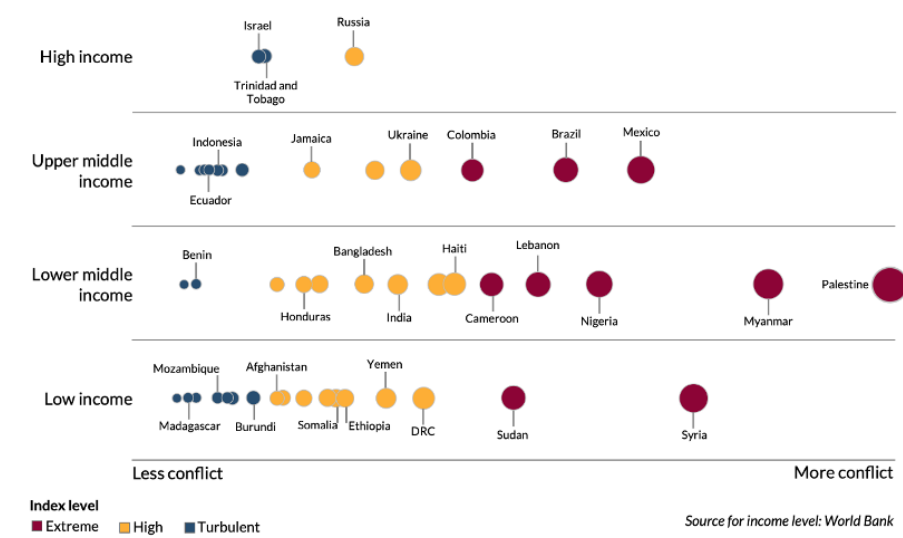


Figura 4 – Índice de conflitos, por países e nível de rendimento. Fonte: ACLED,

<https://acleddata.com/>.

Os muros da divisão

Outra das geografias que marca a sociedade atual resulta na divisão de territórios e população a partir da construção de muros. Em 2025 a sua extensão ultrapassou os 19,000 km distribuídos por cerca de 40 países (Figura 5). Destaca-se pela sua extensão o muro que separa Marrocos e a Sahara ocidental que foi concluído em 1980 e possui uma extensão de 2700km. Segue-se o do Paquistão que o separa do Afeganistão e que possui uma extensão de 2670km e o da Ucrânia – Rússia, numa extensão de 2000km, que se encontra em construção. De facto, são vários os muros ainda em construção como são os casos da barreira India-Paquistão, India-Bangladesh, India-Myanmarm e India-Nepal, da barreira Irão-Paquistão e da barreira dos EUA – México.

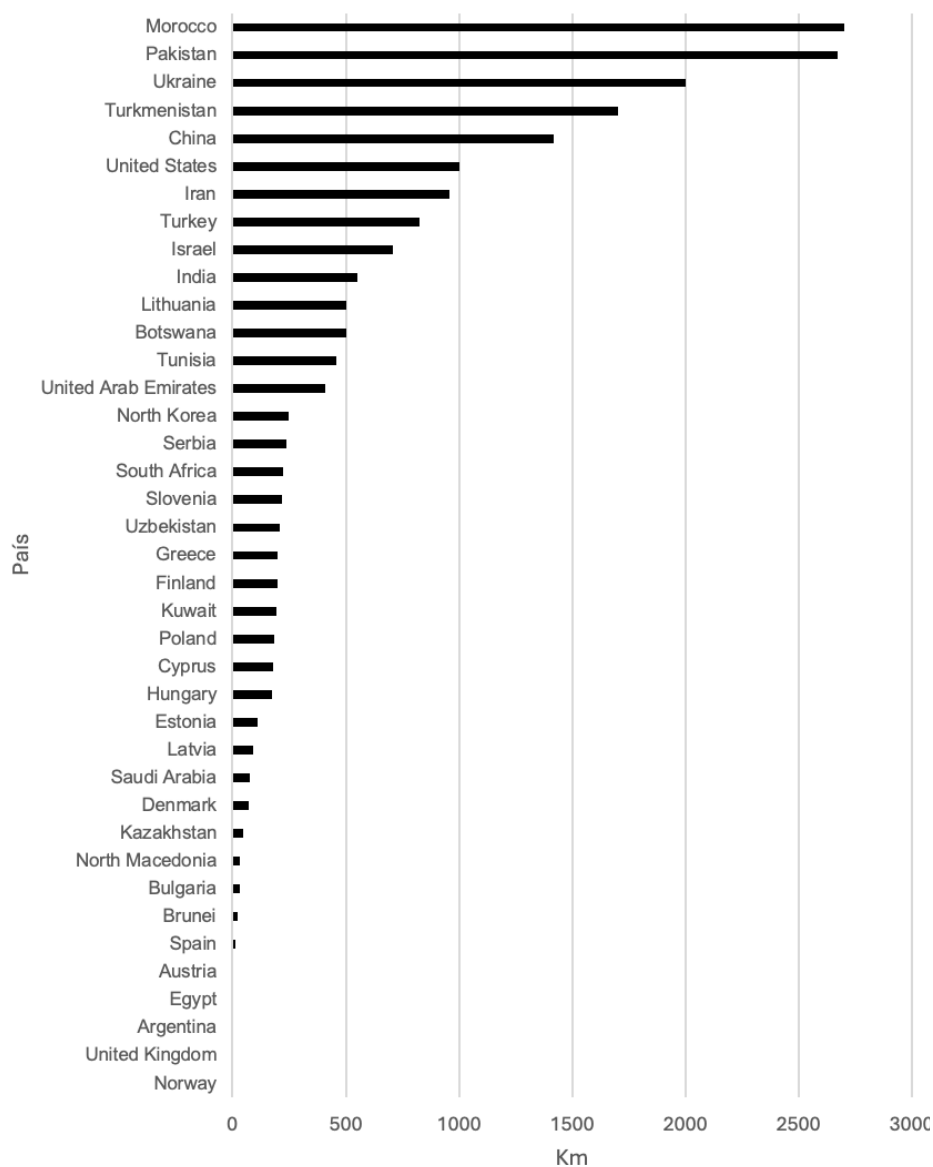


Figura 5– Extensão (km) de muros que dividem populações, por países. Fonte: Elaboração própria com base em <https://worldpopulationreview.com/>.

De facto, muitas destas divisões foram concluídas ainda no decorrer deste século ou ainda se encontram em fase de conclusão. Numa sociedade que se globaliza, em que as distâncias se encurtam e aproximam os territórios verifica-se que a construção de muros que dividem povos e territórios são uma realidade ainda muito presente e atual. Por exemplo, em 2023 concluiu-se a construção do muro “Finland-Russia border” para delimitar o contacto entre a Finlândia e a Rússia. Como se pode observar através da Figura 6 a estratégia de dividir povos e territórios através da construção de muros está muito presente na América, África, Europa e Ásia.

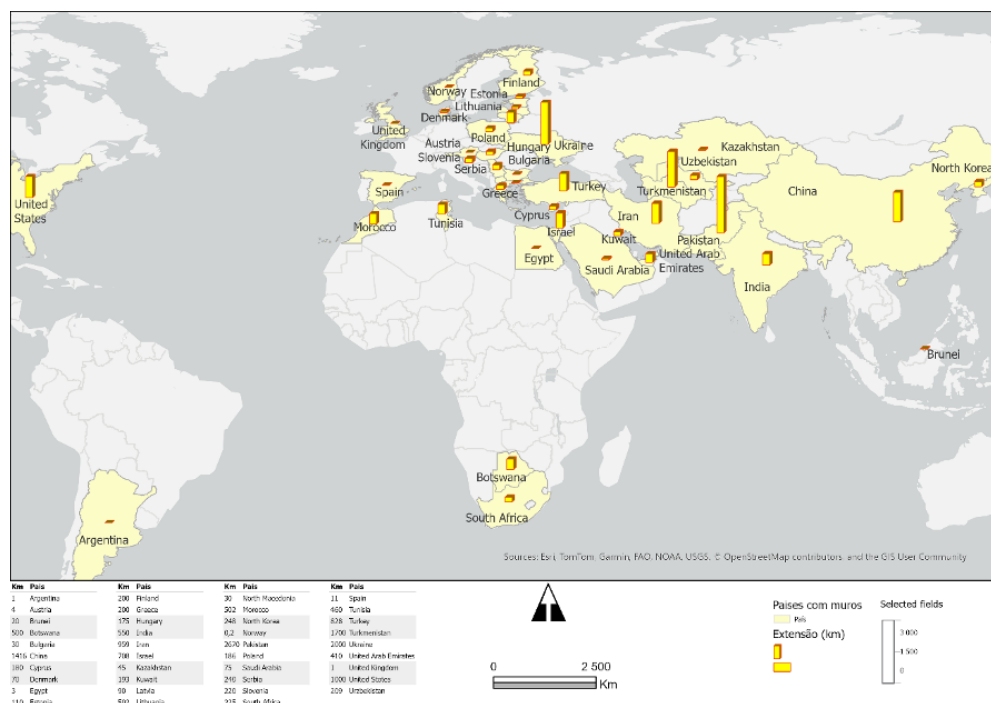


Figura 6 – Países com muros em 2025 e sua extensão. Fonte: Elaboração própria com base em <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/countries-with-border-walls>.

Por uma Geografia da Paz

No sentido de definir e medir a paz o *Institute for Economics and Peace (IEP)* desenvolve o Índice Global da Paz (Global Peace Index), o qual é publicado num relatório que compara os países segundo vários indicadores. Os países são qualificados, segundo o nível de segurança, tendo em conta três categorias principais: o nível de segurança e proteção da sociedade; o alcance dos conflitos domésticos e internacionais em curso; e o nível de militarização de cada país (Bastanifar, 2024). No último relatório publicado, o Índice Global da Paz de 2024 revela que existem, atualmente, no mundo, 56 conflitos ativos e que são 92 os países envolvidos em divergências para além das suas fronteiras (Institute for Economics & Peace, 2024a). Trata-se do maior número de conflitos registado desde 1945, *i.e.*, desde o final da Segunda Guerra Mundial. O Global Peace Index é a principal medida mundial da paz global e recorre a dados de 99,7% da população mundial.

Segundo os dados do “Global Peace Index de 2024”, apesar de 97 países apresentarem um agravamento em termos de paz, a situação melhorou em 65 países. O que nos permite aferir que a balança das Geografias da Guerra e da Paz continua desequilibrada.

O mundo atinge um recorde de conflitos desde a Segunda Guerra Mundial, enquanto Portugal se mantém como o sétimo país mais pacífico do planeta. De acordo com o 2024 *Global Peace Index*, Portugal ocupa a sétima posição no *ranking* mundial, e o quinto lugar no contexto europeu. No topo da lista, encontram-se a Islândia, seguida pela Irlanda e Áustria. No extremo oposto, o Iémen surge agora como o país mais afetado, substituindo o Afeganistão, que, juntamente com o Sudão, Sudão do Sul e a Ucrânia, completa os últimos lugares da tabela (Tabela 2).

Tabela 2: Os 15 países mais seguros versus os 15 países menos seguros, em 2024

15 países mais seguros			15 países menos seguros		
Rank	País	Score	Rank	País	Score
1	Islândia	1.112	149	Burkina Faso	2.969
2	Irlanda	1.303	150	República Centro-Africana	3.009
3	Áustria	1.313	151	Iraque	3.045
4	Nova Zelândia	1.323	152	Coreia do Norte	3.055
5	Singapura	1.339	153	Somália	3.091
6	Suíça	1.35	154	Mali	3.095
7	Portugal	1.372	155	Israel	3.115
8	Dinamarca	1.382	156	Síria	3.173
9	Eslovénia	1.395	157	Rússia	3.249
10	Malásia	1.427	158	República Democrática do Congo	3.264
11	Canadá	1.449	159	Ucrânia	3.28
12	República Checa	1.459	160	Afeganistão	3.294
13	Finlândia	1.474	161	Sudão do Sul	3.324
14	Hungria	1.502	162	Sudão	3.327
15	Croácia	1.504	163	Iémen	3.397

Fonte: Elaboração própria com base em Global Peace Index 2024 (Institute for Economics & Peace, 2024a).

Os conflitos em Gaza e na Ucrânia foram os principais impulsionadores da queda global na paz, já que as mortes em batalha atingiram 162.000 em 2023 (Institute for Economics & Peace, 2024a):

- Europa:** a Europa é a região mais pacífica do mundo, sendo a região com sete dos dez países mais pacíficos. A Grécia destacou-se com melhorias significativas em termos de paz. Curiosamente também registou o maior aumento anual nos gastos militares;
- Ásia-Pacífico:** A região apresenta avanços em países como o Japão e Singapura, embora nações como Mianmar, que enfrentem desafios significativos devido a conflitos internos e violações de direitos humanos, e Papua Nova Guiné, que

sofreu a maior deterioração na região, devido à intensificação da violência tribal relacionada à disputa pelo território e propriedades de terra;

- **América do Norte:** registou a maior deterioração média entre todas as regiões, impulsionadas principalmente pelo aumento de crimes violentos e pelo medo da violência. Apesar disso, mantém-se como a terceira região mais pacífica a nível global;
- **Rússia e Eurásia:** o principal desafio nesta região continua a ser o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, que domina a situação política e de segurança;
- **América do Sul:** a Argentina destaca-se como o país mais pacífico da América do Sul, enquanto a Colômbia continua a ser o menos pacífico da região;
- **América Central e Caribe:** El Salvador e a Nicarágua registaram as maiores melhorias na paz a nível global. Apesar de uma ligeira deterioração na sua pontuação, a Costa Rica mantém-se como o país mais pacífico da região;
- **Sul da Ásia:** o Butão lidera como o país mais pacífico da região, enquanto o Afeganistão permanece como o menos pacífico;
- **África Subsaariana:** A região continua a experienciar tanto avanços como retrocessos. Países como o Botsuana fizeram progressos significativos em termos de paz, enquanto nações como a Nigéria e a República Democrática do Congo enfrentam desafios contínuos. A África Subsaariana enfrenta várias crises de segurança nacional, nomeadamente o aumento da instabilidade política e do terrorismo no Sahel Central.
- **Oriente Médio e Norte da África (MENA):** a região MENA continua a ser a menos pacífica, marcada por conflitos persistentes, instabilidade política e dificuldades económicas. O conflito em Gaza resultou em Israel e na Palestina apresentando as maiores deteriorações na paz, ocupando, respetivamente, a primeira e a quarta posição no ranking global de declínio.

Outro indicador que nos parece relevante referir é o da *Paz Positiva*. Este conceito refere-se ao ambiente ideal para o desenvolvimento do potencial humano, caracterizado por resiliência social, economias sólidas, bom desempenho ambiental, bem como níveis elevados de bem-estar e coesão social (Institute for Economics & Peace, 2024b). De

acordo com o *Positive Peace Report 2024*, publicado pelo *Institute for Economics and Peace* (IEP) e baseado em dados de 163 países, o Índice de Paz Positiva registou uma melhoria de 1% na última década (2013-2022).

O Índice de Paz Positiva (IPP) mede a paz social e global, indo além da simples ausência de violência e corresponde a uma medida invertida da paz, i.e., pontuações próximas de 1 indicam níveis mais baixos de violência e pontuações próximas de 5 indicam níveis mais elevados de violência (Institute for Economics & Peace, 2024b). Os países com valores mais elevados neste índice tendem a apresentar instituições mais fortes e estruturas sociais mais resilientes, o que lhes confere maior capacidade de enfrentar e recuperar de conflitos ou períodos de instabilidade económica (Tabela 3). Portugal ocupa a 18.^a posição no *ranking* do IPP, com uma pontuação de 1,94.

Tabela 3: Os 15 países com os níveis mais elevados versus os 15 países com os níveis mais baixos de paz positiva, em 2024

15 países com níveis mais elevados de paz positiva			15 países com níveis mais baixos de paz positiva		
Rank	País	Score	Rank	País	Score
1	Finlândia	1.438	149	Camarões	3.938
2	Dinamarca	1.44	150	Guiné	3.95
3	Noruega	1.455	151	Haiti	3.953
4	Suécia	1.465	152	Venezuela	3.973
5	Suíça	1.496	153	Sudão	4.062
6	Irlanda	1.586	154	Guiné Equatorial	4.085
7	Nova Zelândia	1.655	155	Afeganistão	4.128
8	Islândia	1.676	156	Eritreia	4.16
9	Países Baixos	1.698	157	Síria	4.161
10	Austrália	1.731	158	Congo-Kinshasa	4.169
11	Alemanha	1.744	159	Chade	4.257
12	Canadá	1.749	160	República Centro-Africana	4.32
13	Japão	1.777	161	Somália	4.334
14	Singapura	1.789	162	Iémen	4.385
15	Bélgica	1.845	163	Sudão do Sul	4.4

Fonte: Elaboração própria com base em Positive Peace Report 2024 (Institute for Economics & Peace, 2024b).

Relativamente aos 15 países com os níveis mais elevados de paz positiva, a Europa domina claramente o topo do *ranking*, com 11 dos 15 países mais pacíficos. Os países escandinavos (Finlândia, Dinamarca, Noruega e Suécia) lideram o índice, reforçando a imagem de sociedades altamente desenvolvidas, justas e com forte coesão social.

Importa referir que a maioria dos países no fim do *ranking* está localizada em África ou no Médio Oriente. Os conflitos armados, a instabilidade política, a fragilidade institucional e as violações sistemáticas dos direitos humanos são características comuns a esses países. Países como a Síria, o Iémen e o Sudão do Sul estão entre os mais afetados por guerras civis prolongadas.

Considerações finais

Vivemos num mundo em constante mudança e de afirmação geopolítica. Se por um lado as geografias do desenvolvimento tendem a aproximar os espaços, encurtando as suas distâncias-tempo, com a adoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), por outro lado, persistentemente, os territórios continuamente afastam-se. A procura de uma sociedade mais justa, equitativa, sustentável e solidária parece uma utopia. A arquitetura geopolítica e económica atual revela um mundo marcado por diversas tensões com efeitos marcantes na economia, na sociedade e no ambiente.

Nas duas últimas décadas o mundo tem vindo a ficar mais inseguro, como reflexo do aumento do número de conflitos interestatais. Os conflitos armados e a criminalidade violenta e organizada têm vindo a matar milhões de indivíduos. A procura de fornecer assistência a que mais necessita desta ajuda tem vindo a crescer e a própria Organização das Nações Unidas (ONU) evidencia a complexidade da realidade atual para a prevenção do crime, designadamente contra os grupos minoritários, as mulheres e as crianças. Como se não bastassem estas tensões, a construção de barreiras/muros para dividir espaços e povos geograficamente tem vindo a ganhar destaque em várias políticas em países com diferentes níveis de desenvolvimento.

No contexto Global a Europa ainda se revela como um dos territórios mais seguros. De facto, em 2024, entre os 10 países mais seguros do mundo 7 pertencem à Europa (Islândia, Irlanda, Áustria, Suíça, Portugal, Dinamarca, Eslovénia). Neste contexto, Portugal ocupou a 7.^a posição para o qual contribui a sua posição e características geográficas, designadamente pelo facto ser o país com as fronteiras mais antigas da Europa. Estas resultaram, em 1297, no tratado de Alcanizes assinado entre Portugal e Espanha e mantêm-se em traços gerais até à atualidade. De igual modo, a singularidade da fronteira na parte continental com Espanha, a norte e a este, e com o oceano atlântico a oeste e a sul. Destacam-se ainda os territórios ultraperiféricos das duas regiões autónomas: a dos Açores e a da Madeira.

Em consequência da maior segurança nos países europeus estes também lideram o ranking do Índice da Paz Positiva, designadamente nos países escandinavos da Finlândia, Dinamarca, Noruega e Suécia. Isto reforça a imagem de sociedades altamente desenvolvidas, justas e com forte coesão social. Um dos setores que mais tem beneficiado com estas características é o do turismo, cujos efeitos no desenvolvimento dos territórios quer urbanos quer rurais, é atualmente muito grande. Estes indicadores são também um sintoma importante para permitir que a Europa cumpra os compromissos que tem assumido de uma Europa inclusiva, digital e sustentável, onde se destaca a intenção de ser o primeiro continente com impacto neutro no clima. Apesar destes desígnios, as geografias ora da guerra ora da paz, tendem a obstaculizar o seu sucesso.

Estamos perante um cenário complexo, com diversas repercussões a nível social, ambiental e económico. Será a paz uma utopia? Será que a história da humanidade estará, para sempre, marcada por conflitos e pela luta pelo território e pelo poder? Estaremos a regressar ao nosso instinto mais primitivo? Estas são questões complexas, cujas respostas continuam a ser difíceis de definir com precisão.

Bibliografia

- Allansson, M., Melander, E., & Themnér, L. (2017). Organized violence, 1989–2016. *Journal of Peace Research*, 54(4), 574-587. <https://doi.org/10.1177/0022343317718773>
- Bastanifar, I. (2024). A monetary model of global peace and health. *Globalization and Health*, 20(1), 28. <https://doi.org/10.1186/s12992-024-01029-9>
- Björkdahl, A., & Buckley-Zistel, S. (2022). Space for Peace: A Research Agenda. *Journal of Intervention and Statebuilding*, 16(5), 659-676. <https://doi.org/10.1080/17502977.2022.2131194>
- Björkdahl, A., & Buckley-Zistel, S. (2016). Spatializing peace and conflict: An introduction. In *Spatializing peace and conflict: Mapping the production of places, sites and scales of violence* (pp. 1-22). Springer.
- Correia, P. d. P. (2012). *Geopolítica e geoestratégia. Nação e Defesa* (131), 229-246.
- Davies, S., Engström, G., Pettersson, T., & Öberg, M. (2024). Organized violence 1989–2023, and the prevalence of organized crime groups. *Journal of Peace Research*, 61(4), 673-693. <https://ucdp.uu.se/>
- Gates, S., Hegre, H., Nygård, H. M., & Strand, H. (2012). Development Consequences of Armed Conflict. *World Development*, 40(9), 1713-1722. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.04.031>
- Institute for Economics & Peace. (2024a). Global Peace Index 2024: *Measuring Peace in a Complex World*. Institute for Economics & Peace. Available from: <http://visionofhumanity.org/resources>
- Institute for Economics & Peace. (2024b). Positive Peace Report 2024: *Analysing the factors that build, predict and sustain peace*. Institute for Economics & Peace. Available from: <http://visionofhumanity.org/resources>
- Jones, M., Jones, R., Woods, M., Whitehead, M., Dixon, D., & Hannah, M. (2014). *An introduction to political geography: space, place and politics*. Routledge.

- Kadir, A., Shenoda, S., & Goldhagen, J. (2019). Effects of armed conflict on child health and development: a systematic review. *PLoS ONE*, 14(1), e0210071.
- Lacoste, Y. (1973). An illustration of geographical warfare: bombing of the dikes on the Red River, North Vietnam. *Antipode*, 5(2), 1-13.
- Loyd, J. M. (2012). Geographies of Peace and Antiviolence. *Geography Compass*, 6(8), 477-489. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/j.1749-8198.2012.00502.x>
- Macaspac, N. V., & Moore, A. (2022). Peace geographies and the spatial turn in peace and conflict studies: Integrating parallel conversations through spatial practices. *Geography Compass*, 16(4), e12614. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/gec3.12614>
- Megoran, N. (2010). Towards a Geography of Peace: Pacific Geopolitics and Evangelical Christian Crusade Apologies. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 35, 382 - 398.
- Megoran, N. (2011). War and Peace? An Agenda for Peace Research and Practice in Geography. *Political Geography*, 30, 178 - 189.
- Megoran, N. (2014). On (Christian) Anarchism and (Non)violence: A Response to Simon Springer. *Space and Polity*, 18, 97 - 105.
- Megoran, N., & Dalby, S. (2018). Geopolitics and peace: A century of change in the discipline of geography. *Geopolitics*, 23(2), 251-276.
- Mottaleb, K. A., Kruseman, G., & Snapp, S. (2022). Potential impacts of Ukraine-Russia armed conflict on global wheat food security: A quantitative exploration. *Global Food Security*, 35, 100659. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.gfs.2022.100659>
- Pandey, D. K., Lucey, B. M., & Kumar, S. (2023). Border disputes, conflicts, war, and financial markets research: A systematic review. *Research in International Business and Finance*, 65, 101972. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2023.101972>
- Pradhan, R. (2022). Natural Resources and Violent Conflicts: Water and Energy

in Kyrgyzstan. *Journal of Asian and African Studies*, 57(4), 650-666.
<https://doi.org/10.1177/00219096211035166>

Souza, M. (2024). The spatial turn in peace and conflict studies: contributions, limitations and opportunities for research on space–time heterogeneity. *Space and Polity*, 28(1), 81-102. <https://doi.org/10.1080/13562576.2024.2363177>

UN. (2020). *A new era of conflict and violence*. U. Nations. <https://www.un.org/en/un75/new-era-conflict-and-violence>

UNICEF. (2025). Retrieved 10 de março from <https://www.unicef.org/children-under-attack/six-grave-violations-against-children>

UNOCHA. (2024). Global Humanitarian Overview 2025. New York: UN

Vesco, P., Baliki, G., Brück, T., Döring, S., Eriksson, A., Fjelde, H., . . . Hegre, H. (2025). The impacts of armed conflict on human development: A review of the literature. *World Development*, 187, 106806. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2024.106806>

World Bank. (2018). Pathways for Peace: *Inclusive Approaches to Preventing Violent Conflict*. Washington: United Nations Retrieved from <http://hdl.handle.net/10986/2833>

PENSAR A PAZ EM TEMPOS DE GUERRA: DO PENSAMENTO DICOTÓMICO A UMA (RE)CONCEPTUALIZAÇÃO POSITIVA

Joana Ricarte

Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20)

Universidade de Coimbra

joanaricarte@uc.pt

RESUMO

O desenvolvimento do campo de Estudos para a Paz contribuiu para a superação de uma visão estreita de paz expressa em dicotomias excludentes, ou em binómios interdependentes, como a ausência de guerra ou a segurança. Esta foi plasmada na construção de uma arquitetura de paz liberal na década de noventa, materializada numa abordagem intervencionista de promoção da paz ambiciosa, embora ainda limitada, ancorada na construção de instituições liberais, economias de mercado e regimes políticos democráticos. Contudo, o crescente estado de desordem global e o contexto de permacrise que caracteriza o século XXI têm levado ao regresso da tendência de polarização na definição e caracterização da paz, com efeitos práticos visíveis e perniciosos. Argumenta-se que a transformação dos conflitos contemporâneos depreende um retorno ao pensamento normativo sobre a paz através de uma (re) conceptualização positiva, que permita pensar a paz pelo que ela é, e não pelos seus opostos.

Palavras-chave: Paz; guerra; segurança; conflito; desordem global.

Introdução

No dia 4 de março de 2025, Ursula von der Leyen, a Presidente da Comissão Europeia, declarou: “vivemos uma era do rearmamento”. O ano de 2025 marca mais do que a conclusão do primeiro quartil do século XXI. É um ano que se arrisca ficar na história como o momento de viragem no qual a derrocada de longo prazo da ordem mundial pós-Segunda Guerra e da posterior consolidação da ordem liberal do pós-guerra fria se materializa. Mas é também, muitos argumentam, o começo do fim da - longa ou tardia – modernidade (Reckwitz & Rosa, 2023), num novo momento histórico cuja proximidade não nos permite ainda afirmar que será de uma qualquer pós-modernidade ou de uma nova ordem iliberal.

Nestes tempos de mudança, no qual a ideia da “paz pela força” (von der Leyen, 2025) impera nos discursos, as lembranças frequentes da dissuasão nuclear se tornam normais na política internacional e as alianças históricas parecem estar num momento de rutura, faz-se essencial olhar para o passado, com os olhos postos no futuro, para se pensar teoricamente e na prática o mundo no qual vivemos. Pensar a paz em tempos de guerra significa retomar a historiografia dos Estudos para a Paz, não apenas do ponto de vista da construção disciplinar, mas, também, para recordar como os contextos históricos influenciaram a evolução do pensamento e prática sobre a paz, levando a uma superação de uma visão de paz negativa, baseada nas ausências e nos seus opostos. Mais especificamente, a passagem de uma abordagem normativa sobre a paz como a ausência de guerra ou de insegurança para uma leitura mais ampla baseada na eliminação de violência(s) e na promoção de reconciliação, justiça social e direitos permitiu superar um paradigma estatocêntrico limitado e colocar os indivíduos como agentes centrais e principais beneficiários nos processos de paz. Na prática, esta noção permite complexificar a compreensão acerca das causas, fatores de alimentação e manutenção dos conflitos, humanizando as relações internacionais e permitindo o desenvolvimento de políticas mais adequadas e eficientes para a promoção de uma paz sustentável.

Este texto pretende contribuir para resgatar uma conceptualização de paz positiva, ou seja, uma definição da paz pelo que ela é ou pode ser. Este esforço torna-se mais premente e necessário num contexto de escalada bélica global, normalização de discursos polarizadores e extremistas e de crise do multilateralismo, da diplomacia e das instituições internacionais. Primeiramente, explorar-se-á a evolução histórica do pensamento sobre a paz, tendencialmente expresso em dicotomias, da ausência de guerra à segurança, passando pela violência nas suas diversas formas. A análise das diversas conceptualizações de paz presentes na literatura na área das Relações Internacionais e dos Estudos para a Paz visa demonstrar a importância de adotar uma definição operacional de paz positiva, bem como analisar as implicações empíricas das diferentes abordagens conceptuais. De seguida, far-se-á uma caracterização dos tempos de guerra nos quais vivemos, com uma leitura acerca do século XXI, o século das crises, de forma a perceber como a paz é pensada e agida na contemporaneidade e quais são os desafios e limitações destas abordagens na política internacional. Por fim, conclui-se com uma discussão acerca dos horizontes de futuro que se abrem a partir de uma (re) conceptualização positiva da paz, que permita a superação dos ciclos de conflitualidade e a transformação dos conflitos violentos.

Paz, guerra, segurança e violência(s): das dicotomias a uma conceptualização positiva

O desenvolvimento do campo de Estudos para a Paz contribuiu para a superação de uma visão estreita de paz, expressa em dicotomias, como a ausência de guerra ou de insegurança. Esta foi plasmada na construção de uma arquitetura de paz liberal na década de noventa, no seguimento da derrocada da União Soviética e do fim da Guerra Fria, que levou a um enquadramento de intervencionismo internacional expresso numa visão de paz ambiciosa e ancorada na promoção de instituições liberais, economias de mercado e regimes políticos democráticos. Pese embora as muitas e válidas críticas a esta abordagem de paz liberal (Campbell, Chandler & Sabaratnam,

2011), bem como os seus falhanços do ponto de vista empírico, nomeadamente no que diz respeito à sua aplicação, que levou a regimes de democracia mínima inseridos num sistema de mercado neoliberal (Chandler, 2006; Alberdi & Barroso, 2020), esta abordagem permitiu pensar e agir a paz pelo que ela poderia ser, e não apenas pelos seus opostos. Contudo, o crescente estado de desordem global, expresso num contexto de crise permanente - seja ela real ou percecionada – que caracteriza o século XXI (a crise do terrorismo, das dívidas soberanas, dos refugiados, do clima, da saúde pública global, do multilateralismo, da ordem internacional, da guerra e dos conflitos...) tem levado a um regresso ao pensamento dicotômico na definição e caracterização da paz. Esta visão tende a efeitos práticos perniciosos do ponto de vista da gestão do sistema internacional, do multilateralismo e das instituições, bem como da transformação de conflitos violentos.

São diversos os termos utilizados no senso comum como contraposição à paz. A paz pela ausência é tradicionalmente percecionada como o oposto da guerra, uma visão que a literatura científica passou a chamar de paz negativa (Galtung, 1969). Esta é assente no mero calar das armas, condição insuficiente para a superação de conflitos prolongados e persistentes, visto que a paz não se faz de cima para baixo, sem envolver a população civil e por decreto. A expansão desta visão levou a utilização de conceitos mais amplos, permitindo uma definição mais lata a partir de binómios como a paz e a segurança e, por fim, a violência, sendo a última definida a partir de uma pluralidade de aspetos que transcendem a mera violência física, ou violência direta. Devido ao seu caráter tradicionalmente estatocêntrico, as Relações Internacionais tendem a contrapor a paz à guerra ou à segurança, no caso do último, adotando uma definição acritica que se limita à segurança militar, territorial e da soberania das unidades máximas do sistema internacional, os Estados-Nação modernos. Essa tipologia de paz tem os olhos postos na balança de poderes entre Estados ao invés de na vida quotidiana das pessoas em contextos pós-conflito (Richmond, 2020) e, por isso, é limitada no seu escopo prático de aplicação, levando a uma tendência de reincidência dos conflitos após períodos de pacificação, visto que as suas causas de base ficam por transformar e, muitas vezes, podem mesmo se intensificar (Ricarte, 2023).

Do ponto de vista histórico, a palavra “segurança” varia do latim *securus*, no qual se significa “sem” e cura equivale a “preocupações”. De acordo com Cícero, era “a ausência de aflição da qual a vida feliz depende” (Cícero, 1971 [45 AC]), sendo claramente uma negação, ao passo que hoje a vemos como “algo” que podemos buscar e a sua ausência como insegurança. Já a *pax romana* era a ausência de violência através da ordem e da unidade baseados no poder do centro. Era imposta e condicionada à aceitação da hegemonia. Para Hobbes e outros pensadores modernos importantes, o Estado está no centro das preocupações, mas a segurança é, em última análise, a segurança individual (Rotschild, 1995; Wæver, 2006). O direito do indivíduo à auto-preservação é o ponto inicial do argumento de Hobbes no *Leviatã* (1651). O significado último da segurança é a segurança individual, mas esta é obtida através do investimento da autoridade no Estado. A paz, consequentemente, era vista na ótica da paz doméstica, assegurada pelo Estado e em oposição à desordem e à guerra civil.

De acordo com Michael Howard em seu livro *The Invention of Peace*, “a paz (...) tem sido referida por líderes políticos como um objetivo praticável ou até desejável apenas durante os últimos duzentos anos [da nossa história]” (Howard, 2000, p. 2). Da mesma forma, antes do século XX, a segurança não era de forma alguma um conceito-chave ou o centro organizacional do pensamento internacional (Wæver, 2004, p. 102). Um primeiro passo nessa direção veio com a segurança coletiva no período entre-Guerras. Os poderes do *status quo* usaram a segurança como sua palavra de ordem exatamente porque ofuscava a distinção entre nacional e internacional (Carr, 1981 [1946], p. 105). No âmbito das Relações Internacionais, estes conceitos tornam-se cada vez mais importantes na medida em que o século XX atravessa períodos de guerras e conflitos. Sua relação se dá, principalmente, com o advento dos Estudos para a Paz enquanto subdisciplina e programa de investigação, visto que este nasce como uma oposição à ideia dominante de segurança.

No contexto do fim da Segunda Guerra Mundial, as esperanças – e, principalmente, o medo do passado – advindos do fim da Guerra e da estruturação da Organização das Nações Unidas levaram à incorporação no vocabulário político da palavra “paz”. A Carta

da ONU usa o termo “paz e segurança internacionais” frequentemente, no entanto, em lugar nenhum da Carta o termo ‘segurança internacional’ é usado isoladamente enquanto os termos ‘paz’ ou ‘paz universal’ podem ser encontrados em separado. A segurança não é usada em termos de “segurança nacional”, mas como “segurança internacional” e, assim, aparece associada à ideia de paz entre as nações – como uma clara e simples contraposição à ausência de conflitos declarados. A construção deste conceito remonta à segurança coletiva e é utilizada pelo Conselho de Segurança da ONU, de acordo com o capítulo VII da Carta, como uma forma de legitimação de ação, enunciando a fórmula discursiva da “ameaça à paz e segurança internacionais” (Wæver, 2004). Assim, a manutenção da paz é de interesse mundial e qualquer ameaça à paz passa a ser uma ameaça à segurança do “mundo” – Ocidental, desenvolvido, do Norte –, tornando a “segurança internacional” numa forma de manutenção da situação doméstica e da posição hierárquica dos poderes do status quo, que definem o que se constitui ou não em ameaça.

Na década de sessenta iniciou-se a reestruturação dos Estudos para a Paz enquanto programa de investigação crítico, com pendor normativo e emancipatório. Esta subdisciplina distanciou-se, assim, do paradigma Realista, estatocêntrico, das Relações Internacionais, caracterizando-se como uma abordagem “rejeicionista” (Dunn, 2005, p.37). Rejeita igualmente as premissas dos estudos estratégicos e de segurança, nas quais o conflito e a guerra são uma constante e precisam ser administrados e mitigados. A evolução da disciplina, facilitada por um contexto histórico internacional de fadiga com a guerra materializado nos movimentos pacifistas e anti-nuclear do período tardio da Guerra Fria, permitiram uma ampliação desta visão no sentido de opor a paz não à ausência de guerra ou a ameaças à segurança internacional, mas à violência em suas diversas formas e facetas. Esta leitura permitiu um olhar humano sobre o sistema internacional, que se considera ser constituído não apenas por Estados-Nação mas, também, por pessoas, suas identidades, relações e interações, expressas nas suas vidas quotidianas.

O artigo seminal de Johan Galtung “Violence, Peace and Peace Research” (Galtung,

1969), publicado no conceituado *Journal of Peace Research*, propunha pensar a violência através da representação gráfica de uma figura geométrica, o triângulo. Com três vértices, a violência corresponderia a um conjunto de dimensões nas quais se destacam a violência direta, ou seja, a violência física exercida por um ator claramente identificado contra outro. Numa dimensão menos visível está o segundo vértice do triângulo das violências, representado pela violência estrutural. Trata-se de um tipo de violência que está inserida nas estruturas sociais, políticas e económicas e que impede os indivíduos ou grupos de satisfazerem suas necessidades humanas básicas. Aqui não existe um agente claramente identificável a exercer violência contra outrem, estando esta embebida num sistema que gera e reproduz desigualdades, opressão e exclusão. Exemplos de violência estrutural podem ser encontrados nas desigualdades sociais, limitações de acesso à saúde e educação, ou no preconceito, incluindo nas dimensões de género e racismo. Por fim, mas não menos importante, está a violência cultural, um sistema de significados, traduzidos em ideologias, normas, discursos e práticas sociais que legitimam ou naturalizam as outras formas de violência, tornando-as aceitáveis ou inevitáveis aos olhos da sociedade. A violência cultural é tida como invisível, mas é tão ou mais perniciosa do que as outras duas, visto que funciona como motor e combustível moral, intelectual e cognitivo para legitimar e fazer parecer aceitável através do preconceito, da estigmatização e da desumanização outras formas de violência e, em última instância, a violência direta.

Assim, numa abordagem bastante mais completa e complexa sobre a paz, Galtung propôs que a paz positiva e duradoura deveria ir além da eliminação da violência direta (a guerra ou a insegurança física), sendo necessário transformar as estruturas e significados que a reproduzem. Esta visão permite uma conceptualização de paz baseada na promoção da igualdade e na justiça social, bem como na desconstrução de discursos e práticas que promovem, justificam ou legitimam a violência estrutural e cultural. Com o desmantelamento da União Soviética e o consequente fim da Guerra Fria, este enquadramento foi apropriado e aplicado na reconstrução de uma arquitetura de paz internacional de pendor liberal, decorrente da vitória do bloco Ocidental e da hegemonia unipolar norte-americana.

Embora a sua aplicação prática tenha ficado empiricamente aquém da proposta conceptual, tendo inclusive servido em muitos casos como uma ferramenta de imposição de uma agenda imperialista e de dominação (Campbell et al., 2011), a possibilidade de expansão da definição de paz pela construção e promoção de instituições, normas e valores humanísticos permitiu um olhar humano sobre a paz e a descentralização do conceito, da sua prática e políticas a ela associadas do âmbito exclusivo dos Estados. Contudo, a viragem para o século XXI e o retorno da guerra no panorama político internacional, contribuíram para que esta agenda de paz que ganhou vida na década de noventa tivesse curta duração, estando agora a observar-se um retorno às dicotomias e às visões excludentes e reducionistas de paz.

Pensar a paz em tempos de guerra: discursos, abordagens, desafios e superações

O século XXI pode ser caracterizado como o século das crises. Seja por meio de crises de expressão material ou percecionadas, o primeiro quartil do novo milénio parece ser marcado por um estado de constante disrupção social, política, económica, sanitária, climática ou internacional. Acresce que a perceção de inconstância se tem tornado normalizada e esta sensação é também amplificada pela alteração do sentido de tempo e urgência, impactados pela massificação da tecnologia e das novas redes sociais. Já há quem defina este momento histórico como sendo de permacrise, indicando um estado prolongado, e até mesmo permanente, de instabilidade, incerteza e disrupção, no qual a exceção se torna uma nova forma de normalidade (Kinnvall, 2021).

Pese embora a segunda metade do século XX tenha sido marcada por diversas guerras e conflitos por procuração entre as duas superpotências, vivemos agora tempos que se caracterizam por uma prevalência do discurso político e mediático global sobre a guerra, termo que voltou para o vocabulário quotidiano dos cidadãos pelo mundo. A começar pela guerra contra o terror, passando pelos chamados “conflitos esquecidos” e culminando no retorno da guerra ao continente europeu, vivem-se tempos de incerteza

expressos no medo do “outro”, na construção de ameaças externas e no desmoronar da ordem mundial que foi estabelecida no fim da Segunda Guerra Mundial, assente em normas, instituições internacionais e na diplomacia preventiva. Este contexto tem sido exacerbado pelo reaparecimento dos extremismos, da radicalização política, e da normalização da violência cultural (Ricarte, 2024b), contribuindo para a intensificação dos conflitos tanto de ordem doméstica quanto internacional.

Do ponto de vista conceptual, o fim da Guerra Fria e do sistema internacional bipolar marcou a construção na década de noventa de uma ordem mundial liberal e de uma correspondente arquitetura de paz internacional, na qual a paz ganhou um novo sinónimo, a democracia (e/ou o liberalismo). Contudo, a primeira guerra do século XXI, a “guerra ao terror” que se sucedeu aos atentados de 11 de setembro de 2001, teve surpreendentemente poucas referências à paz na sua vertente positiva, tendo o discurso do Presidente George W. Bush de 7 de Outubro de 2001 terminado com a ideia de que o “eixo do mal” se constituía numa “ameaça à paz” (Wæver, 2004). A paz transformou-se, assim, numa justificativa para a guerra.

Estes discursos ganharam força e tração no primeiro quartil do século XXI, sendo tanto a guerra da Federação Rússia contra a Ucrânia, quanto a guerra de Israel contra Gaza, justificadas do ponto de vista retórico pela noção de ameaça existencial, plasmada no militarismo como via de promoção da paz. Ambas as guerras são caracterizadas por um descumprimento gritante do direito internacional humanitário e pelo desprezo às instituições e fóruns multilaterais, como a ONU. Pese embora a desproporção de ambas as guerras e a diferença incomparável de contextos e causas, a abordagem de promoção da paz através da guerra é semelhante, bem como o aprofundar da desumanização e do apagamento identitário, que tende a efeitos perniciosos do ponto de vista da introdução de novos ressentimentos e memórias traumáticas que acabam por alimentar o ciclo de prolongamento dos conflitos, e não a romper com ele (Ricarte 2024a).

Desde a tomada de posse do presidente norte-americano Donald Trump, ambas as guerras têm também em comum um modelo resolução pautado na lei do mais forte e na consolidação da situação geopolítica decorrente da guerra, uma leitura que tende

a uma vitória do status quo e, conseqüente, ao retorno acrítico ao conceito de paz negativa. Isto é refletido em processos de paz episódicos e reativos, que não levam em conta as causas de base dos conflitos, podendo contribuir para o aprofundamento dos conflitos e consolidação da caracterização deste curto século XXI como o século das crises e um tempo de guerra.

Conclusão: horizontes de futuro para uma paz positiva

Em tempos de guerra, num contexto de desordem mundial e de instabilidade política, pensar a paz é mais do que um exercício acadêmico, é um imperativo cívico e político. O resgate da historiografia dos Estudos para a Paz e dos seus conceitos associados nos permite vislumbrar como que determinados contextos históricos e geográficos têm impacto sobre a evolução das definições de paz, guerra, segurança e violência(s), assim como entre as suas interligações. Este olhar sobre o passado nos mostra que, se a conceptualização é um processo intelectual, a aplicação normativa de determinados conceitos tem implicações práticas, tanto no que diz respeito ao escopo de atuação, quanto nas suas limitações.

Em outras palavras, o regresso da tendência de conceptualização da paz pela negativa, ou seja, pela ausência de guerra ou de insegurança, condiciona as ações e formulações de paz, que se tornam restritas a, ou profundamente condensadas em, esforços negociais de cessar-fogo e de estabilização ou pacificação a partir do reconhecimento tácito das realidades geopolíticas construídas em conflito. Enquanto o calar das armas é o primeiro passo na transformação de qualquer conflito, o perigo desta abordagem reside na sua limitação estatocêntrica e episódica, que desconsidera ou relega para segundo plano a importância da vida humana na sua completude, expressa em identidades, sentimentos de pertença, histórias e memórias, sentido de continuidade e de inimizade. Assim, ao desconsiderar dimensões centrais do conceito de paz, arrisca-se promover novos ressentimentos e o aprofundamento das causas dos conflitos.

Este texto argumenta que a transformação dos diversos tipos de conflitos contemporâneos, das guerras às crises, passando pelo crescimento do extremismo político e da radicalização, depreende um retorno à uma conceptualização de paz positiva, ou seja, da superação do pensamento dicotômico e da formulação da paz a partir dos elementos que a caracterizam, e não dos pressupostos mínimos para a sua idealização. A incorporação de elementos como a reconciliação, a justiça social, valores partilhados e a garantia de direitos nos primórdios das ações que visam promover a paz é um primeiro passo essencial para a transformação sustentável das sociedades e quebra com o ciclo de conflitualidade.

Bibliografia

- Alberdi, A., & Barroso, M. (2020). Broadening the analysis of peace in Mozambique: Exploring emerging violence in times of transnational extractivism in Cabo Delgado. *Globalizations*, 17(6), 1043–1058. <https://doi.org/10.1080/14747731.2020.1772730>
- Campbell, S., Chandler, D., & Sabaratnam, M. (Eds.). (2011). *A liberal peace? The problems and practices of peacebuilding*. Zed Books.
- Carr, E. H. (1946/1981). The twenty years' crisis, 1919–1939: *An introduction to the study of international relations*. Macmillan. (Data da edição original: 1946)
- Chandler, D. (2006). Empire in Denial: *The Politics of State-building*. Pluto Press.
- Cícero, M. T. (45 a.C./2018). *Dos deveres* (C. H. Gomes, Trad.). Edições 70.
- Dunn, David J. (2005) *The First Fifty Years of Peace Research: A Survey and Interpretation*. Hampshire and Burlington: Ashgate.
- Galtung, J. (1969). Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 167–191. <https://doi.org/10.1177/002234336900600301>
- Hobbes, T. (1651). *Leviathan*. London: Andrew Croke.

- Howard, M. (2000). *The invention of peace: Reflections on war and international order*. Yale University Press.
- Kinnvall, C. (2021). The postcolonial has not yet spoken: Postcolonialism, Eurocentrism, and the perpetual state of crisis. *Global Society*, 35(3), 317–334. <https://doi.org/10.1080/13600826.2021.1912792>
- Reckwitz, A. & Rosa, H. (2023). *Late modernity in crisis: why we need a theory of society*. Polity.
- Ricarte, J. (2023). *The impact of protracted peace processes on identities in conflict: The case of Israel and Palestine*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-031-16567-2> Richmond, O. P. (2020). *Peace in international relations* (2ª ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781351127226>
- Ricarte, J. (2024a). Historical memory, cultural violence, and conflict: the genealogy of dehumanization in Israel and Palestine. In E. B. Pires, C. A. S. Carvalho, & J. Ricarte (Eds.), *Memory, trauma and narratives of the self* (pp. 225–243). Edward Elgar Publishing.
- Ricarte, J. (2024b). Regresso da guerra no Médio Oriente? Conflito prolongado, (des)ordem global e insegurança ontológica na era da polarização. *Relações Internacionais*, 84, 107-129. <https://doi.org/10.23906/ri2024.84a08>
- Rothschild, E. (1995). What is security?. *Daedalus*, 124(3), 53–98.
- von der Leyen, U. (2025). *Speech by President von der Leyen at the European Parliament Plenary joint debate on European Council meetings and european security*. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/speech_25_739.
- Wæver, O. (2004). Aberystwyth, Paris, Copenhagen: New ‘schools’ in security theory and their origins between core and periphery. Paper presented at the Annual Meeting of the International Studies Association, Montreal, Canada.
- Wæver, B. H. (2006). *Securitization and desecuritization*. In R. D. Lipschutz (Ed.), *On security* (pp. 46–86). Columbia University Press.



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais